



Museu Imperial. Petrópolis.

Anuário do Museu Imperial. Petrópolis, 1940,  
v. 26cm

136p.

1. Brasil - História - Periódicos. I. Título

Biblioteca  
do M. I.

CDD 981.05

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
MUSEU IMPERIAL

**ANUÁRIO  
DO  
MUSEU IMPERIAL**

VOLUME 36 1975



PETRÓPOLIS

1982

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

**Ministro**

NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA

**DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS CULTURAIS**

**Diretor Geral**

MANUEL DIEGUES JUNIOR

**MUSEU IMPERIAL Diretor**

LOURENÇO LUÍS LACOMBE

**Chefes de Divisão**

DORA MARIA PEREIRA REGO CORREIA

Divisão da Monarquia Brasileira

MARIA AMÉLIA PORTO MIGUEIS

Divisão de Documentação Histórica

MÁRIO JOSÉ DA SILVA CRUZ

Chefe de Ourivesaria

**Chefes de Seção**

AUREA MARIA DE FREITAS CARVALHO

Seção de Arquivo Histórico, Documentação Fotográfica, Publicação e Intercâmbio Cultural.

ESTER ALCOVER FRANÇA

Seção de Condecorações e Numismática

GERALDO DE ABREU CAMARGO

Seção de Biblioteca

HÉLIO SANTOS

Seção de Administração

MARIA ANTONIETA ABREU DA SILVA

Seção de Porcelanas, Cristais, Cidade de Petrópolis e Viaturas

MARIA DE LOURDES PAIS LESSA PEREIRA

Seção de Jóias, Prataria e Miniaturas

**Encarregados de Setor**

DAVID JOSÉ SCHMIDT

Setor de Material

VITTORIO GALLUZZI

Secretário do Diretor

José Lessa Pereira

Chefe da Portaria

## **Apresentação**



Reata o Museu Imperial, com este número de seu Anuário, a série interrompida desde o de número 33/34 referente aos anos de 1973/74. Propositalmente não se julgou conveniente, com este volume, colocar em dia a publicação, pois que corresponde ele ao ano de 1975, quando transcorreu o sesquicentenário de nascimento de seu patrono o imperador d. Pedro II. Nesse ano, além de expressiva exposição alusiva à data, pôde contar o Museu Imperial, na sessão solene então realizada, com a presença do ex<sup>mo</sup> sr. presidente da República acompanhado pelo sr. ministro de Educação e Cultura.

Neste número do Anuário, dedicado àquela efeméride, divulga o Museu Imperial o texto de algumas conferências pronunciadas na oportunidade, bem como o de trabalhos especialmente dedicados àquela data histórica.

*Outubro de 1982*  
*Lourenço Luiz Lacombe*  
*Diretor*

## SUMÁRIO

D. Pedro II e Alencar <i>Luiz Viana Filho</i>	<b>13</b>
Um turista coroadado viaja para a América: d. Pedro II nos Estados Unidos. <i>Antonia Fernanda Pacca de Almeida Wright</i>	<b>31</b>
D. Pedro II, Eça de Queiroz e as Farpas <i>Roberto Reis da Silva Ramos</i>	<b>49</b>
Diário da viagem do imperador d. Pedro II a São Paulo, <i>Celso Maria de Melo Pupo</i>	<b>67</b>
Exílio e morte de d. Pedro II, <i>Afonso Celso Vilela de Carvalho</i>	<b>105</b>
Noticiário,	<b>121</b>



**D. Pedro II e Alencar**

*Luiz Viana Filho*



Quando se fala das relações, ou melhor, da separação entre d. Pedro II e José de Alencar, o que aflora é a preterição deste último, no preenchimento das vagas de senador na representação do Ceará, e às quais este concorrera, sendo o mais votado da lista sêxtupla submetida ao imperador. Muitas razões têm sido apresentadas para a decisão de d. Pedro II, não faltando entre elas certo ciúme diante das glórias do escritor.

A versão nem enobrece o imperador, nem enaltece Alencar. Resta saber se é exata versão tão corrente. Parece-nos que não! Embora contribuísse para uma ruptura definitiva, acreditamos que a preterição tenha apenas acentuado, talvez consolidado, sentimentos anteriores ao episódio. É fora de dúvida que José de Alencar jamais primou pela admiração por d. Pedro. Longe disso, a cada passo deparamos com uma ponta de má vontade, embora também se encontrem, aqui ou ali, expressões de respeito pelo Monarca. Mas, acima de tudo, havia forte conflito quanto à maneira de conceber como deveria o imperador exercer os poderes conferidos pela constituição. Nesse particular, as concepções de d. Pedro, que durante todo o longo reinado jamais abriu mão de ser o árbitro efetivo da vida nacional, e as de José de Alencar, profundamente imbuído dos princípios do sistema representativo da Inglaterra, tal como então praticado, eram quase diametralmente opostas. Apenas num ponto acredito que estivessem de acordo: é quanto a estar na raiz dos males políticos do país a falta de uma opinião pública atuante, e de eleições que fossem o espelho real dessa opinião.

Contudo, antes de prosseguir na apreciação desse choque de concepções, gostaria de deixar aqui uma indagação sobre a influência que terá tido no ânimo de Alencar o ostracismo do pai, o senador José Martiniano de Alencar, após o malogro da revolução de 1848. Somente isso, em nosso entender, poderá explicar o entusiasmo de Alencar por d. Pedro I a quem nunca poupou elogios. De fato, após haver sido ativo participante da revolução de 1817, tornar-se-ia o velho Alencar fervoroso adepto de Pedro I. Também participaria da campanha da Maioridade do mesmo modo que tomou parte da revolução de 1842, e, posterior, na de 1848, quando se convenceu da deserção dos correligionários das idéias liberais. Retirar-se-ia então da vida pública, embora tivesse lugar vitalício no Senado. A verdade é que sob a coroa de Pedro II não lograra ele posição de relevo, compatível com os créditos que julgaria possuir na evolução da vida política nacional. Até onde

esse ostracismo teria indisposto José de Alencar contra o Imperador, que, no final de contas, era sabidamente o responsável pela ascensão das figuras políticas do país?

Testemunho da antiga aversão de Alencar por d. Pedro II é o folheto anônimo *O Juízo de Deus*, aparecido em 1867, e sabidamente da autoria daquele. Das investidas contra d. Pedro II, que correm parselhas com a generosidade face a d. Pedro I, basta citarmos este breve diálogo entre pai e filho.

Diz o fundador do império:

“Herdei com a coroa o pecado original do despotismo; se de todo não regenerarei a carne, ao menos banhei a alma nas águas lustrais da liberdade... Mas, Tu?... herdaste uma coroa pura sem mácula, a coroa da liberdade... E contudo são maiores teus erros que os meus! Eu corrompi apenas os vis instrumentos dos meus prazeres, tu estragaste três gerações, a presente, a que expira e a que nasce... Meus erros eram filhos de minhas paixões; os teus se geram das tuas virtudes inertes que te ornaram.”

São conceitos emitidos em 1867, antes, portanto, da preterição de 1870. Sempre que houve maneira de ferir o imperador, ou a família imperial, José de Alencar não deixou passar a oportunidade. Mesmo a propósito da concessão do posto de marechal ao marido da princesa Isabel, fato ocorrido em 1864, quando Alencar não tinha assento no parlamento, não perdeu ele a ocasião de, cena feita, declarar de modo peremptório: “Seu eu tivesse tido assento na legislatura de 1864, quando aqui se votou uma lei idêntica concedendo a S.A. o sr. conde d’Eu o posto de marechal de Exército, eu teria tido os mesmos escrúpulos; eu teria, sr. presidente, com profundo pesar, mas sem hesitação, votado contra essa lei...”

Quando se discutiu a lei do Ventre Livre, que todos sabiam apoiada fortemente pelo imperador, José de Alencar colocou-se energicamente contra a iniciativa do Gabinete, dizendo na Câmara existirem alforrias bem mais importantes para o país, sem terem os inconvenientes que apontava no projeto de Rio Branco. “Tais são, dizia Alencar, a alforria do voto, cativo do governo; a alforria da justiça, cativa do arbítrio; a alforria do cidadão, cativo da guarda nacional; e finalmente, senhores, a alforria do país, cativo do absolutismo, cativo da prepotência do governo pessoal.” Como deixaria Alencar de se alistar entre os muitos pregoeiros do poder pessoal de d. Pedro II?

Episódio que não contribuiu para um clima recíproco de boa vontade, entre José de Alencar e d. Pedro II, foi a rumorosa polêmica sobre *A Confederação dos Tamoios*, de Gonçalves de Magalhães, e pela qual o imperador tomara-se de amores, chegando até a mandar imprimir uma edição por conta própria, fazendo-a distribuir entre amigos e literatos. Destes desejava, sobretudo, conhecer os louvores ao poema, como ocorreu com o velho *Monte Alverne*. Ao contrário, ele escondeu cautelosamente, como fez com Alexandre Herculano e Caetano Moura, ambos pouco entusiastas da poesia de Ara-

guaia, e cujas críticas, segundo penso, ainda permanecem inéditas nos arquivos deste Museu Imperial.

Alencar, em oito cartas ao *Diário do Rio*, massacrou – é esse o termo exato – massacrou o poema ao qual não atribuiu qualquer mérito maior. O próprio imperador, medíocre e anonimamente, sob o pseudônimo de “Um amigo do poeta”, tentou rebater as críticas, evidentemente sem êxito. E, seguramente, o que restou da polêmica não terá sido um vínculo amistoso entre o rei e o súdito.

Tivéssemos de selecionar motivos preponderantes, entre os muitos que afastaram José de Alencar da Coroa, e não teríamos dúvida em apontar a inconformidade do romancista diante da maneira por que d. Pedro II se reservara o direito de barrar o passo, como bem entendia, a quantos, devendo normalmente participar dos ministérios, não lhe eram afeiçoados, bem como a maneira por que se desenvolviam as relações entre o imperador e os seus ministros. Não cabe indagar aqui se, constitucionalmente, podia ou não o monarca adotar as práticas que preferiu. A verdade é que com elas não se conformou José de Alencar. Ressentido? Despeitado? Magoado? Pouco importa! É inconteste que José de Alencar, sobretudo depois de haver sido ministro, nunca mais deixou de bater nessas teclas.

Se é possível apontar exemplos de tolerância de d. Pedro, que acabou por ter como seus ministros homens que o atacaram rudemente, como Torres Homem, Lafaiete e Ferreira Viana, alguns purgaram longamente atitudes e palavras de agravo ao Imperador. Ferreira Viana, por exemplo, que vestiu o fardão já no fim da monarquia, deveria ter participado do Gabinete de 7 de março de 1871, segundo se depreende da correspondência entre Cotegipe e o visconde do Rio Branco. Impediu-o a vontade imperial. Em carta a Cotegipe, dizia Rio Branco: “A Ferreira Viana não me esqueci dele, mas tem contra si objeções que V. Ex.<sup>a</sup> adivinhará e que não posso aqui expor.” Na realidade, pela posição que conquistara nas fileiras do Partido Conservador, pelas virtudes do orador e a cultura do jurista, Ferreira Viana tornara-se candidato incontestável e incontestado à posição de ministro. Cotegipe, em carta da Bahia a Rio Branco, justamente do dia 7 de março, mas sem saber já organizado o ministério, assim se dirigia ao futuro campeão da lei do Ventre Livre, sugerindo-lhe nomes para o Gabinete: “Lembrou-se V. Ex.<sup>a</sup> e com razão do Ferreira Viana; mas diz-me que sofre objeções. Onde e porque? Quanto a ilustração e habilitações de tribuna não tem ele superior na Câmara (ia quase dizendo igual); quanto a moralidade nenhum fato o desabona; com ele tenho tido íntimas relações e lhe notado desinteresse, dedicação e um procedimento exemplar. De um coração sumamente bom, cerca-o um ou outro parasita que aparentemente o compromete; condená-lo a ser um pária no partido para cujo triunfo ninguém mais do que ele concorreu – é perder ou tornar contrária uma força imensa, como é o seu talento. Desde que V. Ex.<sup>a</sup> toma a si a salvação de um partido que representa a causa da ordem e da liberdade bem

entendida, não pode recuar ante escrúpulos nascidos de calúnias quando algum defeito haja no indivíduo. Qual de nós é perfeito? Quem dera que algum dos organizadores liberais tivesse as virtudes de um Ferreira Viana. É este um dos nomes de que eu, se estivesse na posição de V. Ex.<sup>a</sup> não prescindiria.”

Quem fruía, porém, da liberdade de escolher os ministros? Por sinal, Cotegipe advertira Rio Branco, em outra carta: “Eu também cuido que V. Ex.<sup>a</sup> só deverá aceitar o mandato dando-se-lhe ampla liberdade de escolha (o que me parece ter-lhe faltado).” De fato, ninguém entrava no Gabinete sem passar pelo crivo do imperador. Daí esta referência de Rio Branco sobre o ingresso de João Alfredo: “O Alfredo – comunicava ele a Cotegipe – V. Ex.<sup>a</sup> conhece, e dele mostraram-se todos satisfeitos, inclusivamente o Eleitor dos Ministros.” Eleitor dos ministros... Disso não abria mão o voluntarioso imperador, e com isso jamais se conformaria José de Alencar, ferrenho partidário de um sistema representativo praticado à moda da Inglaterra.

Também as relações da Coroa com os seus ministros seriam fonte de permanente inconformidade para Alencar. Aliás, não somente para ele, mas para muitos e muitos. Não houve quem dissesse ser impossível participar-se duas vezes do gabinete? O próprio Cotegipe, tão discreto e prudente nos comentários sobre a Coroa, chegaria a redigir este rascunho de uma carta não enviada a Paranhos, que insistia para que participasse do ministério: “Saí do Ministério – dizia – cheio de desgostos pessoais e convencido de que não há muito que contar com a perspicácia, atividade e boa fé de muitos dos nossos, e com a... Com tais idéias serei péssimo auxiliar.” Que traduziam essas reticências senão a Coroa?

A verdade é que nas relações do ministro com o Imperador quase nada parece haver sido do agrado de José de Alencar. A começar pelo fardão. E do beija-mão nem se fale. Para Alencar tudo aquilo era bolorento, cheirava ao absolutismo lusitano, e incompatível com uma autêntica democracia. Num discurso proferido em 9 de maio de 1871, quando já deixara o ministério, ele lembrava os pormenores do governo pessoal: “Temos aqui um aparato de despachos imperiais, que obriga os ministros galoparem para São Cristóvão duas vezes por semana empertigados em uma farda, sobraçando uma grossa pasta de expediente. Em vez de aproveitarem o tempo no estudo de assuntos importantes, lá consomem cinco e seis horas do dia em futilidades, em fabricarem oficiais da guarda nacional, na discussão de questões insignificantes!”

Onde, porém, mais veemente a apreciação sobre essas faustosas exterioridades, é nas notas que deixou escritas e existentes no Museu Histórico. Diz Alencar numa delas: “Será para mim também um motivo de grande satisfação ver um dia os ministros de estado, os ministros da nação, exercerem as suas funções como simples cidadãos, sem as fardas e os ouropéis, que os confunde com a gente da Corte, quando ao contrário é ali, nos poços da realeza, junto do trono imperial que eles devem ostentar toda a simplicidade democrática, porque são povo, ali estão em nome do povo, e só pela vontade

do povo”. Ao que acrescenta, deixando transbordar a sua amarga experiência: “Quando tive a honra de sentar-me nos conselhos da Coroa, honra bem cara, mas profunda lição, confesso que me sentia humilhado sentindo o frio contato da gala bordada. Parecia-me que trajava um disfarce; e que era ali o ministro do rei, em vez de ser o ministro do povo junto ao rei. Se não fosse o respeito a caracteres tão venerados que se haviam sujeitado a essa prática, eu teria rompido com ela, como rompi com outras.”

Não precisaria dizer mais para que sentíssemos, em toda a sua intensidade, o que representou para Alencar, para o altivo, quiçá ressentido Alencar, o peso do fardão em que se sentia confundido com os fâmulos da corte.

Não seria menor o mal estar causado pelo hábito do beija-mão. Na própria Câmara ele externou a inconformidade com a tradição vinda com d. João VI: “Quando vejo o cidadão brasileiro – disse ele – o democrata americano, curvando-se para beijar a mão do Soberano, acho nesse ato não sei quê de dissonante; há nesta fórmula ou muita familiaridade ou muita humildade; em todo caso ela não é própria de uma monarquia cidadã. Sou tanto menos suspeito em relação a este ponto quanto nunca me furtei ao cumprimento desta fórmula, sempre a acatei como um costume estabelecido em meu país, e que respeito, sem contudo prescindir do direito de criticá-lo como inconveniente.” Para ele, não passavam, o beija-mão e o fardão: “de práticas obsoletas, caducas, que herdamos da antiga corte portuguesa, a mais ridícula e extravagante, se não tivesse existido a espanhola, que a excedeu de muito”.

Por fim, quando estive na Europa, d. Pedro aboliu o beija-mão e o fato mereceu de Alencar algumas observações guardadas no Museu Histórico. “Nesta ocasião – escreveu Alencar naquela letra miúda, difícil, mas inconfundível – cumpre-me memorar um fato que assinalou a chegada de sua majestade, de volta da Europa, a abolição do beija-mão. Embora se pudesse notar a demora dessa medida, e a desnecessidade de um decreto para abolir um costume a que a simples palavra imperial poria termo, todavia aplaudi sinceramente esse ato. Só lamentei que em vez de ser iniciado aqui no Brasil, no Arsenal de Marinha, ele fosse em Portugal, no Lazareto de Lisboa.”

Mas, não apenas as exterioridades feriram o temperamento suscetível de Alencar. Também, e sobretudo, a maneira porque praticada a administração, nas relações dos ministros com o rei, chocaram fundamente os sentimentos democráticos do aferrado partidário de um sistema representativo no qual o rei reinasse sem governar, mantendo-se numa altura que apenas lhe permitisse participar das grandes decisões sobre a nacionalidade. Era o oposto das concepções de d. Pedro, que durante meio século governou o país, vendo todas as minúcias da administração, e até da vida dos cidadãos, anotando tudo com o “lápiz fatídico”, expressão por sinal posta em voga por José de Alencar, e até hoje repetida.

Ouçamos, porém, o próprio Alencar sobre as práticas que teve como

impróprias: “Desde que entrei para o Gabinete – declarou ele perante a Câmara – achei-me tolhido pelo mau estilo da nossa administração, estilo que parece modelado para enervar a atividade do ministro. As mais pequenas questões, os mais insignificantes negócios são levados à conferência e despachos: daí a intervenção dos ministros em pastas alheias, daí a interferência necessária, embora talvez involuntária, da Coroa, em negócios de mero expediente.” E, em outra oportunidade, também à Câmara, queixava-se Alencar: “Senhores, o sistema que atualmente prevalece é tal que admira como ele tenha subsistido. Nada com efeito mais irrisório do que se reunirem sete homens, que o país julga preocupados de altas questões políticas, para discutirem a nomeação de um empregado subalterno, o provimento de um lugar de escrivão, de vigário, de major da guarda nacional, e depois de todo este preparo há ainda a necessidade de um solene despacho imperial.” Para Alencar tudo isso parecia ridículo, além de contribuir para o emperramento da administração, e as disputas dentro dos próprios ministérios. “O que atualmente prevalece, senhores, – dizia ele – não serve senão para gerar no seio do gabinete uma luta intestina e para sujeitar o ministro a constantes humilhações.”

Ainda mais explícitos, traduzindo toda a indignação de Alencar face à intervenção de d. Pedro nas miudezas da administração, são os apontamentos que redigiu certamente para um discurso em resposta ao visconde do Rio Branco. Eis o que escreveu Alencar: “Não foi, sr. visconde, para inquirir das tropelias de uma pequena autoridade local, nem para submeter à censura prévia qualquer nomeação de cargo subalterno, que a nação criou um poder supremo, seu primeiro e augusto representante. A missão dessa razão superior é, como diz a Constituição, velar na manutenção da independência, equilíbrio e harmonia dos mais poderes políticos. O imperador deve discutir com o seu Conselho de Ministros os grandes assuntos políticos, o pensamento das reformas legislativas, as questões importantes da alta administração, e sobretudo a realização do programa que consagrou a situação. Mas não deve preocupar-se especialmente com o merecimento e moralidade dos candidatos a empregos, nem com os abusos praticados por alguma autoridade subalterna. As más nomeações, e as injustiças ou tropelias que porventura a Coroa impedisse com sua interferência não produziriam tão grande mal ao país, como o entorpecimento que semelhantes óbices causam no ministério, tirando-lhe a consciência de sua força, e abalando a energia necessária para realizar reformas importantes e salutares. Quanto mais elevado o soberano se mantém em relação ao governo, mais impera, mais longe vê e melhor aprecia como a nação é governada. Ao contrário, à medida que desce para investigar dos pequenos fatos menos conhecerá o que ocorre na administração.” Para Alencar – e uso aqui as próprias palavras de Alencar – tratava-se de transigir ou não “com a influência indébita da Coroa.”

Acredito que a amargura, o ressentimento provocado pela preterição na escolha para o Senado tenham tornado mais vivos, exaltados, os sentimentos



de José de Alencar diante do imperador e da própria família imperial, pois, como veremos, ele não deixaria passar ocasião para externar razões contrárias ao conde d'Eu e à princesa Isabel. Contudo, não tenho qualquer dúvida de que sinceramente, por formação e temperamento, José de Alencar era radicalmente contrário ao modo porque d. Pedro entendia dever exercer as suas funções imperiais.

Mas, já que vos falei da princesa Isabel e do seu marido, permiti que lembre duas passagens da atividade parlamentar de Alencar, ambas testemunhando o desfavor com que ele via suas altezas. A primeira delas ao se discutir o problema da Regência, por ocasião da viagem de d. Pedro, em 1871, viagem a que se opôs vigorosamente, certamente para contrariar o augusto viajante. Alencar, aliás, jactava-se de ter a bravura de dizer a verdade a qualquer preço: “Sou daqueles, senhores, que estão no costume de dizer a verdade aos reis, e, portanto, adquiriram o direito de os elogiar.” Apenas adquirira o direito, pois a partir de 70 não há notícia de que o tenha feito. Retomemos, porém, o fio da meada. Resolvida a viagem do imperador, cuidou-se de preparar a lei da Regência, que d. Pedro II desejava fosse plena, outorgando-se à princesa regente todas as prerrogativas majestáticas. A isso também se opôs Alencar, que debateu ampla e eruditamente o assunto, para mostrar numerosos inconvenientes que daí poderiam decorrer. E concluía: “Senhores, é no próprio interesse da augusta princesa imperial que eu entendo que se deve restringir o exercício da regência.” No fundo, era a maneira de contrariar a vontade do imperador. E quem não sabe da oposição que moveu à participação do conde d'Eu no Conselho de Estado?

Acredito ser um equívoco admitir que a má vontade, se não a malquerença de José de Alencar em relação ao imperador, teria tido início com o episódio da não escolha para o Senado. O episódio, a meu ver, teria apenas exacerbado sentimento anterior. Há, por exemplo, quem veja nas Cartas de Erasmo prova da admiração de Alencar por Pedro II. Não se me afigura exato, embora não faltasse quem, como Saião Lobato, divisasse naquelas páginas o “mel da lisonja”. Para Alencar, teria sido acima de tudo tenaz esforço contra o falseamento do sistema representativo. Esforço que ele certa vez assinalou dividir-se em três partes: “na primeira ainda se acreditava na possibilidade da intuição desse erro e da sua reparação espontânea (certamente pela ação do rei); na segunda, manifesta-se o desengano daquela esperança e apela-se para o povo; na terceira, sentindo-se a iminência do perigo, descarna-se a verdade, e mostra-se sem mais reбуço o estado do país.” E quem senão d. Pedro seria o responsável maior por esse “estado do país”, que Alencar escalpelava sem reбуços?

Nos desentendimentos entre o imperador e José de Alencar não há dúvida de que o fato dominante foi a não escolha deste, em 1870, quando integrou, votado em primeiro lugar, a lista sêxtupla, para as duas vagas na representação do Ceará no Senado. Decorriam elas do falecimento do marquês de Abrantes e do senador Cândido Batista de Oliveira, ambos em 1865.

As primeiras eleições para o seu preenchimento haviam sido anuladas sob o ministério de 16 de julho de 1868, ficando privados de tomar assento na Câmara Vitalícia os srs. Saldanha Marinho e o cônego Pinto, escolhidos pelo imperador. Circunstância à qual tem sido por vezes imputado o rigor de Pedro II em relação a Alencar, por considerar que não devia ser candidato o membro do gabinete que lutara pela nulidade da eleição. A verdade é que já antes de ascender ao ministério começara o barão de Cotegipe, como o declarou no Senado, a bater-se contra a validade das eleições que considerava eivadas de vícios. Aliás, o próprio senador Pompeu, liberal, reconheceu no Senado, falando em 30 de maio de 1870, que as eleições não haviam sido das mais puras, circunstância que não representava novidade quanto aos pleitos cearenses, geralmente cercados de fraudes e violências. Que não se disse da eleição que levou ao Senado Miguel Calmon du Pin e Almeida?

O certo é que, anulada a eleição, Alencar aspirou candidatar-se, havendo consultado o ministério. Demos a palavra a Itaboraí: “O sr. conselheiro Alencar comunicou-me como aos outros membros do ministério, que pretendia apresentar-se candidato, e todos entendemos que não tínhamos direito, nem motivos para exigir dele que levasse sua abnegação ao ponto de não satisfazer a esta legítima pretensão.” Afirmativa esta que causou pasmo ao senador Francisco Otaviano, que considerou impossível que Itaboraí, “com sua habitual circunspeção”, não houvesse considerado inconveniente tal candidatura.

Também Zacarias, com veemência e a malícia que lhe eram peculiares, imputou, da tribuna do Senado, responsabilidade a Itaboraí, que considerou obrigado, na sua posição de chefe do Gabinete, a impedir a candidatura de Alencar. A verdade, porém, é que o ministério com ela concordara, conforme reiteradamente acentuou Alencar.

E o imperador? Várias versões têm circulado sobre a conversa – Zacarias se fartou de ironias em torno desta palavra usada por Alencar a propósito do seu diálogo com d. Pedro II – sobre a conversa na qual o ministro comunicou ao imperador o propósito de candidatar-se. A mais corrente, e também a mais inverossímil, é a divulgada pelo visconde de Taunay: “No seu caso, teria dito o imperador ao ser informado da pretensão do seu ministro – não me apresentava agora; o sr. é muito moço...” Ao que teria redargüido Alencar: – “Por esta razão, vossa majestade devia ter devolvido o ato que o declarou maior, antes da idade legal...” Fantasias!

De fato, o próprio Alencar se incumbiu de dizer reiteradas vezes que não reconhecia à Coroa o direito de se opor à sua candidatura, o que significa não a ter consultado, embora não haja dúvida de haver d. Pedro o advertido da inconveniência dela. Teria, sim, consultado por mais de uma vez o ministério, para dizer-lhe: – “Se a Coroa entende que a minha candidatura altera de qualquer modo a sua confiança, me retiro do ministério.” Ao que acrescenta terem reconhecido que: “estava no meu direito apresentando-me candidato.”

E, com o orgulho que lhe era inato, atira esta frase sobre a preterição sofrida: – “ato de um poder irresponsável até mesmo nos seus caprichos. Ninguém me excluiu, fui eu mesmo que me excluí.” E, impavidamente, diz haver esperado a exclusão: “como consequência de alguns atos de energia e moralidade”, que praticara no governo.

Onde estará a verdade? Tudo indica não haver José de Alencar, durante o seu ministério, buscado cortejar a boa vontade, a simpatia, ou a benevolência imperial. Longe disso, uma surda e permanente hostilidade deve ter marcado o convívio entre o rei e o ministro. Não é sabido que, contrariando velha praxe, mandara Alencar suprimir o envio dos recortes de jornais – a Agência Lux daqueles tempos – até então enviados a São Cristóvão pelo Ministério da Justiça? O imperador – dissera Alencar – nada tinha a ver com essas miudezas, por sinal tão do gosto do rei desejoso de tudo saber, tudo fiscalizar, para o bom uso do “lápiz fatídico.” Já vimos, aliás, quanto ele se sentia constrangido no dourado fardão, e considerava inúteis os despachos com Sua Majestade. E quem senão ele mandara arquivar o projeto de lei do “Ventre Livre” por que tanto se interessava S. M.?

Contudo, bem mais elucidativo sobre quanto ásperas as relações entre o imperador e o seu ministro são os apontamentos deixados por Tobias Monteiro, e hoje na Biblioteca Nacional. Escreve Tobias: “Alencar timbrava em excesso de independência junto ao imperador, chegando à impolidez. Em despacho, quando acontecia o imperador pedir-lhe para ler documento a que aludia, Alencar passava-lhe os papéis dizendo: “Eu já li; Vossa Majestade faz favor de os examinar, porque eu sofro da garganta e não os posso ler!”. Paulinho (refere-se ao filho do cons. Paulino) ouviu o pai referir desatenções de José de Alencar ao imperador, que “era muito bem educado”: “Uma vez olhou-o com espanto.” Continua Tobias: “S. Vicente contou a João Alfredo que cansado de pedir a Alencar a nomeação de um juiz, recorreu ao imperador e este aconselhou-lhe: “Não insista. É um teimoso, esse filho de padre...” O imperador era muito delicado. Para referir-se a José de Alencar nestes termos devia estar furioso.” Terminam aí as notas de Tobias Monteiro que certamente as terá colhido em boas fontes, como era de seu hábito.

Óbvio, portanto, que Alencar nada fez para que o coração imperial pendesse para o seu lado. Ao contrário, o que era possível conceber para que lhe fosse infenso ele o fez com pleno conhecimento de causa e consequências. Resta, portanto, saber-se, ou avaliar-se se a atitude de Pedro II atendeu ao que devemos ter como o interesse da estrutura e das concepções do poder, ou se agiu por deliberada má vontade ou antipatia em relação a José de Alencar.

Acredito que, sobre o debate, inevitavelmente subjetivo, dificilmente poderemos chegar a conclusão inteiramente convincente. Na época, como certamente ainda hoje – as opiniões se dividiram. Uns a julgarem que a decisão do imperador fora a melhor, outros que era incompreensível. Inegavelmente foi surpreendente. Taunay a ela assim se refere: “A verdade é que

foi grande a desilusão. Nunca se acreditou no país que fosse rejeitado um nome tão ilustre, abrindo-se uma exceção nas candidaturas ministeriais, até então perfeitamente acatadas e servidas.” Não valera a Alencar o empenho do visconde de Muritiba que, meses antes de falecer, em 1895, confessou haver-se empenhado junto a Sua Majestade em favor da escolha de seu ex-colega de ministério.

A decisão de d. Pedro estava, porém, anteriormente tomada – nada o faria escolher José de Alencar. E se ponho tal observação é por haver, quase na mesma ocasião, retrocedido em relação ao ex-ministro Joaquim Antão Fernandes Leão. O barão de Cotegipe, na minuta que escreveu e se encontra no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro dá conta da carta em que o imperador comunicou ao ministro do Império, Paulino Soares de Sousa, a decisão de escolher senadores, para as duas vagas existentes em Minas Gerais, os srs. Joaquim Delfino e Ferreira Bretas. Seria a ruína do ministério, parecendo “até feita ou calculada para esse resultado”, anotou Cotegipe. E aqui se vê que d. Pedro advertira Alencar da temeridade da sua candidatura. Realmente, continua Cotegipe: “A exclusão sucessiva de dois ex-ministros do mesmo gabinete não podia deixar de afetar o crédito deles e o nosso. A primeira exclusão (de Alencar) ainda tinha uma explicação nas circunstâncias que precederam à eleição, quais a anulação dela e pela qual votaram os ministros, e as próprias observações de S. M. ao ministro candidato, mas a segunda (de Antão) exclusão – não tendo os mesmos motivos – tirava qualquer justificação à primeira...” “Em consequência, assentou-se que o sr. ministro do Império lavrasse do seu punho as canas imperiais e as levasse a S. M. – declarando-lhe muito respeitosamente que, referendadas elas, o ministério julgava do seu dever demitir-se.” Adiada então a decisão, S. M. acedeu por fim em escolher o ex-ministro da Agricultura.

Hélio Viana, lúcido historiador e metucioso pesquisador, encontrou no arquivo da família imperial a carta em que d. Pedro comunicou a Itaboraí as razões por que acedia em relação ao futuro senador Antão. “A minha opinião – escreveu S.M. – contra a preferência do Antão, funda-se, primeiro no que ele, e, sobretudo, o Alencar e o sr. me ouviram antes do Antão, sobre a inconveniência de ministros se apresentarem candidatos; princípio, aliás, que admite para mim exceções em casos especiais.” E dada a insistência do gabinete, Antão entraria nas exceções. Jamais Alencar.

Será, porém, o caso de perguntar-se – haveria realmente, ao longo do Império, uma regra, uma praxe, que afastasse Alencar tão duramente? Este, por certo, estava convicto do contrário. “Estabeleceu a Coroa, escreveria, por muitos contínuos precedentes a regra de considerar relevantes serviços prestados no cargo de ministro, dando-lhes primazia na escolha de senador.” E lembrava não terem paralelo com o dele os casos de Delamare, que a Coroa reconhecera ser incompatível, e o de Saião Lobato, que, além de haver sido preterido por Otaviano, que fizera o Tratado da Tríplice Aliança, provocaria

uma crise com Zacarias, que defendia então a tese da responsabilidade do gabinete nos atos do poder moderador.

De qualquer forma, tudo assentava no antigo problema da liberdade do imperador na escolha dos senadores, tese apoiada pelos conservadores, e à qual se somava, segundo as concepções de d. Pedro, a inconveniência da candidatura de ministros. Zacarias, que tinha velhas contas a ajustar com Alencar, lavou o peito. Não tivera ele, além do mais, de aceitar, não fazia muito, a escolha “não acertada” de Torres Homem?

Zacarias, falando no Senado, começou por evocar não somente a decisão de Nabuco, que se não candidatara em 1856, mas também a sua própria preterição, nesse ano, por Cotegipe e Ângelo Ferraz. Viera ele em terceiro lugar na lista sêxtupla e junto com Vanderlei, que tinha situação privilegiada; o imperador preferiu Ferraz: “E quem era o sr. Ferraz? Indagou Zacarias. Nunca tinha sido ministro, nunca tinha sido presidente de província; tinha sido porém, magistrado e distinto promotor público, inspetor da alfândega, parlamentar de primeira ordem desde que pôs o pé na Câmara temporária. Sua escolha não ofendeu a ninguém.” E não seria de esquecer que Zacarias fora ministro da Marinha em 1852, e presidente de algumas províncias, cabendo-lhe, inclusive, instalar a do Paraná. E Zacarias insistia da tribuna: “E quem era, perguntarei ainda, o sr. Ferraz? Um inimigo encarniçado do sr. marquês de Paraná, o homem forte, o leão do partido conservador, o presidente do Conselho de Ministros dessa época.” O exemplo tornava evidente a improcedência das queixas de Alencar. E sublinhando serem imaginários os precedentes em que se arrimava Alencar, acrescentava: “Entende conseqüentemente o sr. Alencar que o nobre presidente do Conselho poderia, sem tomar pane no ato do poder moderador, dizer respeitosamente à Coroa: na lista sêxtupla do Ceará não há candidato de mérito literário e intelectual superior ao do sr. Alencar. E certo que ele adiantou-se um pouco, não deixou correr o tempo; mas isto se desculpa porque a lebre de pouca idade corre mais que os outros animais mais velhos, aliás velozes. A idade, portanto, não é questão séria. Demais o meu colega cuidou das questões do partido, redigiu os artigos do grêmio, essa idéia salvadora de um partido aniquilado. Vossa Majestade viu como ele brilhou no Senado o ano passado. Que ostentação de literatura, de história, de jurisprudência! A escolha lhe compete.” Implacável, Zacarias elevava a sua presa, para fazê-la cair de mais alto.

A Zacarias, para louvar a decisão imperial, reuniram-se Otaviano, embora declarando-se amigo desde a infância de Alencar, e também Saraiva, este reconhecendo que: “por seus eminentes talentos e por sua ilustração” tinha o ex-ministro direito a um assento no Senado. Aliás, para responder a Itaboraí, que proferiu breve discurso, Zacarias ainda voltou à carga para lembrar que Paraná, auxiliado por Bom Retiro, Vanderlei, e Nabuco, firmara o precedente de não se candidatarem os ministros ao Senado. E observara ferino: “O pudor, a decência condenam as pretensões de um

candidato que está no ministério particularmente no Ministério da Justiça, que é o ministério por excelência no que toca a eleições, porque é o da força da guarda nacional...” A estocada era profunda. De algum modo apenas a aparou o barão de Cotegipe para se congratular com a mudança de Zacarias que, pelo visto, já não pensava do mesmo modo em que falara do “desacerto da Coroa”, exemplo que possivelmente teria influído “para que atualmente outro dissesse também que houve desacerto”. No fundo, cada qual ajustava suas contas.

A escolha de Antão prolongou a agonia do ministério. De fato, entre ele e Alencar havia uma diferença fundamental. Ao passo que aquele se exonerara do gabinete antes do pleito, Alencar somente o fizera passadas as eleições. Conta o visconde de Taunay que em 9 de janeiro – as eleições haviam ocorrido em 12 de dezembro – houve este diálogo entre Alencar e o imperador, por ocasião de um despacho:

– “Alguma novidade? perguntou surpreso o monarca.”

– “Simplesmente coisa que me é relativa. Venho apresentar a V. M. a minha exoneração do cargo que ocupo nos conselhos da Coroa.”

– “Por que?”

– “Desacordo com alguns colegas, que vai, cada vez mais, se acentuando...”

E acrescentou, com decisão:

– “Demais, desejo deixar a mais ampla liberdade a V. M. na questão do Ceará... em que sou parte.”

– “Então o sr. quer destravá-la da confiança coletiva que me inspira o gabinete?”

– “Exatamente...”

– “Será o mais acertado?”

– “Muito refleti e acho que este passo é da minha dignidade.”

– “Bem... está conforme o que o sr. expendeu em relação ao poder moderador.”

A verdade, porém, é que Alencar não apenas destravara a escolha da confiança do ministério. Que se saiba, excetuando Muritiba, ninguém mais mexeu uma palha para a escolha do ex-colega, Alencar jamais se conformaria com o gesto de Pedro II. Entre os dois abria-se um fosso definitivo e profundo. E até à morte, sete anos mais tarde, Alencar não perdeu uma oportunidade, não perdeu um dia para se desferrar da preterição imperial. Não seria uma luta episódica, como houve muitas no Império, e que morriam num panfleto ou num discurso. Mas uma luta sem trégua, como veremos em seguida.

A acreditarmos em Taunay, d. Pedro não se arrependeu por haver pago tão alto preço: “Longos anos depois de morto o ilustre brasileiro – conta Taunay nas suas Reminiscências, disse o monarca em momento de expansão: “Tive sempre José de Alencar no alto apreço que de todos mereceu pelos seus talentos e aptidões; mas, lamentando as circunstâncias que o tornaram

tão hostil a mim, não me arrependo da resolução que julguei dever tomar.” Certamente, era o ônus, o pesado ônus da Coroa, e Pedro II o aceitava conformado. Aliás, entre as notas encontradas no seu arquivo, possíveis apontamentos para uma História Parlamentar, inscreveu Alencar este pensamento de Junius: “A fortuna que vos fez rei – vos proibiu ter amigos.”

Contudo, não impedia que tivesse inimigos. E ao longo de sete anos, até morrer, Alencar desencadeou contra d. Pedro II uma luta sem quartel. Não houve acontecimento, episódio, no curso desse período, em que Alencar não estivesse violentamente em posição oposta a d. Pedro, agredindo-o, ferindo-o, por todos os modos possíveis. Durante quase dois anos a sua trincheira é o *Dezesseis de Julho*, jornal do qual seria a Coroa o alvo diário e preferido.

A lei do Ventre Livre, sabidamente de inspiração imperial, será motivo de uma das mais veementes campanhas parlamentares de Alencar, que, aliado a Paulino, se atira contra Rio Branco com o brilho digno do grande romancista. Admira que o autor de *Mãe*, o comovente drama, grito de dor diante da escravidão, e que poderemos ter como equivalente, em nossa literatura, ao romance norte-americano *A Cabana do Pai Tomás*, deixasse de lado os mais humanitários sentimentos para se colocar na fria posição de quem visse a futura lei apenas sob os seus aspectos econômicos, que tinha como funestos. Contra ela, diz Alencar: “me empenharei com todas as forças porque entendo que há de produzir calamidades capazes de apavorar o próprio governo”. Seria veemência do estadista ou a paixão do vencido? A pergunta perdurará sem resposta pelo tempo afora. Mas o fato é que nada deterá Alencar na sua luta contra tudo que tenha raízes em São Cristóvão. E ele se volta contra Rio Branco, de quem sempre fora amigo, advertindo-o de que: “não se acreditasse tão alto com as asas de Ícaro que lhe emprestaram. O sol que fascina pode derretê-las e S. Ex. se precipitará, ficando reduzido a fazer no Senado exercícios oratórios durante sete longas horas, como já lhe aconteceu para aplacar as iras celestes.” A frase, cheia de veneno, mostra que realmente nenhuma consideração poderá barrar os passos de Alencar na sua luta. Pouco importa que digam ser ela fruto do ressentimento, ou do despeito. A isso ele já respondeu, em junho de 1870, pela coluna do *Dezesseis de Julho*: “se os que atacam o abuso são levados pelo despeito, os que o defendem movem-se pela ambição. O país naturalmente preferirá entre as duas paixões, aquela que serve à verdade e não a que serve ao interesse individual. Se o fato de ressentir-se um cidadão, quando o privam de um direito, fosse explicado pelo despeito, ninguém mais poderia defender sua liberdade, sem incorrer naquela censura. Cada cidadão devia elevar-se na estima pública por um nobre silêncio. A resignação seria a primeira virtude política.” Ele é que jamais a terá, e por isso mesmo a sua carreira política estará definitivamente truncada.

Não é, porém, apenas contra o projeto da lei do Ventre Livre que se lança José de Alencar. Quando surge no parlamento a questão da viagem do

imperador à Europa é ele uma das vozes mais altas que se levantam contra a ausência de S. M., pois a tem como perigosa para o país, na fase em que se encontra, ainda vivas as cicatrizes da guerra contra o Paraguai. E, concomitantemente, também se opõe à concessão dos plenos poderes majestáticos à princesa regente. E ei-lo a dizer na Câmara dos Deputados: “Se me fosse permitido, agora, desta tribuna, onde só devo falar à nação, dirigir à augusta princesa imperial que vai brevemente reger este Império, algumas palavras, eu lhe diria muito respeitosamente:

“Senhora, não aceitai o presente funesto que vos querem fazer. A nação vos chama à regência, mas não sois ainda a soberana; não podeis assumir o exercício pleno das atribuições majestáticas.”

Era a maneira de ferir duplamente o imperador: opondo-se à viagem desejada, que se apresentava como necessária à saúde da imperatriz, e pelejando contra os poderes plenos da regência da princesa Isabel. Não possuía o Brasil todos os climas reclamados para a cura da Imperatriz? Não possui o Rio de Janeiro: “ilustrações profissionais de que a Europa se honraria?” Então, por que largar o país numa hora de graves dificuldades e sombrias perspectivas?

Até a morte prematura Alencar não perdoaria o rei que o privara de ter assento na câmara vitalícia. Já próximo do fim, doente, ele publica *O Protesto*, modesto periódico que se diria feito apenas para ferir o imperador. Sinal de que usará todas as armas possíveis. Vejamos, por exemplo, este trecho aparecido no fim de 76: “Terminou um ano. Um ano é apenas um passo na vida das nações. Esse passo o Brasil o deu. Mas, como nos anos anteriores, não caminhou. Pisou o mesmo terreno a que uma vontade onipotente o encadeou como a um servo da gleba imperial.” Enquanto existiu foi esse o tom do *O Protesto*.

Mas, a grande vingança literária de Alencar contra o imperador é a *Guerra dos Mascates*, romance à *clef*, onde, além de d. Pedro II, que não é outro senão o governador Sebastião de Castro Caldas, faz desfilar Rio Branco, Saião Lobato, Monsenhor Pinto de Campos, e São Vicente. E no curso do romance, aparecido em dois volumes, vai surgindo pela pena do romancista a figura do personagem em que desejou encarnar o imperador, que mantinha: “o pulso da vontade oculta, que à semelhança da odalisca de um serralho, nunca se mostrava a rosto descoberto.”

Como seria de esperar, não é dos mais favoráveis o perfil que emerge das páginas de Alencar: “Entre as boas manhas, de que era tão prendado Sebastião de Castro, uma em que muito se apurou, foi a de insinuar no ânimo de outrem uma idéia, mas de forma e com tal sutileza, que nem ele a exprimia, nem o seu interlocutor poderia asseverar que a ouvira. Tinha ele diversos métodos para esta sorte, sendo mais freqüente o de por exclusão de partes sugerir no ânimo alheio, por modo que parecia espontâneo, aquilo que tinha em mente, e que lhe não convinha comunicar por palavras sempre



arriscadas. Assim, querendo nomear certo sujeito para algum ofício, se lhe não fazia conta mostrar sua predileção, entrava a achar pecha em todos os indicados.” Afrânio Peixoto, que não perdoou a má vontade de d. Pedro, que teve “como indigente de espírito”, indo o caráter pela mesma craveira: “vingativo, ingrato e invejoso”, selecionou este trecho da *Guerra dos Mascates*: “Foi este governador muito caluniado em seu tempo, acabando por lhe faltarem amigos e defensores em qualquer dos partidos, até mesmo naquele a quem por último se entregara. É a sorte dos caracteres dúbios e perplexos...”

A morte não permitiu, porém, que se realizasse a maior das vinganças de Alencar, que seria encarar e apoiar Sebastião de Castro no infortúnio, no qual diz ele se mostrou um varão forte de Horácio: “a quem as ruínas de seu fastígio não esmagam, mas ao contrário exaltam como pedestal. É o destino dos homens fadados para a dominação. O poder e a fortuna os expande; e eles absorvem ou repelem quantos se lhes aproximam. O revés e a desgraça os concentram e então eles acham dentro de si um mundo onde se isolam.” E como cena final imaginara Alencar o triste embarque de Sebastião de Castro, ao qual somente compareceu uma pessoa estranha ao governo, Carlos de Enéia, que não seria outro senão o próprio Alencar, que ia render uma homenagem na hora da adversidade.

A morte não aplacou, porém, as mágoas de d. Pedro. Tobias Monteiro, nas notas a que já me referi, assim conta a atitude do imperador ao saber da morte do romancista: “Tomás Coelho, como ministro da Agricultura acompanhava o imperador ao Desengano, onde ele ia visitar Caxias, a 11 [há um equívoco de data] de dezembro de 77. Ia da Central e o imperador tomou o trem na Quinta. Era cedo. Tomás levou os jornais e o Imperador perguntou que traziam eles de novo: “Uma triste notícia, senhor. Morreu José de Alencar.” O imperador disse então: “Era um homem de grande valor, de grandes méritos, mas excessivamente suscetível.” Tomás procurou conhecer as razões deste juízo, mas o imperador não as deu e disse: “pergunte ao Paulino.” Este referiu que uma vez em despacho os primeiros decretos que Alencar apresentou foram objetados pelo imperador. Ao fim de 3 ou 4, Alencar guardou todos os papéis na pasta e deu o despacho por findo, deixando de aprontar os demais.”

Aos contemporâneos, se a conhecessem, teria surpreendido a frieza de d. Pedro ante a morte do desafeiçoado Alencar. Gusmão Lobo, ao comunicar ao futuro barão do Rio Branco o triste acontecimento, não se furtou a esta observação: “Avalio que o imperador deve estar contrariadíssimo ao ver desaparecer-lhe com o José de Alencar o ensejo que se lhe oferecia para uma reparação.” Enganava-se. Quem teria logrado vê-lo “a rosto descoberto?”

São assim os grandes homens. Frequentemente custam a se entender, pois, formados de virtudes e defeitos, costumam os defeitos de um chocar-se com as virtudes do outro, e vice-versa. D. Pedro não fora feito para ter um

ministro como José de Alencar, do mesmo modo que este não fora feito para servir a um Imperador que reinou e governou, usando e conservando todos os poderes que lhe outorgara a Constituição. Nas suas grandezas, eles jamais lograriam entender-se.

**UM TURISTA COROADO VIAJA  
PARA A AMÉRICA:  
D. PEDRO II NOS ESTADOS UNIDOS**

*Antonia Fernanda Pacca de Almeida Wright*



## APRESENTAÇÃO

A prof.<sup>a</sup> d. Antônia Fernanda Pacca de Almeida Wright, da Universidade de São Paulo, escreveu para este número do *Anuário do Museu Imperial* um trabalho tecendo comentários a propósito da visita do imperador aos Estados Unidos, por ocasião dos festejos comemorativos do centenário da Independência americana. Em apêndice julgou oportuno anexar cópias de documentos do mais alto interesse, os quais, preferiu a direção do Museu Imperial apresentar na língua original.

Partiu d. Pedro II do Rio de Janeiro, na manhã de 26 de março de 1876, em companhia da imperatriz, embarcando no vapor *Hevelius*. A comitiva era composta pelo conselheiro Luís Pedreira do Couto Ferraz (fraternal amigo do monarca), barão do Bom Retiro em 1867, elevado a visconde com grandeza em 1872; pelo médico da Imperial Câmara dr. José Ribeiro de Sousa Fontes, que seria barão de Sousa Fontes em 1882, elevado a visconde em 1886; pelo diplomata Artur Teixeira de Macedo e pelo cons. de Estado e gentil homem da Casa Imperial vice-almirante Joaquim Raimundo de Lamare, que seria almirante e visconde com grandeza de Lamare em 1888. Faziam ainda parte da comitiva a dama da imperatriz (e sua grande amiga) Josefina da Fonseca Costa, que seria no ano seguinte baronesa da Fonseca Costa, elevada a viscondessa com grandeza em 1888, e as damas Leonídia Loreto Esposel e Joana de Alcântara. Viajava ainda na comitiva o dr. Carlos Henning, professor de sânscrito de d. Pedro II.

Desembarcando em Nova Iorque a 15 de abril, dispensa o imperador as homenagens preparadas para a sua chegada, embora não pudesse evitar as honras oficiais, que não houve como suspender. Tal gesto foi perfeita e simpaticamente interpretado pelo povo americano em geral como uma prova de simplicidade e mesmo de gentileza – embora assim não parecesse à esposa

do presidente Grant, conforme anota ela em seu diário. D. Pedro II, por seu lado, julgando-a “feia e vesga” acrescenta: “mas fez o que pôde para ser amável.”

Na Exposição do Centenário em Filadélfia, compareceu o imperador – conforme, aliás, o seu desejo – ao lado do presidente americano, que dava o braço à imperatriz, dando d. Pedro II seu braço à esposa do general Grant.

Numa de suas posteriores visitas à exposição encontrou-se com Alexandre Graham Bell – que conhecera anteriormente em Boston, quando dirigia uma escola especializada para surdos-mudos e onde experimentava nesses deficientes um aparelho elétrico para lhes facilitar a audição. Desse invento partiu Bell para o telefone, instrumento que exibia na exposição, e que, para decepção sua, não estava alcançando o sucesso esperado pelo cientista. Já estava mesmo disposto a empacotar toda aquela parafernália de fios e pilhas, quando surge d. Pedro II a perguntar pelos “seus surdos-mudos”... Dadas as explicações sobre o aparelho ali então exposto, dispôs-se o imperador a acompanhar Graham Bell até onde instalara o seu telefone, comunicando-se por meio dele – para surpresa dos circunstantes – com o seu interlocutor. Foi o início do sucesso.

Guardou a tradição, divulgada pela imprensa americana, a exclamação de espanto do imperador: “Céus, isto fala!” Conta-se haver Graham Bell, nessa oportunidade, presenteado seu imperial interlocutor com um aparelho, logo instalado no Paço de São Cristóvão para comunicação direta com o Ministério da Guerra. Foi o Rio de Janeiro a primeira cidade da América do Sul a possuir telefone; e Petrópolis, obviamente, a segunda do Brasil.

Afirma Heitor Lira, *História de D. Pedro II*, haver o imperador chamado “calorosamente” a atenção dos jurados da Exposição para o novo invento, tirando assim da obscuridade o jovem Graham Bell.

Nos comentários da prof.<sup>a</sup> Fernanda Wright e nos documentos que ilustram seu trabalho fica documentada a importância atribuída pelos americanos a essa visita do imperador do Brasil à grande nação do norte do continente.

A viagem imperial aos Estados Unidos, em 1876, pode e deve ser apreciada a partir de um enfoque diverso daquele que projeta a imagem e a idéia do imperador fazendo turismo e, como turista, causando sensação durante os festejos do centenário da Independência norte-americana. Examinada à luz do contexto e lembrando aspectos da mentalidade da época, é possível fazermos considerações que, apresentando alguns fatos novos, equacionam tais fatos sugerindo uma nova visão do assunto.

A economia nacional, cuja expansão tornara-se mais notada a partir de 1850, dera oportunidade a que um segmento da população crescesse visivelmente em importância no cenário do mando político do país. Constituíam-se de entusiastas do progresso, das reformas e transformações materiais. A contrapartida ideológica deste grupo traduzir-se-ia, mais tarde, muitas vezes, na adoção do Positivismo. Principalmente pautava um ideário voltado para uma espécie de visão grandiosa quanto à potencialidade do Brasil, tanto assim que, se olhadas em conjunto, as divisões e as questões diversas, das quais se fala no período (questões militar, religiosa, servil), apresentam inúmeros traços comuns como se apenas mudassem os protagonistas de um mesmo drama.

A escalada de tal grupo, em direção ao poder, acentuou-se sobremaneira na década dos 70, tendo-se apoiado precisamente em campanhas catalisadoras de prestígio. Criticando o clero, a escravidão e, por fim, a monarquia, armavam e articulavam as já mencionadas questões.

Ao contrário do que diziam por então os detratores do imperador, em uma visão denunciadora do desgaste provocado pelo poder, não seria d. Pedro, como queriam estes, a âncora a manter atracada a embarcação do progresso e a manter estática e emperrada a máquina do Estado. Ou, pelo menos, não era esta a visão que tinha de si próprio o monarca e tão pouco era esta a imagem projetada pelos muitos que lhe eram fiéis.

Ao historiador, é por vezes igualmente importante constatar, no entanto, se tais questões eram válidas como foco de inquietações para os que as viviam, donde a necessidade de tomá-las em conta se o imperador pretendia ausentar-se por período razoável. Uma vez acomodadas algumas delas, pelo menos na superfície, voltamos-nos para o esquema, e as tendências, que envolveram a viagem imperial aos Estados Unidos.

Tal esquema, assim visto, passa a ter, sem dúvida, outro significado sem

alterar a idéia básica e a versão tradicional de um homem culto, como o era d. Pedro II, desejando ver um país onde aconteciam coisas do futuro. De que a viagem foi política em todos os sentidos da palavra – embora particular – disto não resta a menor dúvida.

Foi, sobretudo, um esquema de prestígio, muito embora esteja perfeitamente correta a versão de que d. Pedro fez saber, ao governo norte-americano, o seu desejo de viajar como um particular *as a private citizen* <sup>1</sup>, como bem convinha, a quem visitasse, a terra tida como sendo a do igualitarismo democrático.

Igualmente correto é o relato da recusa do imperador em receber parte das honras protocolares ao chegar no navio *Hevelius* em Nova Iorque, onde lhe foi ao encontro, na fragata *Alert*, o secretário de Estado, Hamilton Fish, acompanhado de ilustre delegação <sup>2</sup>. Corresponde à realidade o episódio que, convidado a transferir-se para a fragata norte-americana, o imperador e sua comitiva, após ouvirem o discurso de boas-vindas, declinou da honraria. Com isto foi fazendo logo, do ilustre secretário de Estado, mais um dentre os americanos entusiasmados diante da personalidade serena, despojada e ao mesmo tempo imponente de d. Pedro. Só isso já bastava para valer-lhe aplausos nos Estados Unidos; porém, o que mais contribuiu para o verdadeiro folclore gerado em derredor da visita imperial, foi a extraordinária campanha publicitária feita em torno da presença do imperador brasileiro nos Estados Unidos. Encarregou-se dela, principalmente, o jornal *New York Herald* <sup>3</sup>, cujo repórter, o irlandês James O’Kelly, veio ao Brasil especialmente para cobrir a viagem imperial.

Acompanhou, deveras, a comitiva imperial no *Hevelius*, fez cobertura jornalística de forma completa, minuciosa e quase entusiasta o que, naturalmente, fornecia matéria para outros jornais, tais como o *New York Times* e *Sun*.

Percebe-se, portanto, que este especial “turista comum”, convidado pelo governo norte-americano para participar dos festejos do centenário <sup>4</sup>, além de despertar grande curiosidade, desde o início, não se opôs a que seus passos fossem divulgados com todas as características de uma verdadeira visita oficial. Sua imagem foi, inclusive, adaptada ao gosto do público local antes mesmo de sua chegada aos Estados Unidos, pois as diversas matérias publicadas apresentavam-no como um monarca constitucional. Não se mencionaram as várias crises provocadas pelo declínio dos preços do café no mercado internacional e ele era adornado, até com exageros, tais como a notícia de que abolira a escravidão em seu país. Bem ao contrário, a descrição de d. Pedro como erudito, e homem de grande cultura, foi desde logo destacada, até porque agradava, a ele próprio, projetar uma tal imagem: “Nasci para consagrar-me às letras e à ciência”, escrevera o imperador em seu diário, em 31 de dezembro de 1861 <sup>5</sup> e, efetivamente, este lado de sua personalidade era enfatizado, não só na imprensa, como nas altas rodas. Estes



destaques mais do que naturais, se originavam do real interesse pelos estudos pois é sabido que d. Pedro II passou a estudar matemática, química e física, especialmente eletricidade e astronomia, tanto que chegou a ponto de, em 1846, fazer instalar um telescópio no palácio de São Cristóvão. Revelando também predileção e conhecimento pelo estudo da botânica, dentre outras ciências, tornou-se grande amigo de sábios eruditos que as praticavam como Louis Agassiz, e, por mais de 20 anos, manteve correspondência com o naturalista francês Quatrefages.

D. Pedro foi um dos primeiros a mostrar interesse pelo trabalho de Pasteur, tornando-se benfeitor do Instituto Pasteur de Paris tanto que seu busto foi colocado no Salão de Honra do instituto. Ao conhecer o famoso sábio em Paris, expressou-lhe a esperança de que Pasteur descobrisse uma vacina contra a febre amarela, que por sinal grassava no Rio quando a comitiva partiu para a América. Passando à ação, em 1888, d. Pedro fundou, de fato, no Rio, o Instituto Pasteur para o tratamento da raiva. Era conhecedor de geologia e também versado em arqueologia, filosofia e sociologia. Como dominava grego clássico, tendo estudado com Félix E. Taunay, estudou, mais tarde, grego moderno, hebraico, sânscrito, árabe, latim, português, francês, inglês e alemão, interessando-se inclusive pelo estudo do idioma tupi.

Não é de estranhar que com um assunto tão rico e um personagem tão versátil se encantassem muitos americanos.

Já o reverendo James Cooley Fletcher (1823-1894), adido cultural da legação americana no Rio, e seu grande amigo, divulgara as qualidades intelectuais do imperador nos meios oficiais. Através de Fletcher é que havia tomado contato com a obra de Henry Wadsworth Longfellow (1807-1882), de John Greenleaf Whittier (1807-1891), Charles Norton Guernsey, J. T. Fields, Oliver Wendell Holmes, Alvan Clark, e de Louis Rudolph Agassiz, com os quais o imperador se correspondia desde 1855. Traduzira, ele próprio, o poema do americano Longfellow, *King Robert of Sicily*, intitulado em português de *O conde siciliano*; por sinal tentou convencer o mesmo Longfellow a verter para o inglês *Os Lusíadas*, no que não teve êxito, e, até, o convidou a visitar o Brasil. D. Pedro também traduziu *The Cry of a Lost Soul*, de Whittier.

Como se vê, bem antes da viagem de 1876, o imperador manteve relações com a elite cultural americana, guardando suas preferências que não incluíam, surpreendentemente, nomes como o de Walt Whitman e Mark Twain.

A imprensa norte-americana não perdeu a oportunidade de explorar a notoriedade de um visitante cheio de tão atraentes e variados atributos, assunto capaz de, realmente, atrair a atenção e excitar a imaginação dos leitores.

Em contrapartida, a imprensa brasileira, a mesma das campanhas contudentes a propósito das recentes crises internas do país, viu-se,

repentinamente, tornada por notícias em profusão quanto às tiradas do ilustre visitante e as andanças imperiais em terras da América. E é o exame de alguns itens dessa imprensa que nos servirá de guia para a avaliação da visita americana, sob o prisma de resultados obtidos quanto à elevação do prestígio interno do monarca, em decorrência, pelo menos, da imagem positiva que projetava do Brasil lá fora. Começamos com o que se publicava ao início da vilegiatura.

A imprensa do Rio de Janeiro dava, então, prioridade ao noticiário referente à epidemia de febre amarela particularmente devastadora a partir dos meses de março a abril quando deixaram o Rio e o Brasil.

A “questão religiosa” e o conflito entre a Igreja e o Estado, em conseqüência da bula papal proibindo membros do clero de frequentar lojas maçônicas, ocupavam também bom espaço nos jornais; dedicava-se espaço ainda às críticas contra a polícia, que não descobrira os falsificadores das notas de 200 mil réis. Tal quadro logo mudaria.

Até a *Revista Ilustrada*, publicação semanal de oposição ao governo, fez referências à viagem de d. Pedro II, na primeira página <sup>6</sup>, onde saiu caricatura de Ângelo Agostini, sobre a impossibilidade de alguns membros da comitiva oficial <sup>7</sup> de participar das comemorações de 4 de julho por motivo de doença. Outra matéria da mesma publicação elogiava a iniciativa do capitão Eads de construir diques no rio Mississipi, nas proximidades de Nova Orleans, a propósito da visita feita a essas obras por d. Pedro II. O artigo terminava dizendo, sugestivamente, que no Brasil havia poucas iniciativas privadas comparáveis à do norte-americano Eads. A *Gazeta de Notícias*, com circulação de 14.000 exemplares em 1876, apresentou interessantíssimas informações sobre a viagem imperial. Em 27 de março a sua primeira página noticiou o embarque de d. Pedro II e a recepção oficial, destacando a multidão de populares que acorrem ao evento, noticiando as personalidades presentes, tais como a própria princesa Isabel e o conde d’Eu que compareceram ao embarque. A princesa dera à luz um filho varão fazia pouco tempo, em outubro do ano anterior. Sua popularidade, por isso, aumentava como destaca a historiadora Mary W. Williams <sup>8</sup>. Esclarece a notícia que o navio, ao afastar-se, havia sido acompanhado por pequenas embarcações, algumas delas militares, ao som do hino nacional.

A chegada do casal imperial é noticiada em 31 de março de 1876 em Salvador, mencionando não haver podido desembarcar a comitiva, devido ao estado de quarentena naquela cidade.

Entusiástica recepção popular e oficial é feita ao imperador em Pernambuco, ainda segundo a mesma folha, em 19 de abril.

Em 7 de abril, a *Gazeta de Notícias* descreve a recepção oficial e os festejos em Belém, o ponto culminante das manifestações no Brasil. No dia seguinte, o jornal informa que a princesa Isabel recebera do Pará um telegrama de seu pai.

Finalmente, no dia 17 de abril, vem relatada a chegada em Nova Iorque com riqueza de detalhes, reproduzindo a já conhecida informação de que o imperador recusara a recepção oficial. Um telegrama procedente de Omaha informava, a 20 de abril, que o Imperador passava bem de saúde.

Vasto noticiário, no dia 24, dava detalhes das já aludidas festividades realizadas em Belém em homenagem ao imperador e sua comitiva, incluindo-se descrição de visita à Câmara Municipal, celebração de missa, e uma visita à embaixada de França, culminando com o relato da libertação dos escravos pela municipalidade e outros fatos relacionados com a visita imperial.

Já o número de 12 de maio de 1876 da prestigiosa *Gazeta de Notícias* descrevia a inauguração da exposição de Filadélfia, ressaltando que o imperador e a imperatriz haviam ocupado o lugar de honra nas cerimônias, destacando a execução dos hinos nacionais e da Marcha de Wagner, composta para as comemorações do centenário. O discurso do presidente Grant, após a execução do Aleluia de Haendel, pela banda, é comentado; bem assim, o clima de grande prestígio dos festejos para o qual contribuía d. Pedro.

Em 20 de maio, a mesma *Gazeta de Notícias*, transcreveu relatos do seu correspondente enviado à América. Informando sobre a vida diária a bordo do *Hevelius*, a caminho de Nova Iorque, por sinal envia transcrições bastante atrasadas do noticiário da imprensa americana. – Assim é que se noticia que o imperador lia muito, mostrando-se amável com todos e que a viagem prosseguia de forma agradável. Obviamente estes eram tópicos de notícia mais do que conhecidos dos brasileiros e capazes de interessar, no entanto, aos americanos a quem a única cabeça coroada a visitar fora o rei Kalakaua do Havai.

No dia 15, o *Hevelius* chegou a Nova Iorque, e o fato de que d. Pedro recusou-se a embarcar em um navio de guerra dos Estados Unidos, foi reproduzido na edição de 22 de maio da *Gazeta de Notícias*, fato que, como já assinalamos, fora relatado no dia 16 de abril pelo *New York Herald*. A do dia 24 de maio também reproduziu notícias de Filadélfia e das comemorações do centenário. Em 25 de maio de 1876, a *Gazeta* novamente transcrevia o relato do *New York Herald* do dia 16.

O noticiário de fins de maio e junho baseou-se, igualmente, nos do *New York Herald* já mencionados. Em 4, 5, 6 e 8 de julho, foi estampado noticiário mais completo sobre a viagem imperial.

A edição de 4 de julho publicava na segunda página um hino em homenagem ao poeta norte-americano Whittier, uma tradução para o português do hino do centenário não mencionando o tradutor, e outra de Carlos Laet.

Apareceu também, em 5 de julho de 1876, na *Gazeta de Notícias*, uma tradução para o português do referido hino do centenário, de autoria de A. E. Zaluar.

Tanto esta folha quanto *O Globo* enviaram telegramas de congratulações à imprensa norte-americana pelo centenário da Independência dos Estados Unidos.

*O Globo* saiu com uma edição especial sobre o centenário com várias matérias sobre os Estados Unidos, inclusive destacando a história e as riquezas do país, além de estampar gravuras da Exposição de Filadélfia.

*O Diário do Rio* e *A Reforma* saudavam, em suas edições, ao povo norte-americano pelo acontecimento.

*A Gazeta de Notícias* descreveu detalhadamente o banquete oferecido pelas autoridades norte-americanas, no Rio, aos ministros e aos membros do governo brasileiro.

A primeira página da edição de 6 de julho noticia a chegada do barco *John Bramull*, proveniente de Nova Iorque, trazendo os jornais de abril e maio com o noticiário da visita do imperador a Nova Orleans e das observações de d. Pedro, inclusive a conhecida opinião imperial sobre os sulistas serem menos dinâmicos do que os nortistas e os habitantes do oeste americano.

Pelas amostras de noticiário examinadas, vê-se que o imperador obtinha excelente publicidade no Brasil, como reflexo de sua visita informal aos Estados Unidos.

Se a Inglaterra era vista como um país onde o desenvolvimento econômico, principalmente o industrial, estava inquestionavelmente à frente de outros países, nos Estados Unidos os inventos e as técnicas, tanto para a indústria como para a agricultura, bem assim como para os transportes e as comunicações, equacionavam-se dentro de um país do Novo Mundo, com problemas dos grandes espaços físicos semelhantes aos do Brasil. Dentre este avultava o problema da herança escravocrata e do apelo à imigração como solução para a substituição da mão-de-obra escrava. Acresce, ainda, o fato de que a idéia da importância do racional e do pragmático, da ordem e do progresso e da sensação de concórdia universal, como base de um Estado perfeito, haviam sido pelo menos testados nos Estados Unidos. É preciso lembrar que tais circunstâncias não capturavam apenas a imaginação dos que sonhavam chegar ao poder, mas, também, daqueles que o detinham e, entre estes, naturalmente incluía-se o monarca, que era tão sabiamente voltado para as lides da ciência e da cultura. Afinal o Curso de Política Positivista de Augusto Comte principiara a ser publicado desde 1830, na Europa, e as teorias de Hobbes não eram leituras estranhas à maioria dos brasileiros ilustres.

É de notar-se que o progresso imperial aproveitava, sobremaneira, ao que se poderia descrever como o início *sui generis* do que seria a futura classe média brasileira. A esta, a despeito de não se assemelhar em suas características históricas à classe média européia – ou talvez por isso mesmo – empolgava a idéia de progresso e riqueza como condições para o prestígio pessoal e nacional. Embora francófilos muitos deles, não resta dúvida que

poucos hesitaram em adotar e aplaudir, com grande versatilidade, preceitos ou soluções anglo-saxãs, sobretudo as equacionadas em solo americano. Repugnando, embora, por proselitista e cruzadista, o ideal encarnado pelo “sonho americano”, sem dúvida, despertava este suficiente interesse para ser testado e provado de perto por qualquer brasileiro – que dirá um monarca possuidor, nos Estados Unidos, de amigos, confrades e de colegas de penas ilustres como o poeta Longfellow ou o cientista Louis Agassiz.

A sua curiosidade e interesse em encontrar esses amigos, a sua ânsia de ver escolas, instituições, soluções administrativas, manifestações religiosas as mais diversas, bem demonstram que, ao fazer a viagem para a América, regozijava-lhe o coração e entrava em harmonia o espírito e a curiosidade de ver o novo e o interessante, sem esquecer o prático aplicável em sua pátria. Assim é que cruzou o país visitado, em todas as direções <sup>9</sup>, vendo tudo e tudo anotando em seu famoso Diário, documento riquíssimo conservado no Museu Imperial, demonstrando a minúcia com que esta visita altamente proveitosa foi por ele captada. Assistindo desde representações teatrais, até mesmo aquelas nem sempre de altíssimo nível, até cerimônias religiosas revivalistas do cristianismo primitivo, d. Pedro tudo viu e anotou. Impressionado, com as escolas e as instituições para deficientes físicos, não desprezou as fábricas de seda, de exploração do gelo não deixando fora de seu roteiro, por outro lado, o exotismo de Chinatown. Não resistiu, por vezes, a pecadilhos de vaidade tais como demonstrar sua familiaridade tanto com o telescópio, no famoso colégio feminino de Vassar, quanto lendo com facilidade os manuscritos hebreus. Anote-se o seu grande sucesso com as senhoras, a quem se dirigia galantemente embora poucas vezes acompanhado da imperatriz, cujo estado de saúde obrigava, praticamente, a não participar da maioria das visitas. Deslumbrando-se com o faroeste americano, desdenhou a famosa Goldengate de São Francisco, classificando-a como menos impressionante que a entrada do Rio de Janeiro.

Da exposição do centenário, em Filadélfia, causa primeira da viagem do imperador, ficaram alguns fatos dignos de nota, sendo que alguns até pitorescos. Por exemplo, a oferta feita pelo imperador, enlevado que se sentiu, pela imponência dos festejos, de um hino ao centenário norte-americano, cuja partitura encomendou ao músico brasileiro Carlos Gomes <sup>10</sup>, o qual fez grande sucesso. Foi por isto entusiasticamente ovacionado pela multidão na abertura dos festejos, concorrendo com seu anfitrião. Surpreendeu também a variedade dos produtos brasileiros, inclusive rnanufaturados, sendo apreciada a engenhosidade de alguns deles, a exemplo de uma enorme máquina de madeira para produzir alfinetes <sup>11</sup>.

O general Ulisses Grant, presidente dos Estados Unidos, compareceu ao local da inauguração acompanhado do Imperador, já então uma figura famosa no país. A esposa do presidente Grant anotou em seu diário o despeito que sentiu pelo fato de caber à imperatriz brasileira, acionar as

máquinas que deram partida a todo o complexo de máquinas da exposição <sup>12</sup>. Não faltaram ditos de espírito, tais como, a resposta à pergunta de d. Pedro sobre o número de revoluções por minuto de um imenso engenho Corliss, à qual respondeu o presidente: “Certamente mais revoluções por minuto que nas repúblicas sul-americanas”.

A exibição prosseguiu sendo enriquecida por novos pavilhões. Tendo já devidamente visitado e inaugurado todos, inclusive o de estilo mourisco, que abrigava imponentemente os produtos brasileiros, d. Pedro e comitiva realizaram inúmeras idas e vindas fazendo pequenas viagens a outros pontos, tais como Baltimore, onde viu seus amigos intelectuais, ou Anápolis, para onde velejou para visitar a academia naval.

Dentre os documentos existentes sobre a viagem de d. Pedro, são interessantes os depoimentos, quer dos jornais, ou dos relatórios diplomáticos, como as cartas íntimas e, até, as notas de compra e as encomendas enviadas ao Brasil, posteriormente. Na biblioteca da Universidade de Harvard, encontra-se precioso material da correspondência trocada com a viúva do cientista Agassiz, como, também, a página do diário de Longfellow que registra o seu contato com o imperador brasileiro.

A já citada historiadora Mary Williams usou principalmente os arquivos do conde d’Eu e os artigos da imprensa americana. Parte das notícias veiculadas no Brasil é comentada por Argeu Guimarães em seu livro sobre a viagem imperial. Em todas essas fontes documentadas, chamam porém a atenção alguns pontos, os quais são principalmente ligados à variedade de interesses e aos caminhos escolhidos pelo imperador nos Estados Unidos da América. Constitui o elo geral de ligação, em todos os seus atos e em todas as suas tendências nessa viagem americana, a curiosidade pelo progresso que o inclui na pauta dos homens desejosos de acionar esquemas de mudança, no cenário político do seu país. Isso dentro de um lema de ordem e progresso, em nome do qual seria feito o golpe político que o derrubaria afinal.

**ITINERÁRIO DA VIAGEM DE DOM PEDRO II, DA IMPERATRIZ  
E COMITIVA, AOS ESTADOS UNIDOS – 1876**

**Embarque no navio *Hevelius***

Rio de Janeiro, manhã de 26 de março

**Parada do *Hevelius* em Salvador**

Sem desembarque do imperador, 29 de março

**Parada do *Hevelius* no Recife**

Sem desembarque do imperador, 31 de março

**Parada do *Hevelius* em Belém**

Com desembarque do imperador, 5 de abril

**Entrada no porto de New York**

Madrugada do dia 15 de abril (domingo)

**Partida para o extremo oeste (a imperatriz ficou em New York)**

14 de abril. Por: Chicago e Omaha. Visita às Montanhas Rochosas, Wyoming, Parada em Salt Lake City, Cape Horn, Auburn, Sacramento, Oakland e São Francisco.

**Partida para o leste**

29 de abril. Parada em Sacramento, Chicago e Pittsburgh

**Chegada a Washington**

7 de maio

**Partida para a Filadélfia**

9 de maio

**Inauguração oficial da Exposição de Filadélfia**

10 de maio, Wilmington, Delaware, Filadélfia, Baltimore, Anápolis e Baltimore

**Partida para Saint Louis**

14 de maio. Parada em Cincinnati

**Partida para New Orleans, descendo o Mississippi**

18 de maio

**Chegada a New Orleans**

24 de maio. Lago Pontchartrain

**Partida para Washington via Mobile e Memphis**

28 de maio

**Chegada a Washington**

2 de junho

**Partida para o norte e chegada a Niagara Falls**

4 de junho

**Partida para o Canadá**

5 de junho, Kingston, Thousand Islands, Saint Lawrence Falls

**Desembarque em Montreal**

6 de junho

**Retorno aos Estados Unidos pelo lago Memphremagog Lowell e cidades industriais**

8 de junho

**Chegada a Boston (onde conheceu Graham Bell), Albany, Saratoga, New Haven**

8 de junho

**Retorno à Filadélfia (visitas à exposição; encontro com Bell e o telefone)**

20 de junho

**Partida para New York**

20 de junho

**Partida para Europa**

12 de julho

Tempo de permanência de dom Pedro II, a imperatriz e comitiva nos Estados Unidos: três meses e 27 dias.

**LEGAÇÃO DO BRASIL NOS ESTADOS UNIDOS,  
NOVA IORQUE, 28 de abril de 1876**

Sr. Secretário de Estado,

Devido a descuido de pessoa na minha casa em Washington, cujo dever é de encaminhar as cartas às minhas mãos, não tive a honra, até o dia de hoje, de receber o bilhete do dia 20 deste mês, de vossa excelência, que trazia cópia de uma carta endereçada a vossa excelência pelo Hon. Joseph R. Hawley, presidente da comissão do centenário, convidando suas majestades, o imperador e a imperatriz, para estarem presentes na abertura da exposição em Filadélfia no dia 10 do próximo mês de maio.

Em resposta devo informar a V. Excelência que já transmiti o convite em questão ao imperador e que Sua Majestade sentindo-se grato pela atenção demonstrada pela comissão do centenário, demonstrou desejo de ir à cerimônia com sua comitiva, e em companhia da legação do Brasil, esperando sejam evitadas todas as demonstrações oficiais, pois que viaja em caráter particular.

Solicito a compreensão de V. Ex.<sup>a</sup> para a menção deste fato, e que tendo tido o prazer de conhecer o sr. Hawley há alguns dias na Filadélfia, informei-lhe do desejo do imperador.

Aproveito esta ocasião para reiterar a V. Excelência a expressão da minha mais alta estima e consideração.

A. P. de Carvalho Borges

A sua excelência Hamilton Fisch, secretário dos Estados Unidos, etc., etc., etc., etc.

**THE PERSONAL MEMOIRS OF JULIA DENT GRANT (MRS. ULYSSES S. GRANT)  
edited with Notes and Foreword by John Y. Simon. With Introduction by Bruce Catton.  
G. P. Putnam's Sons, New York, 1975**

“Then came the Emperor of Brazil, who insisted that he should not be entertained, that he came as a private citizen. When the Secretaries of State and of the Navy went to meet him with a private steamer, he positively refused their preferred attentions, and in no gentle manner, although he was told they had come at the request of the President. He arrived, therefore, in the midst of a crowd. He went to a hotel, where he left the Empress, and sped on to San Francisco. After having been in the country for several weeks, he



came to Washington. He was in the city several days before he called on the President. At length the Brazilian Minister called and asked Mr. Fish, our Secretary of State, when it would suit the President to receive the Emperor. He was received the next day at eleven A.M. He came and looked hot and rather dusty, having already that morning climbed to the top of the dome of the Capitol.

After he had been presented to the President, he said: "Am I not to have the pleasure of seeing the ladies?" The President answered: "Oh, certainly. We will find them, I think, in one of the drawing rooms". They found me there, surrounded by a party of ladies who could not be surpassed. There were Mrs. Fish, wife of the Secretary of State, my ideal of an empress; Mrs. [George M.] Robesch, wife of the Secretary of the Navy, a handsome lady and very clever; my daughter, Mrs. Sartoris, and my daughter-in-law, Mrs. Fred Grant, both young and charming. All of the ladies were beautifully dressed and looked cool and handsome. I thought the Emperor then realized he had missed a great deal in this pursuit of knowledge.

We met His Majesty again at the centennial in the spring of 1876. He was invited to assist the President in start the great Corliss engine which put all the machinery in motion. The Empress of Brazil was invited, too, and did place her hand on the valve which started the great engine. I, too, was there on the platform with the President, the Emperor and Empress, I, the wife of the President of the United States – I, the wife of general Grant – was there and was not invited to assist at this little ceremony, which opened the centennial celebration of America's independence. I wonder what could have prompted this discourtesy to the wife of the President of United States and, at the some time, this honor to the wife of a foreign potentate. Of this I am quite sure: if General Grant had known of this intended slight to his wife, the engine never would have moved with his assistance.

The Empress was escorted around the main building by the President, I did not like this arrangement, as I wished to walk with the President myself on that occasion, I walked with the Emperor and, feeling that I ought to call his attention to all that was good in our Republic, I pointed out to him as we passed, pyramids of tobacco all beautifully gotten up, and I said with pride: "Your Majesty, this is one of our greatest specialties." He replied, almost with disgust: "Humph, what is it good for?" I looked up with surprise and repeated: "good for? Why", I said: "everything." "What?" he asked again. I said: "It is a great pleasure to smoke. Smoking quiets the nerves, if one is wakeful, it soothes one and promotes sleep. Smoking is a great assistant to digestion." I said all of this with the air of one who knew all about it. The Emperor repeated: "digestion, digestion" with much force and then exclaimed: "Exercise, exercise, that is for digestion." I replica, with an air of great superiority: "Oh, Your Majesty, you are away behind the times. The whole energies of the United States are now bent inventing laborsaving machinery."

At this, he laughed heartily and almost dragged me to the Brazilian department and in triumph pointed out a beautiful glittering engine, saying: "forty horsepower, Brazilian." "What is it for?" I asked. He said: "an engine and forty horsepower, Brazilian," but he did not tell me what it was for. We met them again in England. The Empress, whom I liked best, seemed delighted to see me again.

## NOTAS

1. Relatório de J. Partridge a Hamilton Fish comunicando a provável data de chegada do imperador e seu itinerário. *Diplomatic Dispatches, from US. Ministers to Brazil*, National Archives, Washington, 10/02/1876.

2. Cf. Hamilton Fish a Carvalho Borges, em *Diplomatic Dispatches from U.S. Ministers to Brazil*, National Archives, Washington. 08/05/1876.

3. Número do *New York Herald* de 16/04/1876 e *New York Times* de mesma data.

4. O convite oficial feito pelo presidente da comissão de festejos, Joseph Hawley, em 20/04/1876, chega de fato às mãos do imperador, atrasado, sendo refeito em 28/04/1876. Havia porém sido feito e reiterado anteriormente. Cf. Hamilton Fish a A. de Carvalho Borges, *Administration Service*, National Archives, Washington, 20/04/1867 e 28/04/1876.

5. Arquivo Histórico do Museu Imperial, col. POB. (M. XXXV. D.1055.) Cf. Anuário do Museu Imperial, vol. 17 (1956). Rio, 1960.

6. Cf. *Revista Ilustrada* de 8 de julho de 1876.

7. A comitiva oficial compunha-se dos seguintes elementos: visconde do Bom Retiro, bacharel em Direito, foi catedrático da Faculdade do Rio, elegendo-se deputado à Assembléia Provincial da província do Rio em 1845. Em 1846, foi nomeado presidente da Província Fluminense e, posteriormente, foi presidente da província do Espírito Santo. Ministro do Império, em 1853, promoveu a vinda de imigrantes europeus e a construção de estradas de ferro na Bahia, Pernambuco, São Paulo e Rio. Foi ainda membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Instituto Imperial de Agricultura. Dominando o francês, inglês e alemão, viajou para os Estados Unidos como camarista do Imperador.

Vice-almirante Joaquim de Lamare. Entrou para a Academia Naval do Rio em 1826. Ocupou o cargo de ministro da Marinha, foi presidente das províncias de Mato Grosso e Grão-Pará e deputado à Assembléia Geral Legislativa. Em 1876, tornou-se conselheiro de Estado e da Guerra.

Dr. José Ribeiro de Sousa Fontes (barão e visconde de Sousa Fontes) foi membro do Conselho de sua majestade o imperador. Formou-se em medicina, foi catedrático de anatomia descritiva da faculdade de medicina do Rio, médico da Imperial Câmara e cirurgião-chefe com a patente de coronel. Participou da guerra do Paraguai (1865-1870) e foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Academia Imperial de Medicina.

Professor Karl Henning, cursou a Universidade de Giesse, onde estudou filosofia, filologia e sânscrito. Em Paris, lecionou sânscrito e pesquisou sobre a literatura grega. Trabalhou na Biblioteca do Museu Britânico e, voltando para a sua cidade natal, foi nomeado professor da Reichschule (Escola Real) onde publicou parte de sua pesquisa. Foi convidado a vir para o Brasil por sugestão de Albert Weber e de Adolphe Régnier,

chegando em 1874. No Rio, lecionou e estudou com o imperador, literatura, sânscrito e grego.

Dr. Artur Teixeira de Macedo, nasceu na Itália, filho do cavalheiro Sérgio Teixeira de Macedo, ministro do Brasil. Estudou no Georgetown College, nos EUA e, posteriormente, foi para Londres, regressando ao Brasil em 1855, quando completou sua educação na Academia de Pernambuco. Bacharel em Direito, foi nomeado para a Capitania do Porto do Rio e, em 1865, foi nomeado para o cargo de Secretário do Presidente da província do Paraná e, em 1872, ocupou o mesmo cargo na província do Rio Grande do Sul.

Dona Josefina da Fonseca Costa, mais tarde viscondessa da Fonseca Costa, viajou para os Estados Unidos como dama da imperatriz, da qual era grande amiga.

**8.** Mary Wilhelmine Williams: *Dom Pedro the Magnanimous, Second Emperor of Brazil*. Chapel Hill, The Univ. of North Carolina Press, 1937 p. 186.

**9.** Cf., em apêndice, a sinopse do itinerário de d. Pedro.

**10.** Os originais do hino e da correspondência trocada a respeito estão no Arquivo Histórico do Museu Imperial.

**11.** James D. McCabe: *The illustrated history of the Centennial Exhibition*, Philadelphia, The National Publishing Company, s/d.

**12.** Idem.



**D. PEDRO II, EÇA DE QUEIRÓS  
E AS FARPAS**

Apresentação de *Roberto Reis da Silva Ramos*



A título de brincadeira, atribuída a Valentim Magalhães e Dermeval da Fonseca, colaboradores da *Gazeta de Notícias*, publicou o jornal em seu número de 1º de abril de 1883 a notícia do falecimento de um comendador, de nome João Manuel da Silva Carvalho Peres, abastado comerciante português, que teria deixado em testamento a seis escritores patricios, inclusive Eça de Queirós, a quantia de dois contos de réis para cada um. Os jornais de Lisboa veicularam e comentaram a notícia, e Eça chegou a preparar, para a série de suas Cartas de Inglaterra, uma crônica que interromperia tão logo veio a saber tratar-se de mero “1º de abril”. Não havia testamento, nem jamais existiu o comendador Carvalho Peres.

Trabalho relegado ao fundo da gaveta, só veio a público em 1912, ao editar-se a coletânea de “manuscritos inéditos” – Últimas Páginas. Intitulada *Testamento de Mecenas*, diz Eça em certo passo dessa crônica: “Os únicos escritores que receberam anonimamente alguma coisa, por meio do correio, fomos nós, Ramalho Ortigão e eu, quando redigíamos ambos as Farpas: recebíamos então regularmente do Brasil – promessas de bordoadas”.

Essas “promessas de bordoadas” constituíram, mesmo para os conhecedores da vida e obra de Eça de Queirós, verdadeiro enigma até 1959, quando o escritor pernambucano Paulo Cavalcanti, teve publicado pela Companhia Editora Nacional (Brasília, nº 311) seu livro *Eça de Queirós, Agitador no Brasil*.

Cavalcanti foi realmente pioneiro, nesse notável trabalho de pesquisa, quanto ao papel atribuído às Farpas nos motins e arruaças ocorridas em Recife e Goiana contra a colônia lusa, e de tal vulto que não se puderam realizar as comemorações de rua do cinquentenário da Independência. Tudo porque *As Farpas* entenderam de protestar, e o fizeram violentamente, contra a sem cerimônia com que foliculários da imprensa pernambucana contra, faziam a publicação.

Desses protestos nasceu violenta polêmica, se é lícito assim qualificar a troca de desaforos através do Atlântico, entre as Farpas e os Farpões do façanhudo pernambucano José Soares Pinto Correia, o qual prometia aos redatores das Farpas tremendas “surras de cipó”, se porventura aparecessem no Recife. Este o início da refrega, sua causa próxima, sendo o caldo de cultura a animosidade subjacente, popular e nativista, contra a colônia portu-

guesa do Recife e Goiana, praticamente detentora do monopólio do comércio varejista local.

Essa briga, no entanto, não teria tido maiores repercussões se circunscrita apenas à questão dos atentados à propriedade literária, que tanto irritaram os autores das *Farpas*. Era preciso acender os brios patrióticos dos pernambucanos, e foi então que os mesmíssimos beneficiários dos lucros da contrafação das crônicas, com as quais se tinham antes solidarizado, passaram a utilizá-las como instrumento de intriga e aliciamento para um movimento de revolta popular, em típica manobra diversionista do verdadeiro pomo de discórdia.

Sem desfazer dos muitos e inegáveis méritos do livro de Cavalcanti, a verdade, entretanto, é que ele não se saiu bem da tarefa de identificar a paternidade de cada uma das crônicas que nos fascículos das *Farpas* se alternavam sem qualquer indicação a respeito, pois atribui a Eça de Queirós vários dos escritos de Ramalho Ortigão, principalmente os de tom cáustico e odiento, de nenhum modo afeiçoado à pena queirosiana, muito menos à sua índole e feitio.

A dúvida quanto à autoria ainda permitiria especulação após reeditadas as *Farpas*, anos mais tarde, em 11 volumes as de Ramalho e em 2 as de Eça, *Uma Campanha Alegre – Das Farpas*, mas excluídas em todos os 13 volumes aquelas que constituíram, segundo Paulo Cavalcanti, “o estopim, o centro, o grande pretexto para inflamar o nativismo” dos pernambucanos. A questão, porém, ficou definitivamente elucidada quando a livraria Clássica Editora de Lisboa publicou, compiladas por Augusto de Castro, as *Obras Completas de Ramalho* (com *As Farpas* já agora em 15 volumes), incluídos os trabalhos que Cavalcanti atribuíra erroneamente a Eça, como por exemplo, a carta ao presidente da província de Pernambuco, dirigida ao imperador e a crônica *Um barão*. Veja-se, a propósito, o livro póstumo de Arnaldo Faro, *Eça e o Brasil* (Brasiliana, nº 358, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1977) no capítulo *As Farpas em Pernambuco*, do qual tiramos o seguinte resumo da briga:

“D. Pedro II, em 1871, empreendera, com uma comitiva de quinze pessoas, a primeira viagem à Europa. Quando de sua estada em Portugal, *As Farpas* dele se ocuparam, em vários artigos, os quais foram logo transcritos pelo jornal republicano do Recife, *O Seis de Março*. Esses artigos apareceram ainda em volume, mandado imprimir pelo pernambucano Manuel Rodrigues Pinheiro, na tipografia do *Jornal do Recife*, sob o título da publicação original: *As Farpas – Crônica mensal da política, das letras e dos costumes*. Contra tais reproduções, não autorizadas, *As Farpas* protestaram, inclusive em forma de carta-aberta ao imperador, que Cavalcanti atribui a Eça. Também na revista houve menção ao jornal recifense *O Movimento*, de cuja direção participava Sílvio Romero, que classificara Eça e Ramalho como “moedeiros falsos”. Se os artigos sobre o imperador haviam despertado a-



plausos dos republicanos, outras páginas, inclusive as que protestavam contra as reproduções não autorizadas, provocaram repúdio indiscriminado. Entre elas a de um artigo, de Eça de Queirós, sobre o Brasileiro, que retrataria, segundo então se entendeu em Pernambuco, não o português torna-viagem, mas o brasileiro mesmo, o cidadão nascido no Brasil. Protestos foram publicados em vários jornais do Recife. José Soares Pinto Correia, um pernambucano afeito às lutas de imprensa, informa Paulo Cavalcanti, publicou então *Os Farpões*, em cadernos de circulação semanal, mais tarde enfiados em volume sob o título: *Os Farpões ou os bandarilheiros de Portugal* – Resposta cabal aos srs. Ramalho Ortigão e Eça de Queirós, autores das Farpas ou Fastos da Peregrinação de S. M. o imperador do Brasil pelo reino de Portugal. *As Farpas* noticiaram *Os Farpões* e lhe deram resposta. José Soares treplicou em outro folhetim de *Os Farpões*, no qual respondia também a um tal Honório Pinto Carreira, que lhe escrevera de Lisboa.

Nos dias imediatos – continua Faro – vários portugueses são espancados em Goiana. Quase todo o comércio cerra as portas. O pequeno destacamento policial mostra-se impotente para conter os distúrbios, sendo que alguns soldados aderem aos agressores.

O cônsul português em Recife pede providências ao presidente da província, desembargador Faria Lemos. Respondendo à comunicação que este lhe fizera sobre os acontecimentos, o visconde do Rio Branco, então presidente do Conselho de Ministros, recomendou, com energia, não ficassem impunes os autores do atentado. Enviado reforço policial para Goiana, foi aberto inquérito. Teme-se que as agressões ali verificadas se repitam em outras cidades de Pernambuco. Começaram a correr boatos de que também ocorrerão em Recife, no dia 7 de setembro, tradicionalmente assinalado com desfile das tropas, assistido por grande público. A tais rumores se refere o chefe de polícia de Recife em ofício reservado ao presidente da província, no qual menciona *As Farpas* e *Os Farpões*. Em consequência, sob o pretexto de que, no dia 7 de setembro, deveriam ser realizadas eleições para juizes de paz e vereadores, foi cancelada a parada militar.

Como se poderá ver das crônicas de autoria de Eça de Queirós que aqui se transcrevem, nada havia nelas de ofensivo, ou desprimoroso, à pessoa de d. Pedro II. Se em consequência das Farpas se desencadearam as desordens e violências reveladas por Paulo Cavalcanti, certamente que não poderá ser atribuído àquele dos dois redatores da publicação o papel de pivô dos acontecimentos.

É certo que o tom geral das *Farpas* era de ironia e irreverência, e os artigos dedicados à estada do imperador em Lisboa não fugiram à regra. Mas a nota predominante nos escritos de Eça não disfarça sua simpatia pela pessoa de d. Pedro II, como se percebe neste trecho sobre a mala que durante toda a viagem sempre acompanhou o “príncipe ilustre”:

“No entanto, – disfarce ou bagagem – a mala é simpática: dá um

perfume de boa pessoa e sente-se a honestidade. Uma mala pequena não pode chegar para tudo: tapa por um lado o rei – descobre por outro o homem de bem”.



O escritor português, José Maria Eça de Queirós, autor das *Farpas*.

Para a transcrição das crônicas de Eça de Queirós, que se seguem, foi utilizada a edição de 1943 (3ª edição conforme a de 1890) intitulada *Uma campanha alegre das Farpas*, editora Lello & Irmão, do Porto, 2 volumes, com as atualizações ortográficas aconselháveis. Esses artigos constam do segundo volume, a partir da p. 73, sendo o 149 da relação, assim distribuídos e datados:

XIV: *Pedro de Alcântara e Pedro II*; fevereiro, 1872.

XV: *A mala de um príncipe*; fevereiro, 1872.

XVI: *O idioma hebraico, predileção principesca*; fevereiro, 1872.

XVII: *Indumentária de Pedro na Sala dos Capelos*; fevereiro, 1872.

XVIII: *O clero nos saraus do paço*; fevereiro, 1872.

XIX: *A casa de Alexandre Herculano*; fevereiro, 1872.

XX: *Missiva a S. M. o Imperador do Brasil solicitando veneras*; fevereiro, 1872.

Na *Advertência* à edição de 1890, Eça assim justifica as alterações à forma primordial: – “... tal me parece agora a desordem e tão incorrigivelmente se me impôs o amor da harmonia que não resisti por vezes a disciplinar esta turba fremente de vocábulos em correria... Mas além dessas depurações exteriores, procurei escrupulosamente que não se desmanchasse aquele feito especial das Farpas que constitui a sua força especial...”

Com esses critérios, espera-se divulgar o trabalho dentro do melhor estilo e pensamento do autor.

D. Pedro II, acompanhado pela imperatriz, deixou o porto do Rio de Janeiro a 25 de maio de 1871, pelo vapor *Douro*, acompanhado de uma comitiva de cerca de 15 pessoas.

A 12 de junho chegava a Lisboa, recusando as homenagens e, até mesmo, a hospedagem que lhe preparara seu sobrinho, o rei d. Luís I.

Em Lisboa, visitou parentes (entre estes sua madrastra, a imperatriz d. Amélia, que não via desde sua partida para o exílio em 1831) além de vários intelectuais, destacando-se entre esses, o encontro com Alexandre Herculano, a quem o imperador muito admirava. Pouco se demorou em Lisboa; já a 22 do mesmo mês cruzava a Espanha rumo à França, para uma longa viagem que incluía outros países da Europa, Ásia e África.

Retomou ao Brasil em 1872, desembarcando no Rio de Janeiro, a 30 de março. (R. do A.)

## AS FARPAS

Um instante de atenção! O imperador do Brasil, quando esteve entre nós (e mesmo fora de nós), era alternadamente e contraditoriamente – Pedro de Alcântara e d. Pedro II.

Logo que as recepções, os hinos, os banquetes se produziam para glorificar d. Pedro II – ele apressava-se a declarar que era apenas Pedro de Alcântara. Quando os horários dos caminhos de ferro, os regulamentos de bibliotecas, ou a familiaridade dos cidadãos o pretendiam tratar como Pedro de Alcântara – ele passava a mostrar que era d. Pedro II.

De tal sorte que se dizemos que se hospedou entre nós Pedro de Alcântara erramos – porque ele asseverou que era d. Pedro II. Se nos lisonjeamos por ter hospedado d. Pedro II desacertamos – porque ele afirmou ser Pedro de Alcântara.

Que farão os historiadores futuros? Dirão que viajou em Portugal d. Pedro II? Mas se ele o negou! Contarão que Portugal foi viajado por Pedro de Alcântara? Mas se ele o contradisse!

Qual é o nome desse homem venerável que passou? A história não tem nome a dar-lhe!

É por isso indispensável, para segurança das crônicas, que se lhe imponha um nome, que, não recordando especialmente Pedro de Alcântara nem d. Pedro II – seja bastante genérico para os abranger ambos; e que ao mesmo tempo seja suficientemente sério para se poder dar a um príncipe, se ele o fosse e suficientemente simples para se poder dar a um plebeu, se ele o era!

Proporemos portanto aos presentes e aos futuros que ele – que não pode ser chamado Pedro de Alcântara porque o recusou, nem d. Pedro II porque o vedou – seja simplesmente chamado PST!

Falemos da mala deste príncipe ilustre! Todos a conhecem. Ela deixa na Europa uma lenda soberba. Durante meses, viu-o o Velho Mundo absorto sulcar os mares, atravessar as capitais, medir os monumentos, costear os montes, visitar os reis, ensinar os sábios – com a sua mala na mão! É uma mala pequena, de couro escuro, com duas asas que se unem. É por ali que ele

a segura. Na outra trazia às vezes o guarda-sol, debaixo do braço entalava a espaços um embrulho de papel. Muitas vezes depôs o guarda-sol, outras alheou de si o embrulho: a mala nunca! Paris, Londres, Berlim, Viena, Florença, Roma, Madri, o Cairo, – conhecem-na. Ela ficou popular na Europa – como o pequeno chapéu de Napoleão o Grande, ou a grande covardia de Napoleão o Pequeno! Mesmo a celebridade da mala encobre um pouco a glória do príncipe. Como disse o bom Beranger da batalha de Austerlitz: “muito tempo se falará dela sob os lustres dos palácios e sob o teto das cabanas.” Dele – menos!

Confusas opiniões se erguem em torno dessa mala fechada. Que continha ela? – Uns querem que ela tivesse no seu seio os tesouros imperiais; outros afirmam que ela encerrava os imperiais manuscritos. Alguns, mais profundos, sustentam que dentro havia peúgas; outros, mais discretos, afirmam que dentro não havia nada!

Tal se nos afigura a verdade – a mala não guardava nada!

A mala era uma insígnia – a insígnia do seu incógnito. S. M. trazia em *wagon* a mala, pela mesma razão que usa no trono o cetro. Como a coroa é o sinal da sua realeza no Brasil, a mala era o sinal de sua democracia na Europa. A mala formava o seu cetro de viagem – como o perpétuo chapéu baixo constitui a sua coroa de caminho de ferro. Se S. M. trouxesse as mãos vazias, isso indicaria apenas que Sua Majestade não trouxera o cetro porque o incomodava para dormir no beliche do paquete: mas não daria a ninguém o direito de afirmar que ele não era o príncipe, o imperante! Com a mala, não! A mala significa que não só não tem na mão o cetro, mas traz na mão a bagagem; que não só deixou a realeza no Brasil, mas tomou-a sem cerimônia na Europa! A mala é a tabuleta do seu incógnito! A mala diz: “apertem-me a mão, tratem-me por Pedro, e não me toquem o hino!” A Europa olhava-lhe para as mãos, via-lhe a mala, e dizia logo: “Ó aquele, que tal te dás por cá?” O senhor Pedro trazia a mala para que o não confundissem com Sua Majestade. Aquilo significava: “reparem que não sou ele.” À entrada das cidades, aproximavam-se deste príncipe ilustre os cortejos oficiais; mas sua majestade mostrava a mala – e imediatamente as autoridades desabotoavam os coletes! Os camaristas dos outros reis iam beijar-lhe a mão; mas sua majestade descobria a mala – e os cortesãos davam-lhe logo, alegremente, palmadas doces no ventre.

Se sua majestade percebesse que uma só mala não bastava para mostrar o seu desejo de sem-cerimônia, sua majestade era homem para tomar – duas malas! Se a etiqueta insistisse, sua majestade deitaria ao ombro – um baú! Em Portugal, como receasse recepções aparatosas à entrada – sua majestade acrescentou à sua mala um guarda-sol e ao seu guarda-sol, um embrulho! Foi assim que o viram descer do *wagon* os povos perplexos! E se não tivesse havido precaução de retirar apressadamente todo o cerimonial, sabe-se que sua majestade estava disposto a mostrar – as suas chinelas de mouro! Mas as autoridades, em toda a parte, mal viram sua majestade começar a

demonstrar, por meio de objetos familiares, que não era o príncipe – apressavam-se a recolher toda a gala, receosas que sua majestade levasse a sua demonstração até o excesso de despir as calças.

Foi graças a estas precauções que sua majestade conseguiu atravessar a Europa – disfarçado na sua mala. Por isso ela vinha vazia. Sua majestade não a usava como bagagem – punha-a como disfarce. Sua majestade trazia a mala – como outros trazem um nariz postiço.

No entanto – disfarce ou bagagem – a mala é profundamente simpática. Dá a esta corte em viagem uma nota nobre de simplicidade e de sinceridade. Uma mala pequena não pode chegar para tudo: tapa por um lado o imperador do Brasil – descobre por outro o homem de bem.

## XVI - Fevereiro 1872

Sua majestade imperial passa, com justiça, por um dos homens mais sóbrios do seu vasto Império. Sopa, carne cozida, legumes, água e um palito, tal é o chorume dos jantares da corte nos paços da Tijuca <sup>1</sup>.

É verdade que os jornais parisienses contaram que no banquete que o sr. Adolfo Thiers, (presidente certo de uma república incerta) deu ao imperador do Brasil, – sua majestade a cada momento cortava a conversação literária e cética que faiscava em redor da mesa, para gritar com sua imperial boca cheia: “que precioso peixe! que sublime galinhola!”

No entanto, esta circunstância de estupefata gula, narrada com ironia pelos jornais de Paris – não oferece autenticidade: é um reclamo, uma adulação política à cozinha do dito Adolfo! As gazetas republicanas como não encontram nada a exaltar nas idéias políticas de Adolfo – querem ao menos glorificar-lhe as iniciativas culinárias. E já que não podem dizer: “que organização ele dá à França!” gritam: “que jantares ele dá aos reis!” A verdade incontestável é que sua majestade o imperador é um sóbrio.

Há, porém, um só petisco acerca do qual sua majestade revela uma gula excepcional. Sua majestade desdenha demagogicamente, desde a trufa até ao Johanisberg, todos os delicados mimos da fornalha ou da adega. Uma só coisa neste planeta lhe aguça a língua. Para uma só coisa tem sofreguidão incansável e sorvedoura: para o idioma hebraico!

Sua majestade é um guloso de hebraico. No hebraico – rapa os pratos e lambe os dedos. E, por uma inexplicável imprevidência, sua majestade não traz consigo nem um homem de raça hebréia, nem sequer um cristão hebraisante, nem mesmo um professor de hebraico! De tal sorte que nos longos dias preguiçosos de paquete, nas horas fastidiosas de *wagon* – sua majestade passa cruéis privações de hebraico. Por isso chega sempre esfaimado de he-

1. Evidente engano. Trata-se de São Cristóvão.



Caricatura de d. Pedro II, do artista português Rafael Bordalo, publicada no Álbum das Glórias, em 1880.

braico! E mal entra as portas festivas dos hotéis, ainda com a mala na mão, rompe logo a pedir nos corredores, com ganidos de gula, quase com assomos de cólera, o seu hebraico!

Quando sua majestade imperial chegou a Londres, o príncipe de Gales enviou-lhe um dos seus ajudantes-de-campo – um daqueles belos capitães de Horse Guards, que põem à noite um jasmim do Cabo na jaqueta escarlate e ouro. Este *dandy* marcial perguntou a sua majestade o que desejava, naquele momento em que punha o seu pé de além-mar nas plagas verdes de Albion. Esperavam todos que sua majestade pedisse chá – ou um banho.

Sua majestade respondeu avidamente: – “Hebraico!”

Os oficiais olharam-se consternados. E o imperador, com os lábios secos, as mãos nervosas, o apetite enristado, repetia famintamente: – “Hebraico! Só hebraico!” Então, por um rasgo genial os ajudantes do príncipe de Gales levaram, a toda a brida fogosa de um landau, o imperador do Brasil – à sinagoga! Sua majestade precipitou-se entre os hebreus. Os sábios rabis, que são doutores da lei, cercaram o homem augusto, e, vorazmente, a grandes bocados, com guinchos de gozo, o imperador do Brasil, consumiu incalculáveis porções de hebraico. Depois de se fartar, olhou em redor – e pediu mais!

Certos donos de hotéis, em cidades da Europa, ficavam apavorados e confusos quando sua majestade assomava aos limiares das portas, pedindo hebraico a fortes brados. Alguns arriscavam timidamente:

- Se vossa majestade quisesse antes um caldo...
- Hebraico!...
- Se vossa majestade quisesse antes um monumento...
- Hebraico!...

Foi assim em Lisboa, no Lazareto. Sua majestade, já ao descer as escadas do paquete, vinha resmungando: “Salta o meu hebraicozinho!” E daí a minutos expedia gritos famintos. Que consternação! Tudo estava preparado: a canja, a orelheira, a broa, o capilé, o caldo de unto, todos os artificios do gênio português. Mas ninguém se lembrara do hebraico! E sua majestade estrebuchava!

Partiram então exploradores em todas as direções e por fim voltaram trazendo, estonteado e surpreendido, o sr. Salomão Saragga, que lê e fala o hebraico.

Sua majestade esperava ansiosamente, debruçado na janela. Não houve cumprimentos, nem se pôs toalha. Serviram-lhe o sr. Saragga, assim mesmo, cru! Sua majestade deixou-lhe uns restos!

## XVII – Fevereiro 1872

A universidade e os seus doutores têm espalhado apreciações rancorosas sobre a maneira como sua majestade o imperador se apresentou na Sala dos Capelos, num dia de doutoramento e de cerimônia. Dizem que sua majesta-



de, trajando o jaquetão de viagem, com um chapéu desabado e um saco a tiracolo, se veio sentar nos bancos severos da antiga sala adamascada – com a mesma familiaridade com que se sentaria na almofada da diligência dos Arcos de Val-de-vez. E a universidade quis ver no jaquetão de sua majestade e no seu chapéu braguês a mesma significação desatenciosa que o Parlamento de Paris viu, em outras eras, nas altas botas moles e no chicote de estalo do defundo Luís XIV.

Não nos parece justificável o despeito da universidade.

É verdade que um príncipe pode deixar de se comportar com a pompa de um rei – sem que por isso passe a comportar-se com a maltrapice de um varredor. Entre o manto de arminhos e a rabona – há gradações. Um rei por não ir ao passeio com seu cetro de ouro – não se segue que vá com as suas chinelas de ourelo: e por não receber as autoridades revestido do seu uniforme – não é honesto que as receba vestido apenas com a sua pele. Mas também não nos parece que uma quinzena e um chapéu desabado seja toalete que escandalize a douta universidade!

É necessário que os srs. doutores saibam que a toalete só é realmente exigida – quando a toalete é um fim. Num baile, numa *soirée*, numa gala, na ópera – a gravata branca, a luva cor de pérola, a gardênia ou a grã-cruz são essenciais, porque estas festas constituem unicamente uma reunião de elementos elegantes, entre decorações elegantes, para um fim elegante. Tudo aí deve convergir para a harmonia geral – desde as toaletes até as flores. Trata-se de um fino prazer dos sentidos – e a toalete com o seu brilho exterior, é requerida para o tornar completo e perfeito.

Mas quando se trata apenas de doutorar o sr. Fulano, bacharel – não nos parece que tenham cabimentos as exigências da elegância. Se a veneranda cerimônia do capelo é uma festa que reclama os requintes de toalete – onde estão as rosas, os gelados, as jóias nos colos nus, o rumor dos *flirts*, as caudas de seda ondeando na valsa? Se o capelo é um sarau galante, porque é que o sr. de Brito, de direito, nos priva do maravilhoso contorno do seu seio, trazendo batina – afogada? Por que não vemos os srs. lentes jubilados moverem os leques com a mão calçada em luva de 16 botões? E por que é que o sr. Forjaz não dirige os arrebatamentos do *cotillon*? Ah, quereis toalete? Valsai! – Quereis gravatas brancas? – Oferecei gelados! – Quereis luvas cor de palha? – Amai, venerandos doutores!

Vias para aturar uma enfiada de carões sorumbáticos e de batinas caturras, imóveis num estrado; para ouvir uma charanga torpe dilacerando a grandes golpes de figle um minueto da sra. d. Maria I; para admirar quatro archeiros sebáceos perfilados, entre ramos de louro murcho – quereis vós que a gente ponha gravata branca e um jasmim do Cabo na lapela? Pois não vemos aí os srs. de teologia, antigos egressos espapados de gordura, com as suas velhas lobas enodoadas? Não vemos os srs. de direito, antigos comentadores do Pegas, com os seus sapatos achinelados? – Quando foi que a universidade teve jamais a curiosidade e o respeito da toalete? Ela que ainda

há pouco levava ao cárcere os estudantes que usavam colarinho! Ela que reprovava os estudantes que entravam nas aulas com luvas! Ela que proibia em Coimbra os estabelecimentos de banhos! Ela que, destinada a bacharelar as novas gerações, conseguia sobretudo – sujá-las! E abespinha-se porque ele foi ver um capelo, ele viajante, ele Pedro, ele espectador, ele turbamulta – de jaquetão e chapéu braguês! E onde então? Na Sala dos Capelos – que é a Igreja onde se professa para doutor, onde se troca a graça mundana pela sensaboria catedrática, onde o sujeito deixa de ser um homem para ser um lente, onde faz o voto de melancolia e de carranca perpétua, e onde se substitui a alma por um compêndio. E é neste lugar funerário que os srs. doutores emergem da sonolência sepulcral para murmurarem (talvez em latim!) – olha aquele de jaquetão! A universidade dando-se ares de saber que existe o alfaiate *Poole*! Irrisória vaidade conimbricense?

É célebre! Vimos sempre a universidade, quando se tratava de pôr gravata branca – desculpar-se com as suas preocupações científicas. E, agora que se tratava de uma consagração doutoral, a universidade revolta-se por que um dos assistentes não está de gravata branca!

Pois que! Recebe a universidade um sábio, e em lugar de se perder com ele nos retiros difíceis das mais sérias questões do saber – recua, e exclama com uma exigência mundana de *cocotte*: para trás! que horror! vós não estais de casaca! E não compreendeu o que havia de intencional, de amável, na toalette de Pedro! Ele quis se apresentar entre sábios, na rabona de sábio! E não quis humilhar nenhum sr. doutor – pelo asseio da sua roupa branca! Vestiu-se com o rigor científico. Antes de sair para o capelo, em lugar de molhar os dedos num frasco de água de colônia (sabe-se isto!) ensopou as mãos num tinteiro! Ele seguiu a velha tradição universitária – que o rasgão é uma glória e a tomba na bota Lima respeitabilidade! E, se a universidade tivesse lógica, devia escandalizar-se e corar – não por ele se ter abstido da gravata, mas por ousar entrar naquele recinto clássico da porcaria com tão poucas nódoas no fato!

## XVIII – Fevereiro 1872

Deu-se um fato equívoco no sarau do paço, oferecido ao imperador: – e foi que, segundo as mais verídicas informações, numerosos srs. eclesiásticos assistiram ao concerto do paço.

Ora o concerto não era uma recepção oficial dos corpos do Estado – mas uma festa!

Uma festa com luzes, aromas, orquestras, mulheres decotadas, flores e danças. Perguntamos se os srs. eclesiásticos com os seus votos podem participar destes gozos mundanos.

Ou conhecemos muito pouco a essência do catolicismo – ou não nos parece que os srs. eclesiásticos possam estar legitimamente e segundo lei da

Igreja num lugar onde um homem toma nos braços uma mulher, e a arrebatava através da sala, roçando-lhes as pontas dos bigodes no calor do colo nu.

Da tradição dos Padres e dos Santos não consta que as piedosas e místicas figuras desses Homens do Espírito fossem vistas jamais por entre o rumor lânguido dos violoncelos e o palpar amoroso dos leques... De S. Bernardo sabemos que vivia em Clairvaux para fugir à riqueza de Cister, e aí, sob um alpendre de folhagem, comendo pão duro e bebendo no fio dos regatos, preparava-se para Deus; se se correspondia com o rei de Inglaterra e com o imperador da Alemanha, era em dez linhas apressadas: mas era em dez páginas que escrevia a pobres monges aflitos de alma para os encher da Graça. De S. Domingos sabemos que, descalço e esfarrapado, na santa ferocidade da sua fé, pregava e impedia uma cruzada contra os hereges do Languedoc: que vendia os seus livros para comprar lenha aos mendigos: e que um dia, para socorrer uma mulher pobre, como não tinha dinheiro já – se quis vender a si como escravo. Do poético S. Francisco de Assis sabemos que renegou às suas riquezas, viveu muito tempo num banco, e partiu a peregrinar as terras, beijando as árvores dos caminhos, falando aos pássaros que lhe voavam em roda – e espalhando sobre todos os seres, flores, rochas, feras, o amor divino que o enchia! Está assim a lenda dos santos cheia de renunciamentos místicos e de uma intratável hostilidade aos regalos. E de nenhum se conta – que fosse esparecer do serviço de Deus para um bufê resplandecente de baixelas, entre champanhe e perdizes trufadas.

A teologia nos ensina que nunca o sacerdote deve arredar um só momento o seu espírito da contemplação de Deus e da meditação da Graça. Ora não é natural que SS.SS. estivessem possuídos destas preocupações espirituais no galante sarau del rei.

Que tínheis em torno de vós, srs. eclesiásticos? Os moles sofás que inclinam as preguiças românticas; os aromas perturbadores de pó-de-arroz e de femina; as caudas de seda ondulante e lânguidas; os cabelos lustrosos, constelados de jóias; os pescoços brancos de um polido de mármore... Entre estas seduções sataníferas que pensavam VV. SS. srs. eclesiásticos?

Mas longe, no bufê, estava a trufa e o champanhe... Um sarau dá sede. Como a saciastes, srs. sacerdotes?

A nós outros, homens pecadores e perdidos, não causa já grandes estremecimentos a presença da beleza mortal: estamos acostumados, pela educação, às glórias do decote. Também não nos perturba o demônio cor de opala que faísca no champanhe. Conhecemos Satanás em todas as edições. Para nós um colo decotado não é a misteriosa fatalidade do mal – é o pescoço da sra. fulana, casada com o conselheiro sicrano: e o champanhe, sobretudo o do paço, é uma triaga feita com aguapé de Bucelas. Mas para VV. SS., educados no isolamento e no regime do seminário, amarrados pelos votos tirânicos, emergidos da frieza da sacristia, fatigados do breviário... Ah! Para VV. SS.!

E, srs. eclesiásticos, os tempos vão de molde que o povo já se afasta dos simples virtuosos – reclama santos! Ora, os santos não se supõem entre o

frufu dos cetins e o suspirar das rabecas. Ninguém crê que uma rosa saia intacta de um forno, e um sr. eclesiástico puro de um baile. E um povo que não crê na pureza dos seus padres – termina por se esquecer dos martírios do seu Deus!

A verdade – aqui entre nós – é que VV. SS. podem, ao subir para as festas, dar ao criado os seus paletós a guardar; mas não lhe podem dar a guardar – os seus votos. Ora, votos, por mais fortes que sejam, se os passearem entre ombros nus, se os fizerem encostar ao bufê sobre os aromas do Madeira, se os deixarem cismar aos compassos de Strauss, terminam sempre por lhes acontecer o que acontece às casas comerciais que abusam das festas – quebrar!

Se, porém, sucedeu que VV. SS. foram ao concerto porque sua majestade imperial, assim como quis lá ver os folhetinistas, desejou ver lá os sacerdotes – então lamentemos todos o singular temperamento deste príncipe que vai para o vagar dos saraus passar revista às profissões! Apressado, curioso, espicaçado pelo tempo escasso, este imperante pretendia ter nas salas do paço o índice dos nossos costumes e Portugal em resumo? Sendo assim ainda bem que esse príncipe, assim como exigiu que na sala do concerto estivessem as profissões – não pretendeu que lá se achassem também os estabelecimentos! Ainda bem que, para poupar passadas, ele não reclamou que além dos folhetinistas e dos sacerdotes comparecessem também no sarau – as tipografias e as igrejas! – Que embaraço para el-rei nosso Senhor!

## XIX – Fevereiro 1872

Sua majestade imperial visitou o sr. Alexandre Herculano. O fato em si é inteiramente incontestável. Todos sobre ele estão acordes, e a história tranqüila.

No que porém as opiniões radicalmente divergem – é acerca do lugar em que se realizou a visita do imperador brasileiro ao historiador português.

O *Diário de Notícias* diz que o imperador foi à mansão do sr. Herculano.

O *Diário Popular*, ao contrário, afirma que o imperador foi ao retiro do homem eminente que...

O sr. Silva Túlio, porém, declara que o imperador foi ao Tugúrio de Herculano; (ainda que linhas depois se contradiz, confessando que o imperador esteve realmente na Tebaida do ilustre historiador que...)

Uma correspondência para um jornal do Porto afiança que o imperador foi ao aprisco do grande, etc.

Outra vem todavia que sustenta que o imperador foi ao abrigo desse que...

Alguns jornais de Lisboa, por seu turno, ensinam que sua majestade foi ao albergue daquele que...

Outros, contudo, sustentam que sua majestade foi a solidão do eminente vulto que...

E um último mantém que o imperante foi ao exílio do venerando cidadão que...

Ora, no meio disto, uma coisa terrível se nos afigura: é que sua majestade se esqueceu de ir simplesmente a casa do sr. Alexandre Herculano!

XX – Fevereiro 1872

Carta a S. M. o imperador do Brasil – Ousamos dirigir-nos a vossa majestade imperial, por um motivo de indeclinável justiça. Veio vossa majestade a estes reinos, e apesar de termos a obrigação de acreditar (segundo as ordens de vossa majestade) que não era vossa majestade que estava entre nós, sucedeu que alguns imprudentes, em risco de cair no imperial desagrado, ousaram afirmar por fatos públicos que vossa majestade era vossa majestade! Igualmente aconteceu que, se por um lado vossa majestade negava ser o imperador do Brasil, dava bastantemente a entender, por outro, que não era inteiramente nem o defunto Pilatos, nem o atual varredor da travessa das Gáveas. Enfim, alguns indiscretos, vendo um homem alto, forte, encanecido, venerando, acadêmico, irmão dos terceiros da Lapa e com uma mala na mão – não esperaram mais, e no seu impulso febril e ávido de glorificar o imperador do Brasil festejaram vossa majestade. Deliberaram então estes sujeitos acender em honra daquele que vossa majestade diz não ser, uma iluminação no Rocio ao pé da estátua do pai de vossa majestade – a quem nós, por abreviatura, neste país apressado e preguiçoso, chamamos familiarmente “o Dador!” Estes indivíduos ergueram dois obeliscos de madeira e envolveram-nos de tubos de gás: o gás não ardeu. Mas vossa majestade não era vossa majestade: – e a iluminação pelo mesmo motivo não foi a iluminação, querendo também passar incógnita. No entanto, se a iluminação se recusou obstinadamente a resplandecer, ficou inteira e pura a intenção dos iluminantes. Eles não tinham lumes em seus obeliscos – mas sua alma estava cheia de lamparinas.

Ora, fazendo estas iluminações (secretas), eles tinham, imperial senhor, um fim supremo e docemente esperado. Eles, Senhor, são todos homens de bem e de boas famílias, manejam regularmente as quatro espécies, não comem com a mão, e usam boa roupa branca; – mas são acanhados. São acanhados como araras. Deram amplamente o seu dinheiro, mas não dão facilmente o seu segredo. Tremem, recuam. Nós, por isso, compadecidos e generosos, tornamos o verbo destes silenciosos!

Senhor! Ei-los, esses homens prestantes! Aqui os tem vossa majestade a seus pés. Vossa majestade pode verificar que estão todos bem barbeados. Eles pedem, senhor, uma coisa bem insignificante. Não é que vossa majestade os visite a Vale de Lobos. Nem que vossa

majestade lhes pergunte pela família, como aquele de quem falam os telegramas de Santarém. Nem que vossa majestade lhes faça a eles a honra que fez a orelheira de porco – prová-los. Nem que vossa majestade lhes compre os mimos de Pomona, que a plebe ignorante chama maçãs. Não! Estes cavalheiros, pedem simplesmente que vossa majestade os condecure com a comenda da Rosa! Ora, aí está!

Ah! Imperial senhor! É que eles foram incansáveis! Vigiavam alta noite os trabalhos dos obeliscos! Reanimavam com falas exaltadas o cansaço dos operários! Chegaram a estar de cócoras, revolvendo a terra! Quando a iluminação não ardeu, eles sopraram com desvairada fúria pelos canos! Alguns ficaram calvos! E se não puseram mais iluminações é que, como vossa majestade compreende, – a cidade não podia ficar inteiramente às escuras!

Ousamos dizê-lo. Vossa majestade deve-lhes a comenda! Eles não ergueram os dois obeliscos para regalar os príncipes nem para alumiar a plebe. Para isso acendiam fósforos! Foi no interesse superior das suas casacas pretas! Senhor, foi para a comenda. E gastaram o seu rico dinheiro! Gastaram contos de réis, imperial senhor!

Vossa majestade é generoso, claro em sabedoria, inesgotável de alma! Esperamos com os joelhos no chão, aos pés do imperador.

Mas vossa majestade sorri! Uma benevolência radiosa sobe ao seu rosto! Já o sim desejado lhe baila nos lábios!... Oh! Obrigado, senhor! A generosidade desta graça será recordada nas glorificações da história! (E vós, maganões da comissão dos festejos – esfregar as manápulas. Abichasteis a comenda!). Nós, senhor, penhorados até a profundidade da nossa essência – aqui ficamos nestes países, para o seu serviço bem-amado, ou como historiadores dos seus feitos ou como fornecedores de mais orelheira de porco. – Deus tenha vossa majestade sob o seu olhar paternal.

**DIÁRIO DA VIAGEM DO IMPERADOR  
D. PEDRO II A SÃO PAULO**

*Celso Maria de Melo Pupo*





## Agosto de 1875

Existe no Arquivo Histórico do Museu Imperial, entre os documentos doados pelo príncipe d. Pedro Gastão, uma série de apontamentos de d. Pedro II escritos em forma de diário durante suas viagens no interior e fora do Brasil.

Um deles é o constante do Cat. B. M XXXIX, D. 1059, nº 16, no qual descreve o imperador a sua viagem a São Paulo em agosto de 1875.

Divulga o *Anuário do Museu Imperial* a íntegra desse documento atualizada a ortografia e pontuação para maior facilidade da leitura.

Ao texto de d. Pedro II foram acrescentadas introdução e eruditas notas explicativas, devidas ao historiador campineiro Celso Maria de Melo Pupo, correspondente do Museu Imperial, que se dedicou ao trabalho com o espírito de pesquisa já revelado em escritos anteriores, elucidando e ampliando os, por vezes, insuficientes apontamentos do apressado imperador itinerante. Vão essas notas identificadas com as iniciais do autor – M. P.

A elas, com permissão do anotador, julgou a redação do *Anuário* oportuno acrescentar outras, devidamente identificadas com a sigla – M. I.

## INTRODUÇÃO

Suas majestades chegaram a Santos dia 17 e desembarcaram, sendo recebidos pelo presidente da província, Sebastião José Pereira <sup>1</sup>, e autoridades, sob aplausos do povo e demonstrações de alegria e entusiasmo. Depois de orarem na matriz, hospedaram-se em casa do barão de Embaré, depois visconde do mesmo título, Antônio Ferreira da Silva; feito um passeio pela cidade, partiram para São Paulo às 14h15m, onde desembarcaram perante grande multidão de povo que os aclamou com delírio. Hospedaram-se no Palácio do Governo de onde saíram para suas orações na Sé, sendo recebidos pelo cabido.

A grandeza de espírito do nosso imperador se revela na forma modesta

de suas anotações que objetivaram os problemas de interesse coletivo do seu Império, esquecido daquilo que engrandecia a pessoa imperial, como as demonstrações de sua popularidade, sempre manifestadas por multidões.

Suas majestades vinham conhecer uma renovada capital de São Paulo; coube ao presidente da província, João Teodoro Xavier <sup>2</sup>, sucedendo ao conselheiro Pinto Lima, reformar a cidade dando-lhe grandes melhoramentos, reconstruindo o paredão do Carmo, embelezando as margens do Tamanduateí com a sua ilha dos Amores, reformando o Jardim Público, até então chamado Jardim Botânico, construindo um vasto prédio na Rua do Tesouro no qual, mais tarde, se instalou o Tesouro do Estado, incentivando, com tudo isso, uma transformação que a cidade jamais conhecera.

Neste mesmo governo provincial, inauguraram-se o serviço de bondes, a iluminação a gás e o sistema de esgoto, iniciando-se o abastecimento de água e construindo-se mais um teatro, o Minerva, para secundar o antigo e clássico São José, inaugurado em 1864, na Praça João Mendes. João Teodoro procurou incentivar a indústria e atrair ricos fazendeiros e capitalistas para que construíssem seus palacetes e residissem na capital; é ele considerado o primeiro governo da época imperial de grande empenho no desenvolvimento de São Paulo. (Almeida Nogueira, *Tradições e Reminiscências*, IV-265, Afonso d'Escragnolle Taunay, *História da Cidade de S. Paulo*, 204 e A. de Almeida Prado, *Crônica de Outrora*, 126).

Na década anterior, havia Augusto Emílio Zaluar, *Peregrinação pela província de São Paulo*, 138, anotado que: “além dos notáveis edifícios e de alguns belos templos que adornam a cidade de São Paulo, as suas ruas principais são largas, bem calçadas, e nas suas, pela maior parte, elegantes lojas, encontra-se uma profusão de tudo quanto se pode desejar, tanto para satisfação das exigências da vida como para os desejos mais requintados do luxo e da moda, quase pelo mesmo preço por que se compra na corte”.

## Diário de D. Pedro II

**18, às 6 e  $\frac{3}{4}$ :** Term. 48° fora da janela, 8 da noite 62° F.

Descida do Carmo com diversos socalcos e escadas – tudo muito bem arranjado e de linda vista.

7h saída a pé. Passeio lindo das margens do Tamanduateí. Jardins na ilha dos Amores onde pouco estive. Pintaram escadas, bancos, etc. Mercado (triste coisa) <sup>3</sup>.

8 – Curso jurídico. 9 – Vim almoçar. 10 – No curso jurídico <sup>4</sup>. Ouvi todos os lentes. Professor Magalhães Castro <sup>5</sup> deu lição ao João Teodoro. Vi o edifício muito melhorado e com obras e a exposição que aí está é muito curiosa <sup>6</sup>. Depois, penitenciária <sup>7</sup> (células [*sic*] muito estreitas. Solitária sem ar) rações diminutas. Instituto dos meninos artífices, defronte da igreja do Brás <sup>8</sup>. Tem 60 e tantos que são bem tratados e tocaram na banda. Voltei a casa.

3 – Fomos ao alto do Ipiranga. Alicerces <sup>9</sup>. Colhi raminhos.

4  $\frac{1}{2}$ : Tendo chegado à casa fui à Casa de Caridade sob os cuidados de 6 *Soeurs de St. Joseph* <sup>10</sup>. Muito bem arranjada. 50 e tantos doentes. Vista do jardim sobre a várzea.

5  $\frac{1}{4}$ : Jantar. 6 às 8 – Recepção. Alemães com archotes e deputação de congratulações <sup>11</sup>. Cantaram, porém mal. Depois, teatro. De 4 ordens e grande. Representaram uma zarzuela de 3 atos que já vira no Rio. Chegada à casa às 11h40! 60° F.

**19, às 6  $\frac{1}{2}$ :** 59° fora da janela. 7hs. – Seminário Episcopal <sup>12</sup>. Linda posição do quiosque do observatório de fr. Germano de Annecy. Os eixos dos pilares que sustentam o quiosque são perpendiculares aos rumos das principais povoações cujos nomes foram colocados correspondentemente. No quiosque há uma pequena luneta meridiana com que fr. Germano já observou passagens de astros. Relógios do sol e da lua marcando horas e estações e um numa parede do seminário indicando o meio-dia em São Paulo e diferentes lugares da terra; até ilhas Marquesas. Bonita igreja. Gabinete de física e de história natural sofrível. Fr. Germano há dez anos que faz observações meteorológicas. Jardim bem plantado. Dá bem o

carvalho branco. Rua de bambus. Moinho de vento para tirar água do poço. Hei de mandar um cronômetro, e agulha de variação a fr. Germano, que é saboiano. O reitor é fr. Firmino de Centellas, catalão, mas que residiu muitos anos em França.

Fábrica de fundição até 1.000 quilos de Berlinus Hund <sup>13</sup>. Veio pobre para São João de Ipanema e já tira da fábrica 20 contos livres, anuais.

Fábrica de fiar e tecer algodão de Pais de Barros, filho do barão de Piracicaba, que aí estava <sup>14</sup>. O dr. Olegário acompanhou-me. 2.000 e tantos fusos, 50 teares, que não trabalham todos. Algodão tecido de 3 qualidades para roupa grossa. Faz agora 1.500 metros por dia. 60 trabalhadores. 40 mulheres. Máquina motora do sistema Corliss de Bolton, aparecida pela primeira vez na exposição de Paris de 1867.

Litografia de Jules Martin <sup>15</sup> que ofereceu-me a carta de Habersham feita na sua casa <sup>16</sup>. Trabalha também em cromolitografia. Tem litografado muita música.

Casa da Relação bem situada quanto à vista e bem arranjada <sup>17</sup>. Almoço.

10h. – Fui ver o hospício dos alienados. Tem 71. Aumentou-se e ficará bom. O administrador Alvarenga parece zeloso. Os cubículos por ora têm pouco espaço <sup>18</sup>. Quartel de polícia pessimamente localizado no Convento do Carmo. Vi a igreja. Quartéis das companhias fixas de infantaria e de cavalaria. O primeiro revela melhor comandante. O de cavalaria é novo; chegou antes de ontem; ambos com o depósito de cangalhas bélicas no mesmo edifício.

Cemitério perto da igreja de Nossa Senhora da Consolação <sup>19</sup>. Bela posição. Alguns túmulos bonitos. O de Monte Alegre desleixado <sup>20</sup>.

Lazareto de bexigentos muito longe e em casa de pau-a-pique, péssimo <sup>21</sup>. Felizmente os doentes estão quase bons e os novos iam para o antigo seminário de Sta. Ana, além da ponte do Tietê.

Fábrica de chapéus de Fischer na Rua Direita <sup>22</sup>. Bem montada com 50 trabalhadores – Algumas mulheres e meninos. Faz todo o gênero de chapéus e já tira renda anual de 150 contos. Repartições que estão no edifício do palácio <sup>23</sup>.

Saímos antes das 2 ½. Seminário da Glória das Soeurs de S. Joseph, tem 100 <sup>24</sup>. Tudo muito bem arranjado. Algumas recitaram fábulas em francês. Diretora Anne Felicité de Chambéry. Instituto D. Ana Rosa, <sup>25</sup> que administra o senador Sousa Queirós <sup>26</sup>. Já o estabeleceu em casa sua enquanto não obtém o Convento do Carmo, que reparado serve muito bem. Tem já bastantes meninos aprendendo 1<sup>as</sup> letras, música instrumental e ofícios. Igreja bonita do Convento da Luz <sup>27</sup>.

Ponte grande do Tietê e depois depósito de imigrantes <sup>28</sup>. Havia aí 168. Já estiveram lá mais de 3.000. O administrador Fernandes parece-me zeloso, porém há várzea alagadiça perto. Bonita gente; a nacionalidade

principal, a italiana. Vi uma rapariga de Nápoles, doente, muito engraçada. Parece que tem bexigas. Um italiano tocava o hino brasileiro, gaita de pau presa ao peito, sobre a qual passava a boca, zabumba tocada com o cotovelo, pratos e triângulo com uma cordinha presa ao calcanhar direito.

Passeio público<sup>29</sup>. Plantação aumentada. Torre que lembrou-me o pagode de Kew-Garden. Tem 112 degraus. Vista soberba de cima onde se está muito à larga. Lanço das escadas, doces. Jardim dos Amores, onde vamos à casa de banhos, para mergulhar e de chuva.

Jantar das 6 até às 8. Gente. Te-Déum na matriz pregando o cônego Justino de Andrade, lente substituto do curso jurídico<sup>30</sup>.

Teatro Provisório muito pequeno, onde Amoedo e outros representaram sofrivelmente *A Filha Única*, do autor da *Estátua de Carne*. É boa peça<sup>31</sup>.

É 1h 5' da madrugada de 20; o termômetro marcou, fora da janela, 59°.

**20 – 5h10:** Term. que ficou toda noite fora da janela, 58°.

Partida de São Paulo às 6. Comida na boca do túnel de Pinheirinhos. Na saída, é o ponto mais alto da estrada, 155 metros acima de São Paulo. Sorocaba está abaixo daquele ponto 356. Pouco depois do túnel, curva de 80m de raio. Há bastantes e ásperos [*sic*] na estrada e bastante declive, o maior de 1 em 50. Tem abatimentos nos aterros e os trilhos berram quase a estes, que se fendem. Há 2 túneis além de Pinheirinhos.

Chegada a Sorocaba ao meio-dia. Daí a pouco fui à Casa de Caridade<sup>32</sup>. Muito pequena e com 7 doentes. Mal cuidada.

A Casa da Câmara, boa. Havia 17 presos<sup>33</sup>.

Máquina de Maylaski<sup>34</sup> de fazer os fardos de algodão, depois de descarocá-lo em 3 máquinas. A de comprimir o algodão ainda é movida a mão. Emprega o caroço como combustível da caldeira, tem 30% de abatimento comparado ao carvão. Já teve ano de enfardar de 80 a 100.000 arrobas de algodão. É grande produção de [*sic*] ao redor de Sorocaba.

Colégio de meninas de uma sociedade particular. Também Maylaski entra nisso. 16 meninas. Há uma mestra alemã que pareceu-me inteligente.

Estação da estrada de ferro, que é boa. Fábrica de chapéus de Antônio Rogisch<sup>35</sup>, meu conhecido de Carlsbad. Casa muito bem arranjada. Associou-se a um Nasel que foi trabalhador com ele. Parece excelente gente. 40 trabalhadores. Pode fazer 60 chapéus por dia; a fábrica do Fischer tem uma máquina de formar o chapéu lançando por sopro o pelo sobre a forma que gira, a qual não possui Rogisch.

Cemitério em posição alta com bonita vista.

Voltei à casa e saímos às 3 ½ para a cascata que é muito pitoresca. Mau caminho para carro.

Jantar às 6. O dr. Adams<sup>36</sup> nada adiantou quanto ao terremoto. Assevera que muita gente saiu para a rua espavorida e que caíram muros

velhos<sup>37</sup>. Ninguém percebeu que o solo tremesse e apenas oscilações de objetos.

Os estrangeiros com bandeiras e música saudaram-me da rua falando o Maylaski. Recebi das 7 às 8. Te-Déum, música detestável.

11h – Chego do Teatro de São Rafael muito sofrível. Só assistiu [*sic*] a 2 atos da peça. A mesma companhia de Amoedo.

O dr. Adams disse-me que fez a operação cesariana por causa de um feto extra-uterino de 14 meses [*sic*]. A mulher apesar de ulcerações intestinais ficou boa. Colhi folhas na cascata.

11 ½ da noite, fora da janela 61°.

**21 - 6h:** Partida. Chegada a Ipanema<sup>38</sup>, de vitória, às 8. Fornos altos e oficinas. Almoço. Em trole à oficina de ustulação e pilões, pelo caminho do mato; pedreira de ferro, de cal camadas inclinadas concordantes com as que se acham a 2 léguas do lado de Sorocaba. Nem mesmo com microscópio se tem descoberto vestígios de fósseis. Volta à casa.

Saída a cavalo até a Pedra Santa, grande massa de camadas de grés, que não é do vermelho. Ao pé há uma massa de granito porfiróide, que errou da serra a bastante distância. Debaixo da Pedra Santa dormia o Monge da Gávea. Lanche.

Saída de trole. Vi as carvoeiras e os limites das terras da fábrica, 2 léguas quadradas com bons matos, chegando à casa às 7 pela estrada que segue para Porto Feliz. Vi a escola, que de noite é de adultos, mas onde se reuniram as crianças que estudam de manhã. Há 47 matriculadas.

Cadeia e fundição.

Jantar. Discussão sobre a melhor direção da estrada de ferro para a cidade de Tietê, entre mim, o presidente da província e o juiz municipal de Sorocaba, Toledo<sup>39</sup>, moço muito inteligente. São 10 ¾. Vou deitar-me. Term., fora da janela, 64°. Chega no inverno a gelar.

**22, 4 ¾ da manhã:** 61° fora da janela. Parto às 5 para Sorocaba. Chegada às 7 a Sorocaba. Falei a um suíço, Budicken, engenheiro que me deu uma vista de Sorocaba e tem carta de recomendação do presidente da Confederação Suíça, Schenk, e a um Luís Delfino que cria abelhas. Tem 800 cortiços e disse-me que a abelha que dá mais cera é a Mumbuca. Disse-me que aprendera a tratar as abelhas na quinta da Boa Vista morando com o pai no Pedregulho. Há outros em Sorocaba que possuem 200 a 300 cortiços. Referiram-me que São Paulo já não importa cera.

Ouvi missa na matriz e parti às 8 para São Paulo. Chegada ao meio-dia ½. Coberto de pó mudei-me e fui ver o Convento de São Bento. Repararam-no. Não achei as pinturas antigas<sup>40</sup>.

Depois, à fábrica do dr. João Ribeiro<sup>41</sup> de fazer tijolos, telhas, panelas, etc. e pedra artificial com ornatos<sup>42</sup>. Os fornos admitem 80.000 e

30.000 tijolos. Faz telhas francesas. O sócio Clavel está em França e quer admitir todos os melhoramentos. É fábrica importante.

Vi a marcenaria de Sydow <sup>43</sup>. Tem máquinas das mais aperfeiçoadas.

Visitei a triste casa dos lázaros. É uma senzala. Há de ter muito frio. Almoçam um pão de 2 vinténs com água e açúcar. Há 6.

Depois a casa de Carlos Rath, velho <sup>44</sup>. Tem coleção curiosíssima do que achou nos sambaquis. Merece ser estudada melhor que no folheto que ele publicou e eu li na volta de Sorocaba.

Enfim, o edifício que se fez sob a direção do Quartim <sup>45</sup> para vacaria [?] e mercado – o lugar é central e entre ruas apertadas – a Escola Normal e Tesouraria Provincial em cima! <sup>46</sup>. O primeiro andar descansa sobre colunas e abóbadas de tijolo.

5 ¼: jantar. De 6 às 8 recepção. Vi as folhas da planta da estrada de ferro para Bragança.

Fui às 8 à Associação Propagadora da Instrução <sup>47</sup>. Tudo fechado, apesar de ter sido prevenido o dr. Leôncio – é verdade que é hoje domingo.

Teatro de São José. Assisti somente a ato e meio da zarzuela. Vento muito frio. Às 7 ½ marcou o termômetro exposto ao ar do lado que não venta, 61°. O mesmo que há pouco.

**23, 5h ½:** Term. noite fora 51°. Parto às 6 para Jundiaí e Itu. Chegada a Jundiaí às 7 ½. Reza na matriz. Almoço em casa do Queirós Teles <sup>48</sup>.

Partida às 9. Caminho bonito à margem do Jundiaí, que às vezes corre por baixo de pedras. Chegada a Indaiatuba cerca das 10. Eu só tomei pelo ramal de Capivari, ficando alguém <sup>49</sup> na estação de Indaiatuba. Este ramal tem obras de arte que não há na linha de São Paulo e Jundiaí onde contudo se passa um túnel de 600 metros. Ontem houve um desmoronamento numa cava de terra muito friável que se desfazia com trepidação da passagem do trem. Pelo ramal de Capivari fui até à estação de Monte-Mor <sup>50</sup>, antiga Água-choca. Esperei debalde por segunda locomotiva para volta. Tardando ela julguei o caminho impedido, mas felizmente, depois de 3 horas de demora na estação de Monte-Mor, pudemos seguir logo que chegou a notícia que a segunda locomotiva arrebentara o tubo de injetor pouco distante de Indaiatuba.

Aí cheguei depois das 4 e a Itu passadas 5 horas. Brillhante recebimento. Já vi à testa de sua música o Elias Lobo <sup>51</sup>, da Noite de São João.

Depois do jantar fui ao Te-Déum. Acabo de falar com o vigário Miguel <sup>52</sup>, meu conhecido e vou descansar.

Estive em casa do Queirós Teles na Rua do Comércio. O frio em Jundiaí chega a zero. Em Itu somente a 38 F. O mais velho dos filhos do Queirós Teles, barão de Jundiaí <sup>52A</sup>, vai montar nesta cidade uma fábrica de fiar e tecer algodão com 36 teares.

Dentro do quarto, 68°. A estrada de ferro atravessa o Tietê distante do

Salto. Segundo o traçado do engenheiro Bennaton <sup>53</sup> fazia-o quase sobre o Salto, o que seria muitíssimo pitoresco, 17h. – Tendo o termômetro ficado fora da janela algum tempo indica neste momento 60°.

24, 6 <sup>3/4</sup>: 58° F. Fábrica de fiação do Anhaia <sup>54</sup>. 500 e tantos fusos e 25 teares. Só pano grosso. Descaroga o algodão.

Teatrinho de 3 ordens com 18 camarotes cada uma e um mais largo no centro da 2ª ordem.

Colégio de São Luís dos Jesuítas <sup>55</sup>. Casa grande ainda não acabada. Um leigo italiano chamado Alberani <sup>56</sup>, ou coisa assim, fez um pequeno aparelho eletro-telegráfico que já servia para comunicar todo o colégio e pinta uma sala – mediocremente. Ouvi alunos: em filosofia – o padre Fialho <sup>57</sup>, professor, disse-me que ainda não davam metafísica – silogismo; latim – professor Sabbatini <sup>58</sup> que parece-me muito hábil. O rapaz traduziu bem Cícero e Virgílio a livro aberto – e geometria, professor Aureli – é o reitor – um menino, Toledo, mostrou muito talento. Vim almoçar às 10.

Casa da Câmara sofrível e cadeia que não me agradou. Poucos presos. O padrão do metro guardado com pouco cuidado.

Volta à casa e saímos para o Colégio do Patrocínio <sup>59</sup> – as mesmas irmãs da Misericórdia. Bem montado – irmãs de São José. Aulas de 1<sup>as</sup> letras de Pereira Jorge – primo do marido da Domitília <sup>60</sup>. Os meninos tinham-se ido. Uma professora medíocre. Saletas pequenas para os alunos – e de latim de Joaquim Mariano <sup>61</sup> é bom professor desta língua como de francês – os rapazes saíram-se sofrivelmente <sup>62</sup>.

Lázarus. Péssima casa. O padre Bento é muito caridoso para eles, mas também almoçam pão e água com açúcar <sup>63</sup>. Bem arranjado.

As meninas recitaram em português e em francês. Chácara de José Elias Pacheco Jordão <sup>64</sup>. Pertencia quando estive aqui ao barão de Piracicaba. Plantação de chá, colhem de cento e tantas arrobas <sup>65</sup>. Chupei laranjas, assim como comi excelente goiabada.

Estive antes do Patrocínio no sítio de plantar chá de Egídio da Fonseca <sup>66</sup>. Colhe de 200 a 300 arrobas.

Pedreira de Itu – Camadas de grés. Salto de Itu. Até a estação do Salto, de estrada de ferro, e depois a pé. Ligeiro íris na poeira da água do Salto. Andorinhas (Taperás) que vêm dormir entre os rochedos pegadas a eles, como morcegos.

Fábrica <sup>67</sup> que já começou a trabalhar, do Galvão. Moviada por água do Tietê. 2.600 fusos e 50 e tantos teares. Pano grosso e menos grosso.

Vi as oficinas da estrada de ferro. Jantar. Recepção. Houve gelo desde esta manhã feito em máquina de Caré pelo boticário Teófilo Fonseca. Instituto Ituano Novo-Mundo.

Aberta a aula de 1<sup>as</sup> letras noturna de Pereira Jorge. Vão se abrir as de matemática elementares professorada por Grey, empregado de estrada de ferro, e de história pátria, do juiz municipal de Itu, Assis Pacheco <sup>68</sup>.



Biblioteca em princípio. Objetos mandados dos Estados Unidos pelo dr. José Rodrigues, do Novo-Mundo <sup>69</sup>.

Conheci João Tibiriçá. Moço simpático e que parece ter muita inteligência <sup>70</sup>. Estudou química sobretudo na Europa e pretende fazer um curso dessa ciência aplicada principalmente à agricultura.

Elias Lobo e o cunhado, Tristão Mariano, procuraram-me. Aquele tem composto músicas sacras que prometeu-me mandar para o Rio <sup>71</sup>. Eles convidam a um congresso de música na cidade de São Paulo a 26 deste para cuidarem da proteção e desenvolvimento da arte.

Almeida Leme <sup>72</sup> mostrou-me um projeto de história de Itu com desenhos dos principais edifícios feitos por ele, que dizem maluco. Talvez a obra seja curiosa <sup>73</sup>. Às 10 ½ da noite fora da janela, 58° Fahr.

**25**, 5 ½ no quarto 68°, fora 58° Fahr. Às 6 parto para Campinas. Chegada às 7 ½ a Jundiaí. Almoço. Saída às 9 ¼.

Chegada a Campinas às 10 25. Caminho mais bonito. Belo aspecto da estação pela vista e quantidade de gente e de carros. Casa do Joaquim Bonifácio do Amaral excelentemente preparada <sup>74</sup>. Almoço.

11h35' – Casa que se constrói para Misericórdia por esforços sobretudo do padre Vieira <sup>75</sup> de quem se diz muitíssimo bem. Dizem que até alguém o assustou de noite metendo-lhe dinheiro na mão <sup>75A</sup>. Linda posição. Ficará talvez o segundo hospital do Brasil.

Colégio Culto à Ciência <sup>76</sup>. Bem montado. Ouvi estudantes nas aulas de aritmética, física, alemão e latim. Um estudante pareceu-me distinto por seu caráter estudioso – quis traduzir Tito Lívio apesar de não ser o livro da classe – e passa pelo melhor. O professor de física Renschler <sup>77</sup> pareceu-me confuso nas idéias. O de latim é o filho de Hércules Florence <sup>78</sup>.

Fábrica de chapéus – faz 300 por dia – de Bierrenbach <sup>79</sup> onde vi um maquinismo para começar o trabalho tão pesado à mão nos tachos de água fervendo. Muito bem montada. Pedi-lhe um chapéu, que ele deu, de pelo de raton <sup>80</sup> do Rio Grande do Sul.

A fundição ainda é melhor. Tem um martinete automático como não vi no Rio e pretende, misturando ferro da Europa e de Ipanema na fusão, obter fundições cuja superfície seja endurecida por um resfriamento rápido em fôrma de ferro. Pode fazer locomotivas e todo o gênero de trabalhos. Estudam a introdução do processo Bessemer <sup>81</sup>. São 4 irmãos. O mais velho nascido em Pelotas e os outros em São Paulo. O pai veio com as tropas estrangeiras no tempo de meu pai e a mãe viúva foi professora em São Leopoldo.

Fábrica de Sampaio de tijolos por máquina Clayton que faz 4.000 em 5 horas. Tem motor de vapor e de água. Fornos de cozer 80.000 e 30.000. Vi o que resta da antiga fundição. Comunicava-se o escritório com as oficinas por tubos acústicos onde se ouvia à distância de 300 palmos. Sampaio, genro do Três Rios, parece-me muito inteligente <sup>82</sup>.

Colégio Internacional Morton <sup>83</sup>. Muito bem montado. Ouvi nas aulas de português professor Pestana <sup>84</sup>, álgebra e história e latim, o Morton, e grego, Dabney <sup>85</sup>, que em 6 meses já fala bem português. Em álgebra pôs muito bem em uma incógnita de 1º grau e a equação e resolveu-a a rapariga Newmann <sup>86</sup>. Vi sobre um Harmonium um livro de cantos publicados na imprensa evangélica do Rio.

Cemitério geral e do Sacramento. Nada de notável e não tem capela.

Passei pelos alicerces do novo lazareto de bexigentos, para que há 20 contos de subscrição, e fui ao atual, muito melhor que os outros. É médico o dr. Marinho, filho do dr. Marinho americano.

Depois do Culto à Ciência tinha ido ao gasômetro. Muito bem arranjado. 2 gasômetros. Muito contribui para esse trabalho, assim como para o lazareto, o tenente coronel Quirino dos Santos <sup>87</sup>.

Oficinas da Estrada de Ferro Paulista. Melhores as da Ituana. Apenas fizeram reparos.

Colégio de mme. Florence <sup>88</sup>. Tem três professoras m<sup>lles</sup>. Schmid, Kasselmann e Zoega, sueca. Ouvi meninas em alemão e francês. A filhinha do Hércules Florence <sup>89</sup> respondeu bem em alemão. É espertíssima. Florence mostrou-me pinturas suas. O retrato por acabar de Carlos Gomes está horrível.

Colégio Perseverança <sup>90</sup> de Cesarino e sua mulher, pardos. Tem muitas meninas e é conceituado.

Matriz nova. Linda obra de talha sobretudo em altares ao lado do arco-cruzeiro. O altar-mor é obra de um Vitoriano, da Bahia <sup>91</sup>.

Casa da Câmara e cadeia piores que as que tenho visto.

Perto de 6h. Jantar. Conversei durante ele com o botânico boticário Joaquim Correia de Melo <sup>92</sup> sobrinho do Francisco Álvares Machado <sup>93</sup>.

Tem relações com Bureau, <sup>94</sup> Hooker <sup>95</sup> e outros. Descobriu novamente um gênero de begônia. É um velhinho muito inteligente, vivo e limpinho.

Gostei muito dele. Prometi-lhe a remessa regular da Flora, de Martius <sup>95A</sup>. Depois recepção.

Vieram os alemães cantar Te-Déum. O pregador é sofrível e vigário da paróquia da Conceição desta cidade <sup>96</sup>. Entoou o Te-Déum cônego Montenegro <sup>97</sup> irmão do Nova Lousã.

Procurou-me durante a recepção o dr. Valentim da Silveira Lopes <sup>98</sup> dizendo-me que o fazia pelo bem que eu tratara sua filha que recitou uma parte do Misanthropo de Castilho <sup>99</sup> e é professor de São Cristóvão.

Enfim, teatro que é sofrível. Assisti a 2 atos da zarzuela *O Juramento*. – 1h5' do dia 26.

26 – 6 ¾. 58º fora. 7, saída. Visitamos a matriz nova.

Fazenda das 7 Quedas. Vi as casas dos colonos. Parecem prosperar. Sistema de parceria. Conversa longa com Joaquim Bonifácio do Amaral <sup>100</sup> sobre a colônia. Ele sustenta acerrimamente esse sistema. As máquinas

de Lidgerwoud para o café estão muito bem montadas e são movidas pela água do ribeirão das 7 Quedas. Almoço.

12 ¼ saída para Nova Colúmbia, colônia de Montenegro associado a Barbosa <sup>101</sup>. O cônego Montenegro acompanhou-me. Sistema de salário. Poucas famílias. Casas dadas. Só compram roupa para o que lhes dará o produto das roças. Até três meses tem pago as despesas de seu transporte e adiantamentos. Alguns têm voltado a Portugal com 2 e 3 contos. É a mesma organização de Nova Lousã que tem mais trabalhadores e foi fundada há 8 ½ anos.

Volta à fazenda de Joaquim Bonifácio. Lanche.

Volta para Campinas às 4h10'. Que poeira! Jantar.

Recepção de 6 às 7. Veio a baronesa de Campinas <sup>102</sup>. Os barões de Três Rios e de Atibaia <sup>103</sup> preferem o sistema de aforamentos de terras aos colonos ao de parceria. Esteve comigo Correia de Melo. Trouxe-me Memórias, de Bentham e Hooker <sup>104</sup> sobre trabalhos deles. Disse-me que não pensa que o café amarelo do irmão em Botucatu seja degenerescência porque a baga é maior, porém ele mesmo falou de hipertrofia que aumentasse o volume da cereja.

Fui ao teatro. Cheio como ontem. Zarzuela do Companone. Bonita música.

Chegou esta noite o Homem de Melo <sup>105</sup> do Rio e trouxe-me carta do Bom Retiro sobre o Monumento do Ipiranga <sup>106</sup>. Meia-noite. Term. dentro 70° – fora 62°.

**27, 6h:** 70° dentro e fora, pouco depois o mesmo. Saída para a estação. Partida para o ramal de Rio Claro. Vai-se até Santa Bárbara, 38 km 9 de interrupção por causa da ponte do Piracicaba. Encontrei José Vergueiro <sup>107</sup> e outros entre os quais o dr. Luís Correia de Azevedo <sup>108</sup> que é médico na fazenda do Vergueiro.

De volta à estação de Campinas, às 10 ½, 11h50'. Bênção da estrada depois de ter visto as plantas da estrada e sua continuação até o Mogi Guaçu indo a Pirassununga.

Meio-dia, partida para Mogi Mirim <sup>109</sup>. Bela vista de Campinas que a estrada rodeia. Pontes do Jaguari e Camanducaia, porém na estação daquele nome tomei pelo ramal do Amparo até o lugar chamado Francisco Soares 8 a 9k. Volta com 43'.

Segui para Mogi Mirim. Entre 57 e 58k de Campinas vi e colhi pedras que parecem escória vulcânicas no sítio de Joaquim Antônio de Campos. João Tibiriçá tinha me indicado o lugar e disse-me que já reconhecera 3 ou 4 crateras.

4h. Chegada a Mogi. Bênção da estação e *Launch* [sic] rápido.

Fui ver o lazareto dos bexingentos. A Câmara mandou tapar com paus fincados a parte da rua onde está a casa e entra-se por uma porteira.

Quase todos os bexingentos vão bem. A casa é a melhor que tenho visto destinada para esse fim. Admite até 60.

Escolas fechadas. Igreja de São Benedito fechada. Cemitério bem situado e com muro. Vai-se fazer a capela, mas tem mato dentro.

Colégio acreditado de mme. Masson. O vigário, que o é desde 1844, sobrinho de monsenhor Ramalho, não trabalha por causa das bexigas. Há medo imenso.

O presidente da Câmara, tenente coronel José Guedes de Sousa <sup>110</sup>, em cuja casa muito bem arranjada estou, fica longe do lazareto, até foi comigo de carro. Por causa deste, cujos cavalos estão acostumados a trole, fui andei um pouco a pé, à espera das chaves de São Benedito, que não vieram, fui um pouco para o lado do caminho de Mato Grosso.

Passsei pela Igreja do Carmo, a melhor, mas em construção. Estava fechada e fui à Câmara. Boa casa. A cadeia tem sala e enxovia. O carcereiro fugiu por causa das bexigas. Do destacamento de 20 praças têm morrido de bexigas, 1 cabo e 2 soldados.

Fui para a casa do Guedes. Jantar e depois de falar com quem queria fui às 8 ao Te-Déum e voltando, conversei com diversos.

Boa água e cuida-se de conduzi-la a chafariz na praça onde estão a matriz e a casa do Guedes.

Há bonita iluminação nela e um coreto e um pavilhão com músicas. Este tem lugar com cadeiras onde se pode conversar a vontade.

10h10'. Dentro, 72° e fora, 40. Tem feito calor. Perto do sítio do Camargo <sup>111</sup> vi grande fogo no campo. Talvez prejudicasse cafezais. Estes estão em geral crestados do frio. A terra, na maior parte da linha, é roxa que dizem ser a melhor para o café e pareceu-me decomposição das escórias vulcânicas.

Amanhã, às 5h da manhã, parto para Campinas e São Paulo.

**28, 4 ½ da manhã.** Dentro 77°, na janela. Há um muro defronte. 76°. 5h partida. Chegada a Campinas às 7h20'.

Almoço e às 8 partida para São Paulo. Chegada às 11h10'.

Visitei as oficinas da estrada de ferro inglesa e a capelinha dos ingleses da estrada, com seu harmonium que tocou um dos trabalhadores. Segui para casa e daí fui à fotografia de Gaspar e Carneiro <sup>112</sup>. Tirei meu retrato 2 vezes. Creio que não saiu bom.

Antes fui ver na enfermaria um soldado que, dando salvos, perdeu a mão direita por causa da camada [*sic*] que introduziu sem havê-la molhado.

Ouvi no curso jurídico <sup>113</sup> os professores Francisco Aurélio <sup>114</sup> de matemáticas, Galvão Bueno de filosofia. Muito distinto segue a doutrina de Krause <sup>115</sup>. É filho de quem me hospedou em 1846 no Ponto Alto <sup>116</sup>. Pinto de Mendonça <sup>117</sup> de história. Leciona muito bem. Vale <sup>118</sup> de retórica, idem.

Às 1 ¾ chegada à estação da Estrada de Ferro do Norte. [ilegível] fui

até Itaquera <sup>119</sup> distância de 28k. Houve aí lanche e às 3 ½ volta. [ilegível] os que me obsequiaram nas estradas de ferro e Costa Pinto e mulher para o jantar. Das 6 às 8 recepção.

Fui a conferência do dr. Barata <sup>120</sup> sobre a vacina no Teatro Provisório. Medíocre e divagou bastante.

Associação Promotora da Instrução Popular. Mais de 400 alunos. Interroguei alguns da aula primária. Responderam bem. Alemão e outras matérias.

Mendes Paiva <sup>121</sup> fez boa preleção sobre a fundação dos jesuítas em São Paulo e antiga cidade. Vim para casa às 10 40'.

A água de Campinas é muito calcária. A de São Paulo não me satisfaz a sede. Depois das 8 da noite, term. fora 56°. São 11 ½. Vou dormir. Chuviscou ontem em Mogi Mirim. Esta noite choveu bem em São Paulo. Venta agora.

**29, 6h 40'.** Fora 56°. Plantações de Carrão <sup>122</sup> para um lado da Penha na distância de légua ½ de São Paulo. Julga que fará 60 pipas de vinho e colhe 30 arrobas de chá. Abandona a uva Isabel porque tem pouco açúcar e um gosto desagradável <sup>123</sup>. Prefere a todos a Catiba. Vai deixar a vinha alastrar pelo chão. Vinha Supernoni. Dá 340 cachos de 20 e tantas bagas do tamanho de laranjinhas. Pôs açúcar no mosto da uva Isabel porém ficou calda. Não crê no processo de Pasteur para conservar o vinho. Pisa em máquina. Tem também muitas árvores frutíferas.

Na volta ouvi missa na Igreja do Palácio, almocei e segui para Santos. Neblina na serra. Chegada à 1 ½.

Às 2h fui ver Câmara Municipal e cadeia muito boas, as melhores de São Paulo <sup>124</sup>. Só notei a célula escura que não tem bastante ar. Casa de Misericórdia boa, à exceção do quartinho para banhos <sup>125</sup>.

Telegrafia elétrica. Esta madrugada houve aqui forte trovoadas e muito chuva. Ainda chovia.

De Petrópolis, disseram tempo bonito, muito quente. Do Rio, nimbos, vento muito calmo. De Iguape, Paranaguá e Porto Alegre, tempo chuvoso.

Quartel dos aprendizes-marinheiros. Tudo muito bem arranjado. O comandante é o capitão tenente Palmeira <sup>126</sup>.

Matriz <sup>127</sup> para ver sepultura de Brás Cubas <sup>128</sup> fundador de Santos e da Misericórdia – 1533 – e de Estevão Raposo.

Beneficência Portuguesa. Ainda não está de todo acabada. Gastaram com essa casa 80 contos!

Capitania do Porto.

Jantar às 5. Recepção das 6 às 8. Te-Déum. A Rua do Comércio, onde moro <sup>129</sup>, está iluminada a gás no gênero da do Ouvidor no Rio em noites de festa.

Teatro pequeno de duas ordens de camarotes. Companhia Amoedo. É quase meia-noite. Term. fora muito tempo, 66°.

**30, 5h50'.** Fora da janela, 66°. 6 ¼ partida para ver um sambaqui <sup>130</sup> ou sambagué no lugar Casqueirinho, da família Bueno. Ossos, pedras trabalhadas, conchas, ostras. Volta às 8. Remessa encomendada para o Rio de grande conglomerado de ostras e ossos que parecem de esqueleto inteiro com uma espécie de argila vermelha que sempre indica esqueleto inteiro.

9h20'. Almoço. 10h fui, depois de ver a lápide, a São Vicente, tomando bondes em caminho. Tem aumentado do lugar onde estão os ossos ao lado de José Bonifácio <sup>131</sup> no Carmo. A.C. do Carmo mandou pôr a pedra.

Casa da Câmara destelhada pelo vento a 22 de outubro de 1874. Rápido lanche.

Volta em carro pela Barra vendo a capelinha de Santo Antônio do Embaré <sup>132</sup> e depois, em bondes.

Alfândega muito acanhada para a renda <sup>133</sup>. Muito boa ponte.

Escola de meninos no Carmo. Má.

Mesa de Rendas Provincial. Praça do Comércio nesse canto. Vi as plantas do cais.

Escola de meninas, sofrível.

Em casa antes das 3. Jantar à pressa para aproveitar o dia na viagem. Vi jorrar água até acima do paredão em que morava à Rua Direita por cima das bocas de incêndio a que se aplicou uma mangueira.

Embarquei <sup>134</sup> antes das 4 e às 4 já estava a caminho afastado de Santos. Andamos em toda a viagem 165 léguas [ilegível]. No caminho para São Vicente vi a fábrica de gás. Bem montada já encomendaram segundo gasômetro.

**31** – Ontem às 9 ½ passamos por São Sebastião <sup>135</sup>. De 1h por diante trovejou [ilegível] e com relâmpagos e choveu. Entramos a Barra do Rio às 9h11'.

## NOTAS

1. Foi o 41º presidente da província, que governou de 9 de junho de 1875 a 18 de janeiro de 1878. Nasceu na cidade de São Paulo, em 1834. Bacharelou-se pela faculdade de Direito em 1854. Ingressando na magistratura foi, sucessivamente, juiz municipal em Guaratinguetá (SP) e Alegrete (RS), onde se casou. Em 1870, regressou a São Paulo, por ter sido nomeado juiz de direito em Taubaté. Em 1875, assumiu a presidência da província, substituindo dr. João Teodoro Xavier de Matos. Coube-lhe, assim recepcionar oficialmente os imperadores nesta viagem a São Paulo. Faleceu a 11 de março de 1881. Em seu relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo, em 2 de fevereiro de 1876, assim se refere à visita dos imperadores: “Realizou-se em agosto [1875] a honrosa visita que a província esperava de SS. MM. imperiais. No dia 17 desse mês, suas majestades desembarcaram em Santos, e, depois de algum repouso, seguiram, em trem especial preparado pela Companhia Inglesa, para esta capital, onde chegaram à tarde. Sua majestade o imperador dignou-se de percorrer todas as nossas estradas de ferro e honrou com a sua presença as inaugurações da estrada Mojiana, da Estação de Santa Bárbara, na linha Paulista, e de Monte-Mor, da Companhia Ituana. Mereceram a honra da visita de suas majestades as cidades de Santos, Sorocaba, Jundiaí, Campinas, Itu e Mogi Mirim, e a Fábrica de São João do Ipanema. Só as duas últimas localidades deixou sua majestade o imperador de ser acompanhado por sua augusta consorte, que necessitava de algum descanso. Tive o prazer de testemunhar as espontâneas e entusiásticas demonstrações de afeto que por toda a parte foram dirigidas aos augustos hóspedes. Suas majestades, acolhendo a todos com extrema afabilidade, e comovendo-se no momento da despedida, bem revelaram o apreço dado ao amor que lhes tributam os paulistas. Cumpro um dever de gratidão declarando-vos que a exm.<sup>a</sup> sra. baronesa de Jundiaí, os exmos. srs. barão de Embaré, barão de Mogi Mirim, comendador Joaquim Bonifácio do Amaral, dr. Antônio de Queirós Teles, dr. Francisco Xavier de Barros, tenente coronel José Guedes de Sousa e major Joaquim de Sousa Mursa, bem como o distinto superintendente da Companhia Inglesa e os dignos presidentes e diretores das estradas de ferro, não pouparam esforços para suavizar às suas majestades os incômodos da viagem” (MI).

2. João Teodoro Xavier de Matos foi o 40º presidente da província, de 21 de dezembro de 1872 a 30 de maio de 1875, quando passou o cargo ao seu substituto, Sebastião José Pereira. Nasceu João Teodoro em Mogi Mirim em 01/05/1828 e faleceu na cidade de São Paulo em 31/10/1878. Revelou-se notável administrador e grande juriconsulto com a sua obra – *Teoria Transcendental do Direito*, publicado em 1876 (MI).

3. Da várzea do Carmo, existe, de 1870, uma gravura anônima mostrando, realmente, um belo logradouro, em pane arborizado, que João Teodoro melhorou; por fundo, a cidade alta, com torres das igrejas e o majestoso Convento do Carmo em cuja frente desenvolvia-se o declive de sua ladeira, ligando a rua deste nome com a baixada do Tamanduateí onde surge a ilha dos Amores e de onde se vislumbra o Mercado (ilustração em *O Velho São Paulo I*, 16, de Afonso d’Escragnolle Taunay) (MP).

4. Entre muitos alunos da época, Clementino de Sousa e Castro foi, depois, magis-

trado de renome; Fernando Lobo Leite Pereira, ministro da República no governo de Floriano Peixoto e senador; Carlos Norberto de Sousa Aranha, campineiro e parlamentar; João Batista Sampaio Ferraz, campineiro, parlamentar e notável chefe de polícia do Rio de Janeiro; Martim Francisco Ribeiro de Andrada Júnior, o Martinzinho, secretário de Estado e senador. Uma plêiade notável constituía o corpo docente da academia (Almeida Nogueira, ob. cit. IV, 272) (MP).

5. Possivelmente, o imperador se refere ao dr. José Antônio Pedreira de Magalhães Castro, filho do conselheiro José Antônio de Magalhães Castro: “um dos mais distintos juristas que o Brasil tem produzido” na opinião de Sacramento Blake, em seu *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, v. 4, p. 298 (MI).

6. Era a primeira exposição que se realizava em São Paulo, aberta em 8 de julho de 1875, de produtos e objetos a serem enviados à Exposição Internacional de Filadélfia, a inaugurar-se em abril de 1876. Instalou-se numa das grandes salas da faculdade de direito, prédio do antigo Convento de São Francisco (MP).

7. Não agradou à sua majestade, a nossa penitenciária. O prédio, situado na atual Avenida Tiradentes, no “campo fronteiro ao Convento de Nossa Senhora da Luz”, foi iniciado por força de lei, no ano de 1838, para ser inaugurado a 7 de maio de 1852. Em regulamento dessa época, foi adotado o regime de “prisão solitária durante a noite e trabalho silencioso durante o dia”, condizente pois, com células estreitas; havia oficinas industriais de funileiros, serralheiros, sapateiros, alfaiates, marceneiros, encadernadores de livros e trançadores de palha para chapéus. Era iluminada por combustores de gás. (Antônio Egídio Martins, *São Paulo Antigo*, I, 56) (MP).

O seu diretor era, então, Joaquim Mariano Galvão Bueno, que mereceu do presidente da província, dr. Sebastião José Pereira, a seguinte menção, em seu relatório de 02/02/76: “[...] tão modesto como distinto, é digno de toda a consideração pela inextinguível dedicação com que promove os melhoramentos da penitenciária” (MI).

8. Ao visitarem-nos SS. MM. em 1846, ficou a imperatriz em São Paulo, enquanto o senhor d. Pedro II visitava as cidades de Sorocaba, Itu, Jundiaí e Campinas, hospedando-se a augusta senhora, na ausência de seu marido, em casa de residência de Manuel Rodrigues Jordão em frente à igreja do Brás. Em 1875 o imperador visitava um local que lhe era familiar, no mesmo prédio em que morara o brigadeiro Jordão, o Instituto de Educandos Artífices, criado pelo eficiente presidente da província João Teodoro Xavier, e funcionando desde 24 de junho de 1874 (MP).

9. D. Pedro II encontrou só alicerces onde, há muito, se escolhera para o monumento que comemorasse nossa independência política. O primeiro imperador, d. Pedro I havia determinado sua construção, e o documentário dessa providência imperial constou de expediente da reunião do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas, quando se comunicou o recebimento, para o arquivo do Centro, de um documento de 1825, subscrito pelo marquês de Valença, determinando a construção do monumento: “por ordem do primeiro imperador”. *Campinas – Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes*, II, 130.

O local da proclamação da Independência foi objeto de cogitações várias para a



construção do monumento, perpetuando-se a sua lembrança. O visconde de Congonhas do Campo, presidente entre 1823-1826, tentou erigi-lo; cinquenta anos depois, o presidente (1872-1875) João Teodoro Xavier: “lançou a pedra fundamental do monumento” – Afonso d’Escragnoille Taunay, *História da Cidade de São Paulo*, 206. Os alicerces foram vistos por sua majestade em 1875, e outra primeira pedra foi colocada em solenidade de 10 de dezembro de 1882, como disse em mensagem à Assembléia Provincial, o presidente da província (1882-18831 conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão. Posteriormente, outro presidente (1884-1885), José Luís de Almeida Couto, fez nova colocação de outra primeira pedra, como relatava a viúva: “quando ela e o marido foram colocar a pedra para o reinício da construção do prédio que tinha sido paralisado, encontraram outra pedra no local e que julgaram até que fosse um tesouro”. Carta particular de Francisco de Carvalho Soares Brandão Neto, de 27/11/1965.

Antônio Egídio Martins (ob. cit. 143) registra que as obras do grande edifício do Ipiranga, tiveram começo em 18 de julho de 1885 e o monumento inaugurado em 7 de setembro de 1895, podendo-se concluir que se fez com incontestável solidez, fundado nas várias primeiras pedras!

O *Diário Popular* noticia com detalhes as grandes festas do reinício das obras nesse ano, com a nova primeira pedra, para um edifício comemorativo da nossa Independência, que se destinava a instituto científico: “uma academia expressamente destinada à instrução científica apropriada à generalidade da população”. A lei estadual n. 192, de 26/08/1893, mandou que no edifício fosse instalado o Museu Paulista (MP).

**10.** O senhor d. Pedro II visitou a Santa Casa funcionando em prédio próprio da Rua da Glória desde 1840, e que ocupou até 1884. Fundada em data que até hoje se ignora, teve outras sedes como a que deu o nome de Largo da Misericórdia, tendo se transferido da Rua da Glória para o local hoje ocupado. As religiosas de São José de Chambery, França, dirigem seus hospitais desde 1872, com o notável provincialato de madre Teodora, cujo processo de beatificação está em andamento; madre Maria Teodora deu inúmeras provas de sua santidade e é venerada pelo vasto círculo de suas irmãs de hábito e de suas alunas, que estão sabendo cultivar e perpetuar a memória da grande religiosa. A província, hoje estado de São Paulo, deve a seu grande bispo, d. Antônio Joaquim de Melo, o estabelecimento aqui das religiosas de São José, hoje zelando pelos vários estabelecimentos de misericórdia de São Paulo, Campinas, Itu, Taubaté e outros (MP).

**11.** A estas manifestações, sua majestade agradeceu respondendo em alemão (MP).

**12.** Desde a fundação do bispado de São Paulo, em 1745, até o falecimento do seu 6º bispo em 1847, este bispado só teve prelados nascidos em Portugal. O conde d. Antônio Joaquim de Melo, foi o primeiro brasileiro a ocupar o sólio paulopolitano; nascido em Itu, foi sagrado em 6 de junho de 1852, notabilizando seu pontificado com grandes e ousadas realizações, como o Seminário Episcopal em prédio que fez construir especialmente, e que ainda existe na Avenida Tiradentes, com sua igreja suntuosa, cuja fachada ostenta as armas do bispo fundador. A sua majestade o imperador, pela sua vasta cultura, não faltou a impressão de alta qualidade intelectual dos religiosos franceses aos quais foi entregue, por d. Antônio de Melo, o seminário, desde sua fundação. Antônio Álvares Lobo, em *Discursos*, 47, afirma que: “subsistem e subsistirão, indelevelmente, a

fama, o brilho e o renome do primeiro reitor, frei Eugênio de Romilly, profundo pensador, de frei Germano d'Annecy, astrônomo famoso e grande matemático, de frei Firmino de Centelhas, consumado historiador e teólogo, de frei Francisco de Vibonat; e de frei Teodoro d'Annecy, altos espíritos filosóficos, e de outros monges eruditíssimos" que compunham a direção e professorado do seminário (MP).

O Seminário Episcopal era localizado no então Campo da Luz em frente ao Jardim Público. Sua construção, produto de esmolas, começou em 1855, terminando em 1860. Frei Germano de Annecy, capuchinho francês, chegou em São Paulo em 1856. Dedicado aos estudos da astronomia e das matemáticas conquistou fama de sábio. Colaborou no jornal *O Estado de São Paulo*, principalmente fornecendo-lhe boletins meteorológicos. Faleceu a 19 de maio de 1890, a bordo do vapor *Bearn*, quando seguia para a Europa. Frei Firmino de Centelhas (Sacramento Blake – *Dic. Bio-Bibliográfico Brasileiro*, v. 2, p. 360) seria natural da Itália. Em *Os Missionários Capuchinhos no Brasil*, de frei Modesto Resende de Taubaté e de frei Fidélis Mota de Primeiro, p. 438, é dado como natural da Espanha, e tinha 30 anos quando chegou ao Brasil. No seminário, além de reitor, foi professor de filosofia e teologia moral. Faleceu na Espanha, com 75 anos de idade, em 17 de abril de 1893. Frei Francisco Antônio de Vibonati – natural de Cosenza (Itália), chegou ao Brasil em 1857, destinado ao seminário de São Paulo. Foi professor de filosofia e teologia moral. Em 1867, após grave enfermidade, regressou à Itália, onde faleceu alguns anos depois (MI).

**13.** A metalurgia foi um dos pontos básicos de formação do parque industrial de São Paulo. Desce meados do século XIX, os paulistas se encaminharam para atividades industriais que se avolumaram gigantescamente com o crescimento da população (MP).

**14.** Em maio de 1874, começou a funcionar uma grande fábrica de tecidos, como anotou sua majestade. Era proprietário Diogo Antônio de Barros, falecido em 1888, filho dos segundos barões de Piracicaba. Assegura-se que foi a primeira fábrica de tecidos de algodão na cidade de São Paulo (MP).

A Fábrica de Tecidos Pais de Barros, fundada em 1872, pelo major Diogo Antônio de Barros, estava localizada na Rua Florêncio de Abreu. Possuía, de início, 30 teares e 60 operários, e contramestres ingleses. Em 1888, a fábrica já contava com 150 teares e um motor a vapor Corliss, de 300 HP, cujas caldeiras eram aquecidas a carvão Cardiff. Esses motores eram fabricados em Bolton (Inglaterra) e foram criados pelo inventor norte-americano George Henry Corliss (MI).

**15.** Jules Martin era francês de nascimento que se mudou com a esposa e três filhos para a província de São Paulo em 1868. Fundou em nossa capital a primeira litografia da província, a Imperial Litografia a Vapor, estabelecimento que obteve notável prestígio pela sua organização e adiantada produção. Sua majestade quis visitá-la e a honrou com o título de Imperial Litografia. Jules Martin, que tinha o curso de belas-artes feito em Marselha, foi o autor do projeto para a construção do viaduto do Chá e entusiasta propugnador de sua realização. Faleceu a 18 de setembro de 1906 (MP.).

**16.** Joseph Habersham (1751-1815). Líder político americano. Foi membro do Congresso Continental (1785/86) e da convenção de ratificação constitucional da Geórgia (MI).

**17.** No governo do dinâmico presidente João Teodoro Xavier de Matos, foi instalado, a 3 de fevereiro de 1874, o Tribunal de Relação de São Paulo, com 7 desembargadores (MP).

Criado pelo decreto n. 2.342, de 6 de agosto de 1873, foi o Tribunal de Relação solenemente instalado com a presença do presidente João Teodoro. Estava localizado na Rua da Boa Vista (MI).

**18.** O hospício foi fundado pelo então presidente da província, José Tomás Nabuco de Araújo, em 1851; teve melhoria com aumento, na presidência de Sebastião José Pereira que recebeu suas majestades em 1875 (MP).

Nessa ocasião, o hospício era administrado por Frederico Antônio de Alvarenga, auxiliado por Francisco Honorato de Moura e o arcepreste João Jacinto Gonçalves de Andrade. Frederico Antônio de Alvarenga foi durante muitos anos administrador desse estabelecimento. O hospício foi criado pelo disposto no artigo 59 da lei provincial n. 12, de 18 de setembro de 1848; seu primeiro regulamento é de 5 de maio de 1852 e foi instalado a 14 do mesmo mês e ano, em prédio particular na Rua de São João, de onde foi transferido para um próprio provincial na Tabatinguera, à margem esquerda do rio Tamanduateí, na Rua Nova do Hospício (MI).

**19.** Este cemitério, até hoje o mais faustoso da cidade, construiu sua capela com donativos de particulares, entre os quais se destacou, pela elevação para a época, o de quatro contos, feito pela marquesa de Santos (MP).

**20.** José da Costa Carvalho, marquês de Monte Alegre, foi regente do Império e presidente de São Paulo em 1842 (MI).

**21.** Fundado em 1805, não foi mudado, como se pretendia, ao receber a visita de sua majestade. Permaneceu no local até 1904 (é o que diz Antônio Egídio Martins, *ob. cit.* II, 9 e 134), reformado pelo presidente Sebastião José Pereira, pois, com a descrição feita pelo imperador, não admitiria uma permanência tão longa em edifício “de pau-a-pique, péssimo”, sem melhoria ou reconstrução. Como vice-presidente em exercício na presidência da província, o campineiro marquês de Três Rios promoveu a construção de outro, em 1879, que, ainda hoje, reconstruído, é o hospital de isolamento Emílio Ribas, na Avenida Doutor Arnaldo (MP).

**22.** Indústria que se desenvolvia na província; em Campinas, sua majestade visitou outra, citada adiante (MP).

Segundo Silva Bruno – *História e Tradições da Cidade de São Paulo*, v. 3 – p. 1770: “Em 1872 a manufatura de chapéus também já contava com mais duas fábricas, a de Fischer e a de Guilherme Auerbach & Cia.” (MI).

**23.** O antigo colégio dos jesuítas, além do corpo principal que terminava na sua grande igreja, tinha sua ala perpendicular, à direita, avançando e compondo outra face do pátio; em todo o prédio instalou-se o governo da capitania desde o exercido pelo morgado de Mateus. Na mesma ala perpendicular, hospedaram-se nossos imperadores nas visitas de 1846 e na de 1875, quando o imperador visitou as repartições do governo também acolhidas no mesmo trecho do edifício; a ala foi demolida em 1881 (MP).

**24.** É evidente o interesse que tinha o senhor d. Pedro II pela instrução; ao visitar estabelecimentos de ensino, empenhava-se em conhecer as normas didáticas, a capacidade dos professores, o aproveitamento dos alunos e as instalações colegiais. No seminário da Glória, dirigido pelas mesmas irmãs de São José já referidas, não lhe arrefeceram os cuidados de sempre; o mesmo interesse o conduzia na visita ao Instituto D. Ana Rosa, que até hoje presta valiosa colaboração ao ensino profissional (MP).

**25.** O Instituto D. Ana Rosa, de iniciativa particular, funcionava em uma chácara na Rua de D. Ana Rosa. Foi estabelecido em virtude de um legado, deixado por d. Ana Rosa de Araújo. Seu testamenteiro foi Francisco de Sousa Queirós, barão de Sousa Queirós. Foi inaugurado em 25 de janeiro de 1875, com a finalidade de educar meninos desamparados que ali aprendiam vários ofícios, como marceneiro, alfaiate, pedreiro, carpinteiro, pintor, etc. O legado inicial foi de importância superior a 130:000\$000 (cento e trinta contos de réis). D. Ana Rosa era filha do capitão Manuel Antônio de Araújo, natural de Portugal, que casou-se em 1785 com Ana Joaquina de Andrade. Casou-se d. Ana Rosa, com Inácio Marcondes, sem deixar descendência. Faleceu a 9 de junho de 1872, com 86 anos de idade (MI).

**26.** Francisco Antônio de Sousa Queirós, barão com grandeza de Sousa Queirós desde 1874. Nasceu na cidade de São Paulo em 8 de dezembro de 1806. Estudou em Coimbra. Casou-se, em 1833, com Antônia Eufrosina Vergueiro, filha do conselheiro e senador Nicolau de Campos Vergueiro. Foi vice-presidente da primeira Assembléia Provincial em 1835. Serviu como deputado provincial e geral, sendo escolhido senador por São Paulo em 1848. Faleceu a 4 de julho de 1891. Seu filho, Francisco Antônio de Sousa Queirós Filho, foi vice-presidente da província em 1885 e 1889 (MI).

**27.** Originou-se este mosteiro de capela fundada por Domingos Luís, o carvoeiro, de alcunha, por ter nascido na freguesia de Santa Maria da Carvoeira, e sua mulher d. Ana Camacho; ele falecido em 1615 e ela em 1613. Domingos Luís era cavaleiro professo da Ordem de Cristo, homem de fortuna e grande devoto de Nossa Senhora da Luz, cuja invocação se transferiu a todo o bairro da Luz. A propriedade da capela passou aos herdeiros, estando entre seus sete filhos, d. Leonor Domingues, casada com Jusepe de Camargo e tronco de vastíssima família deste apelido, e d. Bernarda Luís, casada com Amador Bueno de Ribeira, o aclamado rei dos paulistas, também ascendentes de numerosíssima geração. O filho e herdeiro do fundador, Antônio Lourenço, instituiu um morgadio no qual foi incluída a capela, administrada pelos descendentes até ser doada à ordem de São Bento em 1729. Não podendo esta ordem mantê-la, em 1774, foi utilizada para nela se fundar um recolhimento de carmelitas, iniciativa de irmã Helena Maria do Sacramento e do franciscano, com fama de santidade, frei Antônio de Sant'Ana Galvão, contemporâneo no convento de São Francisco em São Paulo, do grande naturalista frei José da Conceição Veloso, e do criador e primeiro vigário de Campinas, frei Antônio de Pádua Teixeira. Sob projeto de frei Galvão, levantou-se o mosteiro e reconstruiu-se a igreja, constituintes hoje de um valioso patrimônio histórico (Afonso d'Escragolle Taunay, *Velho São Paulo*, III, 37).

Nesse convento está hoje instalado o Museu de Arte Sacra (MI).

**28.** Atravessava a província uma época de intenso movimento imigratório; depois

dos alemães e dos franceses que vieram colaborar com os portugueses, sempre presentes às imigrações para o Brasil (Tito Lívio Ferreira, *O português na formação bandeirante, em São Paulo em quatro séculos*, II, 253), surgiram os italianos para ultrapassar as demais correntes e para ampliar a expansão da lavoura cafeeira que os paulistas já vinham estendendo para o interior da província, acelerada e ampliada com abundância do braço trabalhador e com as estradas de ferro, que passaram a permitir, com o barateamento do transporte, as plantações longínquas. Foi, então, o café, um fator de progresso urbano para a capital e outras cidades, florescentes com a nova e gigantesca riqueza cafeeira (MP). Pertencia, com o nome de Hospedaria dos Imigrantes, ao serviço provincial de imigração, no bairro do Bom Retiro (MI).

**29.** O jardim foi iniciado em 1799 e sofreu, nas várias presidências da província, ora melhoramentos, ora descuidos; em 1852 teve circundando-o um gradil de ferro, sendo melhorado consideravelmente na presidência do barão de Itaúna. Em 1874, o presidente João Teodoro Xavier deu-lhe muitos melhoramentos, inclusive a torre com seu mirante, citada por sua majestade. Hoje chama-se Jardim da Luz (Antônio Egídio Martins, *São Paulo Antigo*, I, 133 e Antônio de Almeida Prado, *Crônica de Outrora*, 127) (MP).

**30.** Deve tratar-se do cônego dr. João Jacinto Gonçalves de Andrade, arcebispo do Cabido. Era português de nascimento, naturalizado brasileiro. Coursou a Faculdade de Direito de São Paulo, de onde foi, em 1878, nomeado lente catedrático de direito eclesiástico. Um seu sobrinho (ou irmão) Francisco Justino Gonçalves de Andrade, natural da ilha da Madeira, foi trazido para o Brasil pelo cônego Andrade. Justino bacharelou-se em Direito, em 1850 e, em 1868, foi nomeado catedrático de direito civil. Faleceu em 1902 (MI).

**31.** Sua majestade esteve no Teatro São José na noite do primeiro dia que passou em São Paulo e nos conta que era ele grande e de quatro ordens; muito pequeno achou o Teatro Provisório, que foi construído no final da Rua Boa Vista e demolido, para no local se construir o viaduto que liga a mesma rua ao pátio do colégio. São Paulo sempre teve seus teatros, e sempre cultivou esta arte que merecia, do nosso imperador, a imperial presença, em todas as cidades que visitava (MP).

O ator Amoedo, citado pelo imperador, chamava-se Luís Carlos Amoedo (Porto, 1828-1910). Veio para o Brasil em 1840 estreando em 1846, no Teatro São Francisco de Paula. Representou ainda no Rio Grande do Sul e em Pernambuco. A peça assistida por d. Pedro II, *La Figlia Unica* era do autor cômico italiano, Teobaldo Ciconi (1824-1863), que também escreveu *La Statua di Carne* (MI).

**32.** Como em muitas cidades brasileiras, Sorocaba, cidade antiga, fundada no século XVII, vila em 1661 e cidade em 1842, ano em que foi capital da Revolução Liberal, também tinha sua vetusta Casa de Misericórdia; desta Santa Casa, foi aprovado na corte de Lisboa, em 4 de agosto de 1807, o seu compromisso. Teve ela, como muitas outras, seu período de depressão, vencido, para que hoje continue vicejando na sua obra benemérita (MP).

Em Sorocaba, o imperador hospedou-se no sobradão do barão de Mogi Mirim, Manuel Claudiano de Oliveira. Diz Aloísio de Almeida, *Memória Histórica sobre Soro-*

caba (VII), São Paulo, Revista de História, v. 76. p. 355, que: “Deram-lhe [ao imperador] um carro aberto à frente da locomotiva e iam-lhe mostrando a construção. [Estrada de Ferro Sorocabana] Às vezes descia e ia ver de perto”. Segundo o mesmo autor: “Júlio Ribeiro noticiou a visita, pondo a culpa dos males do Brasil nos políticos. Foi levar a Pedro II um exemplar do padre Belchior de Fontes, aqui impresso em folhetim e em livro. Muito bem recebido”. Era esta a segunda viagem que o imperador fazia a Sorocaba. A primeira foi em 17 de março de 1846. A 25 de outubro de 1878, novamente o imperador e a imperatriz “com grande comitiva” reapareceriam em Sorocaba em trânsito para Ipanema (MI).

**33.** Cadeia e câmara no mesmo prédio, como em todas as congêneres coloniais (MI).

**34.** Luís Mateus Maylaski notabilizou-se pelo seu dinamismo e pelas suas grandes realizações. Nasceu em 1832, devendo-se à sua operosidade, a fundação de cinco estradas de ferro e a construção do porto de Vitória (Aluísio de Almeida e Antônio Francisco Gaspar, biografia); desenvolveu em Sorocaba a indústria algodoeira, pujante na província. Foi agraciado pelo rei de Portugal com o título de visconde de Sapucaí, recebendo do mesmo soberano brasão de mercê nova por carta de 19 de setembro de 1891 (MP).

Luís Mateus Maylasky (como vem grafado no relatório da Estrada de Ferro Sorocabana, de 1874) nasceu em Kassa (Hungria) em 28 de agosto de 1838. Chegou em Sorocaba em janeiro de 1866, onde se casou com Ana Franco, filha de Joaquim José de Andrade, chefe local do partido conservador. Faleceu em Nice (França) em 1906 (MI).

**35.** A indústria chapeleira era futura e florescente em 1875; encontramos-a em São Paulo, Sorocaba e Campinas, impressionando sua majestade que as registrou e as visitou nas três cidades. Antônio Rogisch, de quem fala o imperador, fixou-se em Sorocaba e dele ficaram membros da família, no mesmo ramo industrial (Antônio Francisco Gaspar, *Minhas Memórias*, 93) (MP).

Os irmãos José e Antônio Rogisch, ou Rogick, como grafa Aluísio de Almeida, eram húngaros e se fixaram em Sorocaba em 1847, onde Antônio casou-se, em 1869, com Constância Ferreira Leão. A fábrica de chapéus data de 1852, localizada na Rua da Ponte. Associou-se depois ao alemão Venceslau Razzl. Henrique Adams adquiriu a fábrica em 1880. Em 1870 o alemão Teodoro Kaysel, instalou outra fábrica de chapéus em Sorocaba. Em 1883, havia em Sorocaba três fábricas de chapéus: a do dr. Adams, a de José Rogisch e a de Teodoro Kaysel (MI).

**36.** João Henrique Adams, inglês de Londres, casou-se em 1869 em Sorocaba, com d. Ângela Leopoldina de Oliveira, filha dos barões de Mogi Mirim. Esses titulares hospedaram suas majestades em seu sobrado, nas visitas feitas a Sorocaba, assim como o conde d'Eu; em 1846, foi o sobrado, o maior da cidade, inaugurado pelo imperador, depois de receber rica ornamentação com prataria e fino mobiliário (pesquisas do historiador Carlos Sonetti e Aluísio de Almeida, *História de Sorocaba*, 240) (MP).

Referindo a João Henrique Adams, Licurgo Castro Santos Filho, *História da Medicina no Brasil*, v. 2, p. 365, diz: “Médico inglês, natural da colônia do Cabo (África do Sul) onde nasceu em 1822; faleceu em 2 de novembro de 1901 no Rio de Janeiro.

Médico, em 1850, pela Universidade de Marburgo”. O dr. Adams clinicou por mais de 30 anos em Sorocaba. Em 1880, adquiriu a fábrica de chapéus de Antônio Rogisch (MI).

**37.** Sobre o tremor de terra em Sorocaba e circunvizinhanças há, no Arquivo Histórico do Museu Imperial, os seguintes documentos:

D. 7847 M.172: Carta de Joaquim de Sousa Mursa ao presidente da província, João Teodoro Xavier, datada de Ipanema, 10/03/1875;

D. 7848 M.172: Carta do barão de Piratininga (Antônio Joaquim da Rosa) ao presidente João Teodoro, datada de São Roque, 22/03/1875;

D. 7848 M. 172: Carta de José Leite Penteado ao presidente João Teodoro, datada de Sorocaba, 10/03/1875 (MI).

**38.** Ipanema teve em 1571 o primeiro estabelecimento siderúrgico do Brasil, instalado por Afonso Sardinha. Depois de 1765, quis o morgado de Mateus, capitão general de São Paulo, reerguer o estabelecimento, o que se tentou com fundidor encarregado de recuperar a fundição de Sardinha. Seguiram-se outras tentativas de uma regular exploração industrial, destacando-se a de maior vulto na primeira década do século XIX, com diretor, auxiliares e maquinários vindos então da Suécia. Quando diretor de Ipanema o oficial Frederico Luís Guilherme de Varnhagen, aqui nasceu a 17 de fevereiro de 1816, seu filho, Francisco Adolfo de Varnhagem, futuro visconde de Porto Seguro e um dos maiores historiadores brasileiros.

De tentativas em tentativas, chegou o ano de 1865, quando assumiu sua direção o engenheiro Joaquim de Sousa Mursa (depois, membro do primeiro governo republicano de São Paulo e deputado ao Congresso Constituinte da República). Esse diretor procurou dar à fábrica de ferro a necessária situação de estabelecimento produtivo, indo à Europa para estudos e obtenção de pessoal técnico; durante sua gestão, suas majestades visitaram Sorocaba, indo desta cidade, em carruagens, visitar Ipanema, constatando uma significativa produção que, entretanto, não se consolidou, deixando que hoje Ipanema seja apenas um patrimônio histórico (Jesuino Felicíssimo Júnior, *História da Siderurgia de São Paulo e Memória sobre a Comemoração do 150º Aniversário da 1ª Corrida de Ferro no Alto Forno de Ipanema*) (MP).

**39.** Joaquim de Toledo Piza e Almeida, nasceu em Capivari (SP) a 19 de outubro de 1842. Bacharelou-se em novembro de 1866, iniciando sua vida pública como promotor em Taubaté. Em maio de 1874, foi nomeado juiz municipal em Sorocaba sendo transferido para São Paulo em novembro de 1875. Ocupou vários cargos de relevo. Quando faleceu, em 24 de abril de 1908, era presidente do Supremo Tribunal Federal (MI).

**40.** É velho em nosso país o vezo de se destruir o antigo (MP).

**41.** João Ribeiro da Silva, proprietário da olaria do Bom Retiro, na Luz, fundada em 1872 (MI).

**42.** Indústria florescente em nossa província, veio interromper o uso das paredes de pau-a-pique que se adotavam nas paredes internas das grandes construções e para casas menores; a taipa continuou em uso para as paredes mestras (MP).

**43.** Parece tratar-se de Gustavo Sydow, estabelecido, ainda em 1883, na Rua Conse-

lheiro Crispiniano; outro Sidow (Adolfo), possuía fundições e serralherias a vapor no morro do Chá, onde se ergue hoje o Teatro Municipal, até o antigo Hotel Esplanada.

As serralherias a vapor e fundições, como as de Hund, surgiram entre 1870 e 1872. A fundição de Adolfo Sydow fabricava engenhos de açúcar, serras, bombas centrífugas, prensas, portões e grades de ferro, tesouras de ferro para tetos, pontes de ferro batido, tanques para água, instrumentos agrícolas, chapas para fogões, rodas hidráulicas e sortimento de máquinas para a lavoura (MI).

**44.** Notável sábio, pai de Daniel Carlos Rath, um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (MP).

Carlos Frederico José Rath (1801-1876). Natural da Alemanha. Formou-se em medicina, mas dedicou-se, principalmente, ao estudo da antropologia, arqueologia, etnologia e história natural. Dos seus vários trabalhos, destaca-se a obra Fragmentos geológicos e geográficos para a parte estatística das províncias de São Paulo e Paraná, publicada em 1856. Legou ao Museu Paulista sua valiosa coleção de peças para o estudo da arqueologia, antropologia e história natural. Um estudo de sua autoria sobre sambaquis se encontra no Arquivo do Museu Imperial, bem como uma carta a Saldanha Marinho referente a um bólido (MI).

**45.** Antônio Bernardo Quartim. Empreiteiro de obras; foi encarregado da construção do novo Teatro São José, mencionado pelo imperador (MI).

**46.** Foi no governo de João Teodoro Xavier que a lei de 24/04/1874 mandou que se construísse na Rua das Casinhas (Tesouro) esquina da Imperatriz (15 de Novembro) um prédio de dois andares, para, no térreo, instalar-se um mercado de hortaliças e, no superior, a Escola Normal. Talvez a desaprovação de sua majestade, tenha influído de tal forma que ali não se instalou o mercado interno, ficando, ao término da construção, em 1877, os altos para o tesouro provincial e o piso térreo para a Escola Normal. Esta mudou-se, poucos anos depois, para a Rua Boa Morte (MP).

**47.** A Associação Propagadora da Instrução Popular tinha como diretor o conselheiro Carlos Leôncio de Carvalho, posteriormente fundador e diretor do Liceu de Artes e Ofícios. O conselheiro, que era natural do Rio de Janeiro, onde nasceu em 18 de junho de 1847, bacharelou-se pela faculdade de São Paulo, de onde foi, em 1881, catedrático. Militou na política liberal, ocupando a pasta dos Negócios do Império no Gabinete de 15 de janeiro de 1878. Elegeu-se, também, deputado por São Paulo. Faleceu no Rio de Janeiro, em 9 de fevereiro de 1912 (MI).

**48.** Dr. Antônio de Queirós Teles, depois conde de Parnaíba, em cuja residência foram hospedados suas majestades. Prédio ainda existente e agora tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico de São Paulo (MP).

**49.** A expressão “alguém” refere-se à imperatriz (MI).

**50.** Usavam as companhias de estradas de ferro dar às estações os nomes das vilas e cidades mais próximas e por elas servidas. Hoje, a antiga estação de Monte-Mor é a estação e cidade de Elias Fausto (MP).



**51.** Elias Álvares Lobo foi maestro e compositor lírico, compondo as óperas *Noite de São João*, levada à cena no Rio de Janeiro com grande sucesso, e *A Louca*, produções que o fizeram alcançar de d. Pedro uma bolsa para seus estudos na Europa. Casado e com filhos, apelou para a Assembléia Provincial no sentido de ser sua prole amparada com uma pensão, que lhe foi negada, obrigando-o a desistir do aperfeiçoamento no velho mundo. Dedicou-se especialmente à música sacra. Promoveu congressos e reuniões de artistas visando benefícios para a classe (MI).

**52.** O padre Miguel Correia Pacheco, ituano de nascimento e de tradicionais famílias da mesma cidade, foi nomeado vigário de Itu em 1856, dignidade que ocupou durante 46 anos, até o seu falecimento. Pessoa de grandes virtudes, desvelou-se pela pobreza, por todos que dele necessitavam, e pela sua igreja, grandemente beneficiada com seus cuidados e com sua fortuna sempre aplicada para os necessitados e para o bem da coletividade. Foi um eficiente cooperador do grande bispo d. Antônio Joaquim de Melo, concorrendo mesmo com as contribuições financeiras consideráveis para muitas das notáveis realizações do bispo ituano: “Era ele o anjo da caridade que durante a noite ia levar aos pobres a esmola abundante, sorrateiramente por baixo da porta, em envelope com boa quantia” (Francisco Nardy Filho, *A Cidade de Itu III*, 47) (MP).

**52<sup>A</sup>.** O mais velho dos filhos do barão de Jundiáí (Antônio de Queirós Teles) era Joaquim Benedito de Queirós Teles, que foi 1<sup>o</sup> barão de Japi em 1887. Nascido a 10 de junho de 1819 faleceu em São Paulo em 25 de junho de 1838.

O conde de Parnaíba, filho do barão de Jundiáí, nasceu em 16 de agosto de 1831 e faleceu a 5 de maio de 1888 (MI).

**53.** Engenheiro M. Bennaton, autor e executor do projeto para o ramal da Estrada de Ferro de Jundiáí a Itu (MI).

**54.** Fábrica São Luís, a primeira fábrica de tecidos de algodão, a vapor, fundada na província de São Paulo, tendo por fundadores Luís Anhaia, Ângelo Custódia de Moraes, José Feliciano Mendes, Antônio Pais de Barros, Manuel José de Mesquita e Antônio Carlos de Sousa Teixeira (Francisco Nardy Filho, *História de Itu*, IV, 170). Foi o ramo industrial de fiação e tecelagem de algodão, próspero na província, com as indústrias de chapéus, metalúrgicas e cerâmicas, que se tornou a marca do início do surto industrial com que os paulistas começaram um novo bandeirismo (MP).

**55.** Os jesuítas abriram em Itu, em 1867, o seu Colégio São Luís, que adquiriu logo um enorme e merecido prestígio. Basta correr a sua lista de ex-alunos, para encontrá-los nas mais altas posições da vida política, social ou cultural do país, destacados por uma evidente base de conhecimentos auridos no Colégio São Luís. Citou sua majestade alguns nomes de professores e sacerdotes, mas destacar os mais eminentes pelo saber, pela santidade, pelas realizações, seria alongar demasiadamente estes comentários. Teve este Colégio de Itu uma enorme atuação na sociedade paulista, e foi um dos mais eficientes fatores para a formação de uma elite marcante da gente de São Paulo, no findar do século XIX e primeiras décadas do século atual (MP).

**56.** João Maria Alberani. Irmão leigo; era arquiteto, desenhista e exímio pintor a óleo (MI).

**57.** Padre André Fialho de Vargas. Tinha fama de poliglota (MI).

**58.** Padre Ângelo Sabattini. Admirado pelo seu vasto saber, era dotado de excelente voz de baixo-profundo muito apreciada quando cantava nas festas religiosas (MI).

**59.** Partindo-se do zelo apostólico do grande bispo d. Antônio Joaquim de Melo que, como início do seu pontificado, preocupou-se com a educação da mulher paulista, e com a educação e cultura do sacerdote, fica assaz evidente que a visão deste prelado teve um inestimável valor na formação sadia da sociedade bandeirante. Apelou o nosso bispo para a comunidade religiosa de São José de Chambéry, e obteve a vinda, em 1858, de religiosas cultas e santas para a fundação do Colégio do Patrocínio. Tendo falecido em viagem a superiora madre Basília Genon, veio nova diretora, também muito moça, para ser superiora durante fecundos sessenta e seis anos nos quais cumpriu um apostolado santo e benéfico, falecendo quase centenária em 1925, condecorada com a Legião de Honra da França; está hoje em processo que a deverá levar aos altares. O Patrocínio foi um educandário de vastíssima influência na sociedade paulista, distribuindo cultura às futuras mães de família, e alicerçando a formação da nossa gente nascida nos lares austeros, clarividentes pela cultura feminina, preparando o que houve de melhor em São Paulo. O renome do Colégio do Patrocínio é dos mais elevados na história do ensino e formação feminina desde um século (MP).

**60.** Professor José Pereira Jorge, primo da dama da Casa Imperial, Domitila Francisca de Abreu Pereira Jorge. Em abril de 1861, abriu uma escola para instrução primária em São Paulo. Transferiu-se, depois, para Itu (MI).

**61.** Tenente Joaquim Mariano da Costa. Em 1883, era partidor em Itu (MI).

**62.** Em todas as suas anotações, revela nosso imperador o seu especial carinho pela instrução do seu povo; nas visitas às escolas media o aproveitamento dos alunos, a capacidade dos mestres, os métodos e as instalações escolares (MP).

**63.** Padre Bento Dias Pacheco, nascido em Itu em 1819, ordenou-se, foi vigário, passando depois a se dedicar só aos leprosos a cujo hospital doou tudo quanto possuía dirigindo, ele mesmo, o hospital, tratando dos leprosos e acudindo-as pelas estradas; trazidos para seu convívio, lavava-os, curava-os e nunca se recolhia ao leito, à noite, sem verificar se estavam bem acomodados em suas camas. Faleceu aos 92 anos: "já quase cego e sem qualquer vestígio de lepra pelo corpo" (MP).

**64.** Dr. José Elias Pacheco Jordão (1817-1888). Ilustre cidadão ituano. Casou-se com d. Antônia Fausta Rodrigues, de quem teve 14 filhos; o mais velho deles foi o dr. Elias Fausto, engenheiro e político de projeção. A chácara a que se refere o imperador foi adquirida, após o falecimento do dr. Jordão, para abrigar o Asilo de Mendicidade Nossa Senhora da Candelária, inaugurado em 1903. Como vice-presidente da província, Pacheco Jordão assumiu por duas vezes a presidência: de 10 a 26 de agosto de 1868 e de 19 a 29 de julho de 1869 (MI).

**65.** A cultura do chá desapareceu das atividades paulistas, sucumbida pela concorrên-

cia do chá de exportação inglesa; renasceu mais tarde, na região do Ribeira de Iguape onde prospera, como resultado das atividades da colônia japonesa e de seus descendentes (MP).

**66.** José Egídio da Fonseca foi um dos fundadores da Santa Casa de Misericórdia local (MI).

**67.** Trata-se da Fábrica de Tecidos Salto de Itu, que tinha como um de seus sócios José Galvão de França Pacheco (MI).

**68.** Francisco de Assis Pacheco Júnior foi nomeado juiz municipal de Itu a 21 de setembro de 1870 (MI).

**69.** José Carlos Rodrigues, nasceu em Cantagalo (RJ) em 19 de julho de 1844. Muito jovem fixou-se nos Estados Unidos, onde, em 24 de outubro de 1870, fundou o *Novo Mundo*, periódico ilustrado do progresso da idade. De volta ao Brasil, assumiu a direção do *Jornal do Commercio* e como bibliófilo publicou o *Catálogo anotado dos livros sobre o Brasil*, Rio de Janeiro, Tip. do Jornal do Commercio, 1907. Faleceu em Paris, em 28 de junho de 1923 (MI).

**70.** Sua majestade se refere com simpatia a João Tibiriçá: “moço simpático e que parece ter muita inteligência”; em viagem para Mogi Mirim, lembra-se d. Pedro de sua palestra com Tibiriçá, o moço, primeiro presidente do diretório da convenção de Itu, em 1873. Dois anos depois desta convenção, Tibiriçá, mantém longas palestras com o imperador, e não poderia ter deixado de se impressionar com o caráter, a cultura, a visão administrativa, o espírito justiceiro e a bondade de d. Pedro II (MP).

João Tibiriçá Piratininga foi um dos fundadores do Clube Republicano. Faleceu em Paris em 10 de dezembro de 1868 (MI).

**71.** Elias Álvares Lobo (vide nota 51) e Tristão Mariano da Costa eram maestros compositores de valor, e deles diz Francisco Nardy Filho (*História de Itu*, IV, 224): “a seus ótimos conjuntos orquestrais deve Itú, em grande parte, o esplendor e pompa das suas grandes festas religiosas”, que atraíam famílias até da capital do Império para assisti-las (MP).

**72.** Deve ser João de Almeida Leme, proprietário de uma olaria em Itu. (MI).

**73.** Era proverbial o interesse do imperador pelos talentos que necessitavam de estudos em maiores centros culturais. Nesta mesma estada em Itu, teve ele gesto de cuidado com mais um valor que se agigantou graças ao zelo do senhor d. Pedro II. Nesta estada em Itu, procurou José Ferraz de Almeida Júnior e, sabendo que se achava em Mogi Mirim, mandou avisá-lo de que lhe desejava falar. Nesta cidade, conta Jacinto Ribeiro (*Cronologia Paulistana*, I, 567): “depois de indagar de Almeida Júnior, porque não tinha esperado pelo concurso de viagem da academia, e respondendo-lhe que circunstâncias de sua família a isso o tinham forçado, o imperador lhe disse: “Logo que essas circunstâncias o permitam, pode seguir para a Europa: eu o subvencionarei”. Em outubro de 1876, partiu o pensionista de d. Pedro II para Paris, onde estudou e de onde voltou ao

Brasil como uma das suas maiores glórias, em 1882 (Luís Martins, *Almeida Júnior* na Revista do Arquivo Municipal, LXVI, 5). Outro caso, de anos passados, com Carlos Ferreira, rio-grandense do sul, que residiu e foi jornalista em Campinas onde se casou com gente da terra, tornou-se conhecido nesta cidade pela sua publicação *Feituras e Feições*, III. Ouvindo uma poesia do jornalista, que então tinha dezenove anos, ofereceu-lhe d. Pedro II uma pensão para estudar no Rio, que foi aceita; e Carlos Ferreira, depois de relatar o fato, assegurava conservar “a lembrança serena e grata desse homem tão bom e tão amável, desse espírito superior, tão simpático e tão adorável, a quem eu, sem embargo de todo o meu republicanismo, sempre amei!” (MP).

**74.** Sobrado construído por d. Teresa Miguelina do Amaral em 1846, vasto e luxuoso, ainda conservado na Rua Barão de Jaguará, esquina de General Osório, transferido ao irmão e genro da primeira proprietária, Joaquim Bonifácio do Amaral, depois visconde de Indaiatuba; neste mesmo sobrado hospedaram-se suas majestades na visita de 1878 (MP).

**75.** O padre, depois cônego, Joaquim José Vieira, foi vigário de campinas e fundador de sua Santa Casa: profundamente caridoso, obteve os recursos necessários à construção do hospital dos pobres e do asilo de órfãos. O prédio foi projetado por frei Eugênio de Rumilly e levantado pelos trabalhos do Padre Vieira e seus colaboradores (MP).

O padre Vieira foi designado bispo do Ceará, pelo decreto imperial de 3 de fevereiro de 1883; nomeado pelo Papa Leão XIII, foi sagrado em dezembro do mesmo ano, na matriz de Campinas, serro oficiante o bispo de São Paulo, dom Lino Adeodato Rodrigues de Carvalho, cearense de nascimento. A 8 de dezembro de 1912, dom Vieira renunciou à sua Sé Episcopal, regressando a Campinas em 1914, onde faleceu a 8 de julho de 1917 (MI).

**75<sup>A</sup>.** Trata-se, como já foi dito, da imperatriz, que era extremamente caridosa (MI).

**76.** Além de escolas particulares e escola régia, teve Campinas dois famosos internatos: para meninos, o colégio do professor João Batista Pupo de Moraes, e para meninas o colégio de d. Carolina Florence; ainda para meninas foi conceituado o Colégio Cesarino, e para meninos, vários outros. A 19 de maio de 1869, um grupo de campineiros, reunidos na Câmara Municipal, fundou um novo colégio que tomou o nome de Culto à Ciência, de um congênere de São Paulo, que funcionava desde 1862 no Largo de São Paulo, dirigido e de propriedade do dr. Antônio José de Moraes Pupo. Teve o Culto à Ciência, de Campinas, desde logo, notoriedade e grande preferência do corpo estudantil, impondo-se pelo nível elevado do seu quadro de professores inaugurou-se a 12 de janeiro de 1874 (MP).

**77.** Sabemos, apenas, que foi professor do Colégio Internacional e, por ocasião do sepultamento do dr. Jorge Guilherme Henrique Krug, ocorrido a 4 de março de 1875, foi um dos que falou à beira da sepultura desse grande amigo da instrução (MI).

**78.** Amador Bueno Machado Florence. Foi, mais tarde, diretor desse modelar estabelecimento de ensino (MI).

**79.** Uma fundição dos irmãos Faber foi a somente germinadora de 1858, da indústria campinense. Seguiram-se a importante indústria dos irmãos Bierrenbach cujo ramo de chapéus o imperador visitou. A fundição dos irmãos Bierrenbach deixou obras de arte como os gradis da capela de Nossa Senhora da Boa Morte da Santa Casa. Estes irmãos, notáveis pelas suas realizações no campo industrial, são ancestrais de grande descendência, hoje em altas posições em nosso país, devendo-se citar dela o poeta é orador campineiro César Bierrenbach (MP).

Os irmãos Bierrenbach, estabeleceram-se em Campinas com a Fábrica a Vapor de Chapéus, em 1857, localizada na Rua da Ponte, em Santa Cruz. Próxima desse mesmo local a firma Bierrenbach & Irmão, possuía a fábrica de descarçar e enfardar algodão, movida a vapor e a fábrica a vapor de máquinas de beneficiar café, situadas no Largo de Santa Cruz (MI).

**80.** “Pelo de raton”. Tratava-se de pelo do ratão-do-banhado (*Myocastor coypus*), roedor de meio metro de tamanho, de aveludado e lindo pelo de cor variada, a barriga branca e o lombo escuro com manchas, só se alimentando de peixes, e que hoje ainda abunda, vivendo à beira e nadando em rios de Mato Grosso e Rio Grande do Sul, estados que exportam o seu pelo (MP).

**81.** Processo descoberto pelo engenheiro e inventor inglês, sir Henry Bessemer (1813-1898) que facilitava a produção do aço utilizando um jato de ar sobre o metal fundido (MI).

**82.** Evidente engano do imperador. Antônio Carlos de Sampaio Peixoto não foi genro do marquês de Três Rios, Joaquim Egídio de Sousa Aranha (MI).

Antônio Carlos de Sampaio Peixoto, o Sampaio, foi um talentoso campineiro que honrou sua terra natal; inteligente e dinâmico, fundou em 1868 a primeira olaria de Campinas, servindo-se de uma patente inglesa de Clayton & Comp. D. Pedro II, admirando-se do valor das realizações do Sampaio, conferiu o título de Imperial Olaria a essa indústria. Sampaio Peixoto tinha ainda fundição de produção variada, era arquiteto e pintor de grandes méritos (MP).

**83.** É de 1872 a fundação do Colégio Internacional e sobre ele se estende em anotações sua majestade, como merecia este estabelecimento, que sempre gozou de grande prestígio entre os bons colégios da província (MP).

Seus fundadores foram dois pastores protestantes, os reverendos drs. George Nash Morton e Edward E. Lane, que chegaram a Campinas em 1869. Em 1872, concluído o prédio, começou a funcionar o colégio. Mais tarde, o rev. Morton transferiu-se para São Paulo, onde fundou o Colégio Morton, na Rua da Consolação. O dr. Lane faleceu em Campinas em 1892 vitimado pela febre amarela. Sua morte marca o fim do Colégio Internacional em Campinas (MI).

**84.** Francisco Rangel Pestana. Fluminense de Iguaçú, nasceu a 26 de novembro de 1839. Por motivo de saúde mudou-se para São Paulo, onde bacharelou-se em Direito. Dedicou-se ao magistério e ao jornalismo. Foi professor do Colégio Internacional e do Colégio Florence em Campinas. Elegeu-se deputado e depois senador pelo Rio de Janeiro. Participou da junta governativa do estado de São Paulo quando da Proclamação

da República, e em cujo regime exerceu vários cargos de destaque. Faleceu a 17 de março de 1903, em São Paulo (MI).

**85.** O rev. John W. Dabney, sucedeu ao rev. Morton, 1879, na direção do Colégio Internacional, junto com o rev. Lane. Era sobrinho do teólogo Robert L. Dabney, um dos grandes nomes da Igreja Presbiteriana norte-americana. Faleceu em Campinas em 1890, vítima da febre amarela (MI).

**86.** Eram duas irmãs Annie e Mary Newman; abriram uma escola em Piracicaba que desfrutou de grande conceito (MI).

**87.** Trata-se do filho mais velho de Joaquim Quirino dos Santos, do seu primeiro casamento em 1819 com Manuela Joaquina de Oliveira. O coronel Quirino dos Santos, nascido em 15 de maio de 1820, faleceu solteiro. Foi comerciante, lavrador e comissário em Santos e delegado em Campinas por mais de uma vez. Em 1872, foi agraciado com a Ordem da Rosa. Despendeu grande parte de sua fortuna com obras assistenciais; em poucos dias gastou mais de 20 contos de réis com a abertura de um hospital para os pobres atacados de bexigas. Sustentou com seus haveres a Escola Correia de Melo, e se inscreve entre os fundadores do Colégio Culto à Ciência e da Santa Casa de Campinas. Foi também um dos fundadores do Teatro São Carlos e da Companhia de Gás. Quase foi barão. Conta-se que já estava decidido pelo imperador a nomeação, concedendo-lhe o baronato de Campinas ou de Barreiro, quando o duque de Caxias, então presidente do Conselho, rasgou o documento, por haver Quirino dos Santos, como delegado, mandado espancar um soldado do regimento que esteve destacado em Campinas (MI).

**88.** Fundado a 3 de novembro de 1863 por Carolina Florence e seu pai, Jorge Guilherme Henrique Krug, natural de Cassel (Alemanha), grande incentivador da instrução pública em Campinas. Carolina foi casada com Hércules Florence. Em seu colégio lecionaram personalidades como Francisco Rangel Pestana, João Kopke e Campos da Paz (MI).

**89.** Antoine Hércules Romuald Florence nasceu em Nice (França) a 29 de fevereiro de 1804. Em 1824 veio para o Brasil, participando, como desenhista, da expedição científica organizada pelo barão de Langsdorff, como substituto de Maurício Rugendas. Em 1829, casou-se, em São Paulo, com Maria Angélica Álvares Machado de Vasconcelos, filha de Francisco Álvares Machado de Vasconcelos, de quem teve 9 filhos, sendo o mais velho, Amador Bueno Machado Florence. Maria Angélica faleceu em Campinas em 1850. Em segundas núpcias, casou-se Hércules Florence com Carolina Krug, filha do dr. Jorge Guilherme Henrique Krug, fundadores do Colégio Florence. Faleceu em Campinas a 17 de março de 1879. É considerado, em recentes estudos, como o precursor da fotografia (MI).

**90.** Confirma o carinho que dispensava o imperador pela instrução; homem, não só de vasta cultura, tinha a visão do valor do ensino como fator relevantíssimo no progresso do Brasil (MP).

*Colégio Perseverança*, ou *Colégio Cesarino*. Fundado em 1860 para alunas do sexo feminino. Era dirigido pelas senhoras Amância e Bernardina Cesarino (MI).

**91.** Vitoriano dos Anjos Figueiroa era entalhador baiano trazido para executar os entalhes da Catedral de Campinas; executou o altar-mor, dois púlpitos, tribunas e coro, peças da mais requintada arte e magníficas no conjunto do projeto trazido por Vitoriano. Outro entalhador, Bernardino de Sena Reis, é seu continuador como autor dos altares laterais. A obra de entalhe de Campinas se eleva em valor entre as congêneres, por se tratar de talha nua, sem os retoques das colorações e do ouro (MP).

**92.** Joaquim Correia de Melo foi sábio de renome mundial; um fato o atesta: estando um notável estadista brasileiro em Paris, na Academia de Ciências, um dos acadêmicos fez referências a: “um sábio brasileiro muito distinto, o senhor Correia de Melo; e como o estadista brasileiro afirmou não conhecê-lo, continuou o acadêmico: Como? Mas ele é da sua província” (*O Constitucional* de 06/11/1875). Anotou d. Pedro II sua resolução de fazer-lhe presente de uma Flora, de Martius, o que cumpriu, como foi noticiado (*O Constitucional* de 30/10/1875): “Joaquim Correia de Melo se acha de posse de magnífica obra compilada em latim pelo dr. C. F. P. von Martius, constando de mais de 30 volumes concernentes à flora americana e da qual S. M. o imperador fez presente ao sr. Correia de Melo”. Esta obra faz hoje parte da biblioteca do Instituto Agrônomo de Campinas; seu autor é Carlos Frederico Filipe von Martius (MP).

Joaquim Correia de Melo nasceu em São Paulo a 10 de abril de 1816 e faleceu a 20 de dezembro de 1877. Formado em farmácia, radicou-se em Campinas em 1836 e deixou numerosos e reputados trabalhos sobre botânica (MI).

**93.** Francisco Álvares Machado de Vasconcelos (1791-1846). Nasceu em São Paulo, e, como seu pai, cirurgião-mor, Joaquim Teobaldo Machado de Vasconcelos, estudou medicina, dedicando-se à cirurgia, recebendo o título de cirurgião da Imperial Câmara. Residiu em Campinas, onde se tornou um dos chefes do Partido Liberal. Foi eleito deputado em várias legislaturas destacando-se como orador fluente e objetivo (MI).

**94.** Edouard Bureau (1830-1918). Botânico francês. Membro da Academia de Medicina da França e autor de várias obras sobre terrenos carboníferos do baixo Loire (MI).

**95.** Sir William Jackson Hooker (1785-1865). Botânico inglês; diretor do Kew Garden, onde colaborou com seu colega John Stevens Henslow para a criação do museu botânico (MI).

**95<sup>A</sup>.** Grande conhecedor de nossa flora, impressionou o imperador, que lhe enviou da corte, com dedicatória, a coleção da *Flora Brasiliensis*, de Martius. A carta, datada de 15 de novembro de 1875, acusando e agradecendo o recebimento da obra, encontra-se entre os documentos do Arquivo Histórico do Museu Imperial: “Senhor. Tenho a honra de saudar vossa majestade imperial e de agradecer a delicada oferta que se dignou fazer-me da *Flora Brasiliensis*, que recebi por intermédio do ex<sup>mo</sup>. presidente desta província. Ainda quando tal obra não tivesse, como tem, o mais subido valor e merecimento, ela seria para mim do maior apreço, como uma lembrança da benevolência com que vossa majestade distingue e honra ao menor dos súditos de vossa majestade imperial. Campinas, província de São Paulo, 15 de novembro de 1875. Joaquim Correia de Melo” (Maço 173 – Doc. 7919) (MI).

**99.** Padre José Joaquim de Sousa Oliveira, vigário-colado da então freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Campinas (MI).

**100.** Padre dr. Adelino Jorge Montenegro. Formado pela faculdade de Direito de São Paulo, em 1871. Foi vigário geral (1890) em São Paulo, e visitador das irmandades católicas da capital (MI).

**101.** O visconde de São Valentim, foi médico da Santa Casa, e pai da grande escritora brasileira, Júlia Lopes de Almeida (MP).

Valentim José da Silveira Lopes, visconde de São Valentim (título português). Nasceu em Lisboa em 1830 e faleceu no Rio de Janeiro em 1915. Em 1869, por motivos de saúde, passou a residir em Campinas, onde se destacou no estudo e combate à febre amarela, que em diversas ocasiões assolou a cidade. Pertenceu à Academia de Medicina do Rio de Janeiro. Sua filha, Júlia Lopes de Almeida (1862-1934), casou-se com o poeta Francisco Filinto de Almeida, português de nascimento e membro da Academia Brasileira de Letras. Quando da visita de d. Pedro II a Campinas, o dr. Valentim era o diretor do lazareto dos varicosos. Tendo sido duramente criticado pela *Gazeta de Campinas*, demitiu-se, confiando a direção do hospital a seu auxiliar, dr. Fernando Marinho de Azevedo o qual casou-se com uma filha de Antônio Carlos Sampaio Peixoto (MI).

**102.** *O Misanthropo*, comédia de Molière, traduzida por Antônio Feliciano de Castilho, célebre escritor português. (MI).

**103.** Joaquim Bonifácio do Amaral, depois barão e visconde de Indaiatuba, foi um pioneiro da imigração estrangeira; de uma só vez deu liberdade a 175 escravos. Demoradamente visitou sua fazenda Sete Quedas, em Jaguari (hoje Jaguariuna), o nosso imperador, onde, entre outras homenagens, assistiu a um grande bailado típico, folclore da terra de origem dos colonos, o que muito agradou. Sua majestade fez questão de apertar as mãos de todos os trabalhadores e de visitar suas casas (MP).

**104.** Pertenceu aos importantes fazendeiros comendador João Elisiário de Carvalho Montenegro e João Manuel de Almeida Barbosa, que fundaram essa sociedade agrícola em 1873. A organização tinha por modelo a colônia de Nova-Louzã, pertencente ao primeiro (MP).

**105.** D. Maria Luzia de Sousa Aranha, baronesa e viscondessa de Campinas, nobre e caridosíssima senhora, cuja descendência é vasta e ilustre; foi a mãe do marquês de Três Rios e da baronesa de Itapura. Sua majestade a agraciou com o título nobiliárquico: “em atenção aos relevantes serviços prestados à instrução pública e à humanidade em relação à guerra do Paraguai” (MP).

**106.** Barão, visconde, conde e marquês de Três Rios, Joaquim Egídio de Sousa Aranha, notável chefe do Partido Liberal, parlamentar e vice-presidente que ocupou a presidência da província de São Paulo; e barão de Atibaia, Joaquim Antônio de Arruda, culto e prestigioso chefe conservador (MP).

**107.** George Bentham (1800-1884). Botânico inglês, autor do *Handbook of*



*British Flora e do Genera Plantarum*, em 7 volumes (1862-83), este em colaboração com Joseph Hooker (MI).

**105.** Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo, barão Homem de Melo (1837-1918). Natural de Pindamonhangaba. Formou-se, em 1858, em Direito pela Faculdade de São Paulo. Ocupou a presidência de várias províncias, como a de São Paulo, Ceará e Rio Grande do Sul. Recebeu o título de Conselho do imperador, ocupou a pasta da Guerra e a do Império (MI).

**106.** Luís Pedreira do Couto Ferraz, visconde do Bom Retiro (1818-1886). Formado em Direito pela faculdade de São Paulo. Foi conselheiro de Estado e senador do Império. Governou as províncias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo e foi ministro de Estado. A carta referida pelo imperador é de 24 de agosto. Está conservada no Arquivo Histórico do Museu Imperial, e tem a seguinte cota: M. 174 – D. 7941.

“Senhor,

Agora peço licença para mui respeitosamente chamar a atenção de V. M. I. para o seguinte: Os jornais têm dado notícia de que a Câmara Municipal de S. Paulo nomeou uma comissão incumbida de tratar do monumento do Ipiranga. Não posso compreender isto, havendo uma comissão já nomeada há três para quatro anos. V. M. I. sabe que essa comissão não só promoveu logo uma subscrição na qual além de V. M. I. e de sua majestade a imperatriz acham-se assinados o marquês de Bonfim com 5 contos, o barão de Mesquita com igual quantia, barão de Sousa Queirós com 2 contos. O finado José Manuel da Fonseca com igual soma, o falecido Antonina com um conto de réis, e algumas pessoas com quantias menores; mas também mandou-me, como seu presidente, à província de S. Paulo com o Porto Alegre e ali chegamos, não paramos, fomos por vezes ao campo do Ipiranga onde a muito custo descobrimos o lugar onde outrora assentou-se uma pedra, por ser o ponto em que com mais fundamento se julgou que foi solto o grande grito “Independência ou Morte”. Feito isto dirigi-me a Campinas, a Itu e Sorocaba, prevenindo os ânimos dos mais abastados, a favor da idéia, e combinando nos nomes das pessoas que deviam formar as comissões municipais para o andamento em tempo oportuno da subscrição. Incumbi o Homem de Melo de animar as pessoas mais importantes do norte da província. Entendi-me com as influências das assembléias provinciais de S. Paulo e Rio de Janeiro para futuros auxílios, e por fim incumbi o Porto Alegre de fazer e mandar-nos da Europa o plano do monumento e das respectivas obras; do exame dos mármores da província, e de informar-me sobre a vinda de operários habilitados para a extração dos mesmos mármores e do seu polimento. Por outro lado, procurei o ministro da Guerra, expus-lhe o que observei na fábrica de ferro de Ipanema; e pedi-lhe, e obtive que desse ao Munis (?) os meios de realizar naquele estabelecimento as obras de ferro de que carecesse o monumento.

Tomou, pois, a comissão de que sou presidente, ao sério tão patriótica empresa; e se suspendeu o andamento da subscrição foi porque assentamos que ela teria mais efeito depois de aprovado o monumento, e calculado o máximo das despesas, e em seguido lugar atendendo a escassez de há quase dois anos para cá tem se dado no capital disponível, nos apuros da praça e dos capitalistas, e prejuízos que sofreram ultimamente os fazendeiros e capitalistas de S. Paulo.

Tudo isto faço ver, com a devida vênia, só para que V. M. I. bem informado, possa dizer alguma coisa aos homens de S. Paulo se o julgar acertado, quando lhe tocarem no assunto.

Resta-me pedir desculpa de tão longa exposição e da pressa com que é escrita em uma das mesas do Senado.

Sou, senhor, com o mais profundo acatamento de vossa majestade imperial muito reverente súdito e fiel criado

(MI).

Luís Pedreira do Couto Ferraz”

**107.** Irmão do visconde de Vergueiro, ambos dedicados à vinda do braço livre europeu (MP).

**108.** Luís Correia de Azevedo. Nasceu em Portugal. Naturalizou-se brasileiro. Faleceu no Rio de Janeiro em 1879. Falava fluentemente vários idiomas. Publicou trabalhos sobre higiene pública. Foi médico do Hospital Marítimo de Santa Isabel, no Rio de Janeiro, mais tarde Hospital Paula Cândido (MI).

**109.** O senhor d. Pedro II inaugurava o primeiro trecho da Companhia Mojjana e inspecionava outros trechos em construção, sempre empenhado em prestigiar as realizações do progresso dos transportes, como fator maior do desenvolvimento da riqueza do Brasil (MP).

**110.** Oriundo de família campinense, futuro barão de Pirapitingui, deixou grande e destacada geração, uma parte radicada em Campinas (MP).

**111.** Sítio do Camargo. O imperador, possivelmente, se refere à propriedade de Antônio Ferreira de Camargo, grande plantador de café nessa região (MI).

**112.** Segundo Gilberto Ferrez – A Fotografia no Brasil, p. 78: “Em 1873, trabalhavam em São Paulo Carneiro & Gaspar, na Rua da Imperatriz n. 58”, e acrescenta: “foram notáveis artistas trabalhando mais ou menos até 1890” (MI).

**113.** Na mesma viagem, sua majestade repetia visitas a estabelecimentos de ensino, num zelo acendrado pela instrução (MP).

**114.** Francisco Aurélio de Sousa Carvalho. Fazia parte do corpo de professores catedráticos das aulas preparatórias, lecionando aritmética e geometria (MI).

**115.** Carlos Mariano Galvão Bueno (1834-1883). Filho de Francisco Mariano Galvão Bueno e Maria Eufrosina da Cruz Almada. Bacharel em ciências jurídicas e sociais. Dentre os seus trabalhos se destaca Noções de filosofia, acomodadas ao sistema de Krause. São Paulo, 1877. Morreu afogado no rio Tamanduateí quando participava de uma pescaria. A “doutrina de Krause” (Carlos Cristiano Frederico, 1781-1832) era por ele denominada panenteísmo, para distingui-la de panteísmo, procurando conciliar o teísmo com o panteísmo, vendo no mundo simples emanção, revelação ou realização de Deus (MI).

**116.** Costa e Silva Sobrinho, em seu *Santos noutros tempos*, p. 423, conta que, em 18 de fevereiro de 1846, o imperador e a imperatriz estiveram em Santos cerca de sete dias, partindo para São Paulo no dia 25 às 6 horas da manhã. No trajeto, pernoveram na fazenda do Ponto Alto, próxima de São Bernardo onde foram oficialmente recepçiona-

dos a pedido do presidente da província. O seu proprietário era o comendador Antônio Martins dos Santos (MI).

**117.** Diogo de Mendonça Pinto (e não como diz o imperador) nasceu em São Paulo em 1818. Bacharelou-se pela faculdade de Direito de São Paulo, de onde se tornou lente da cadeira de geografia e história do curso de preparatórios. Foi deputado provincial e inspetor da instrução pública. Faleceu em São Paulo em 19 de maio de 1892 (MI).

**118.** Paulo Antônio do Vale. Natural de São Paulo, onde nasceu a 23 de janeiro de 1824. Formou-se em Direito em 1848. Foi lente de retórica do curso anexo da faculdade de Direito. Lecionou também filosofia racional e moral, história e geografia. Faleceu a 9 de outubro de 1886 (MI).

**119.** Estando construída a estrada de ferro do Rio às divisas da província de São Paulo, tratava-se de construir uma estrada de São Paulo ao encontro de outra já feita. Sua majestade visitou o que se havia terminado, e o senhor conde d'Eu veio, em 1877, inaugurar o término do trecho faltante (MP).

Itaquera, então pequena localidade nos arredores de São Paulo. Hoje, contando aproximadamente 200.000 habitantes, é um dos distritos do município de São Paulo (MI).

**120.** Cândido Barata Ribeiro. Natural da Bahia. Foi comissionário vacinador provincial, ligado ao Instituto Vacínico. Residiu em Campinas, onde dirigiu o serviço médico-cirúrgico do Hospital de Caridade. Autor de vários trabalhos de sua especialidade. Dedicou-se à literatura, notadamente ao teatro, e sua peça, *O segredo do lar*, foi encenada no Teatro Lucinda (RJ) em 6 de setembro de 1881 (MI).

**121.** Deve ser o cônego honorário da Capela Imperial, monsenhor José Mendes de Paiva, natural de Portugal, mas naturalizado brasileiro. Dedicou-se à educação da juventude fundando o Colégio Episcopal São Pedro de Alcântara, onde ensinava Latim, Retórica, Filosofia e Teologia. Deixou vários trabalhos de caráter religioso e educacional. Faleceu em Petrópolis, a 12 de dezembro de 1886 (MI).

**122.** O cons. João da Silva Carrão nasceu em Curitiba a 14 de maio de 1810. Bacharelou-se pela faculdade de Direito de São Paulo, em 1837. Foi lente da mesma faculdade, e militou na imprensa como diretor de *O Farol Paulistano* e fundador de *O Americano*. Governou duas províncias: a do Pará em 1857 e a de São Paulo em 1865. Ocupou a pasta da Fazenda no Gabinete de 1865, presidido pelo marquês de Olinda. Faleceu a 4 de junho de 1885 (MI).

**123.** Desde velhos tempos a província de São Paulo se dedicava à indústria vinhateira. Hoje, núcleos viti-vinicultores, como São Roque, prosperam já com uma indústria sólida (MP).

**124.** O prédio da cadeia de Santos é até hoje conservado; trata-se de construção antiga, de alto valor tradicional, tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico

Nacional, e que está sendo restaurado para abrigar um museu de história (MP).

O prédio que abrigou a Câmara Municipal e a cadeia, localizado na Praça dos Andradas, começou a ser construído em 1839 e levou mais de 30 anos para ser concluído. Posteriormente, a Câmara mudou-se para um sobrado no Largo do Marquês de Monte Alegre, instalando-se o fórum nas dependências até então ocupadas pela câmara (MI).

**125.** Uma das mais antigas Misericórdias (1543) do Brasil, foi fundada por Brás Cubas. O prédio visitado por sua majestade foi demolido e substituído por outro muito mais vasto (MP).

**126.** José Carlos Palmeira (MI).

**127.** A velha matriz de Santos datava do século XVIII (1754). Foi demolida em 1908, em decorrência de acordo entre a Câmara Municipal e o bispado de São Paulo (MI) e (MP).

**128.** Faleceu em 1546 (MI).

**129.** Em Santos, os monarcas se hospedaram no palacete do barão de Embaré, Antônio Ferreira da Silva Júnior (MI).

**130.** Os sambaquis sofreram arrasadora devastação (MP).

**131.** As cinzas de José Bonifácio transferidas de Niterói, onde faleceu, para Santos, foram recolhidas ao Convento do Carmo, primeiro junto ao altar-mor e depois na parte do convento onde ainda hoje descansam no panteão erguido em sua memória (MI).

**132.** Hoje uma grande igreja (MP).

**133.** Hoje instalada em vasto e moderno prédio (MP).

**134.** Os imperadores permaneceram em Santos até o dia 30. Após conceder, às 3 horas da tarde, uma recepção ao corpo consular, dirigiram-se suas majestades, para bordo do vapor *América* que os levou de volta ao Rio, onde chegaram no dia 31. (MI).

**135.** São Sebastião, porto que teve comércio notável, entrando, depois, em decadência; hoje prospera novamente como centro litorâneo de turismo e férias. Dele, se afastando na viagem marítima, nossos imperadores deixaram São Paulo, província que os recebeu com carinho e que os conservou sempre estimados pela maioria da sua população (MP).

EXÍLIO E MORTE DE D. PEDRO II

*Afonso Celso Vilela de Carvalho*



A República, às vésperas do dia 15 de novembro de 1889, não passava de uma idéia, confinada a alguns jornais e a pequenos grupos espalhados principalmente no Rio e em São Paulo e o imperador dela nem tomava conhecimento.

Embora existisse um partido Republicano não seria este quem proclamaria a República e, sim, algumas guarnições do exército, o qual, em sua maioria, não era republicano.

Quando fizeram uma proclamação em que se declarava estabelecida a República no país, exceto um pequeno grupo de conspiradores e militares, ninguém sabia que o imperador estava deposto. Formara-se um governo provisório e suas majestades eram prisioneiros do Estado.

Este governo provisório, praticamente depois de formado, reuniu-se e decidiu pelo exílio do imperador e toda sua família, pois temiam possíveis manifestações contrárias ou mesmo, uma reação contra-revolucionária caso permanecesse no Brasil, aquela família, símbolo do regime deposto.

Essas preocupações, acreditamos, tinham fundamento, sem entretanto, haver possibilidade de articulação de algum movimento contrário. De qualquer forma, a partida para o exílio deveria ser logo feita, o mais rápido possível. O medo era grande entre aqueles primeiros líderes do novo regime. Chegaram mesmo a enviar ao Paço Imperial o tenente coronel Mallet, com a missão de entrevistar-se com o conde d'Eu, que, nessa ocasião, também se encontrava naquele antigo palácio, junto com o imperador, para mantê-lo preso como refém até que todos os outros desembarcassem na Europa. Mas o próprio tenente coronel Mallet certificou-se que tal medida brusca e intempestiva seria desnecessária, pois o imperador, já então resignado, não lideraria qualquer tentativa contra-revolucionária que acarretasse derramamento de sangue de seus compatriotas.

Mas várias circunstâncias os mantinham preocupados, entre as quais a atitude que poderia tomar um irmão do marechal Deodoro, o general Hermes Ernesto da Fonseca, comandante das forças militares na Bahia, fiel monarquista e amigo pessoal do imperador, caso o navio em que deveriam embarcar aportasse em Salvador. Perguntava-se se este general não estaria disposto a cumprir a promessa que muitos anos antes sua progenitora fizera ao imperador, quando viu um seu pedido a favor do marido ser atendido por d. Pedro II, de que seus 7 filhos seriam defensores do império?

Várias outras dúvidas e receios deveriam passar pela mente daqueles homens, e a partida tinha que ser feita logo, o mais rápido possível. Tudo foi preparado para que a partida da família imperial se fizesse antes do alvorecer do dia 17.

Ao saber da pressa com que pretendiam embarcá-lo para a Europa, d. Pedro II se revoltou, dizendo “não ser negro fugido para embarcar àquela hora”, ou seja, de madrugada e às escondidas. O governo provisório, porém, manteve-se irredutível. Tinham que partir logo.

Nessa ocasião, a família imperial já se encontrava reunida no Paço da Cidade, transformado numa espécie de prisão provisória, até que se desse o esperado embarque para o exílio.

As horas passavam rápidas, trazendo dúvidas e incertezas, quando, o antigo Largo do Paço, foi então, palco de uma cena triste e comovedora, simples e breve, inesquecível para os que ali buscavam um último adeus ao imperador sexagenário. Passava das 2 horas da madrugada de domingo, dia 17, e todos os membros da família imperial partiram para o exílio.

Todos os que, nessas últimas horas, pretenderam falar e se despedir da família imperial, membros do governo deposto ou simplesmente pessoas amigas, eram impedidas de entrar no prédio, pois desde sábado o edifício citado estava guardado por tropas de infantaria e por carabineiros montados, guarda essa que, com o aproximar da hora final, foi reforçada por uma imensa linha de baionetas, que se estendia por toda a volta do prédio, transformado portanto numa verdadeira prisão. Quando anoiteceu, foi fechado o trânsito nas ruas circunvizinhas e formados cordões de isolamento até o mar.

Apesar de tudo isso, diversas pessoas de todas as classes sociais, vieram se postar pelas vizinhanças do antigo mercado, pela esquina da Rua 1<sup>o</sup> de Março, na Rua da Misericórdia, e nas proximidades da estação das barcas, porque talvez quisessem ter certeza do embarque do imperador. Mas era necessário evitar possíveis tumultos. Espalhou-se então, o boato de que d. Pedro II só embarcaria domingo pela manhã, a fim de se evitar a curiosidade pública e, por conseguinte, aglomerações de conseqüências imprevisíveis. Diante disso, a partir de 1 hora da madrugada, os que insistiam em permanecer por ali, foram sendo dispersados.

Pronto, a hora chegara! Por volta das 3 horas, sem nenhum aviso prévio, entrou pela praça um rumor de carruagem. Iam partir, chegara o momento do último adeus à terra que tanto amavam.

A cena do embarque, contou o visconde de Taunay, que a recebeu do barão de Jaceguai, presente na ocasião e portanto testemunha ocular, da seguinte maneira:

Eram 2 horas da madrugada e o imperador parecia resolvido a não embarcar,

*Não sou negro fugido*, dizia com insistência sua majestade.

*Decerto não é*, concordou o barão de Jaceguai, *mas a hora indicada parece mais conveniente, que quer dizer ficar vossa majestade, com sua*



*augusta família, sujeito a curiosidade banal de toda uma população aglomerada nos telhados, no cais e nos morros para ver sua partida? Ou poderão dar-se violentas manifestações a fim de se obstar o embarque e neste caso correrá muito sangue – esse sangue brasileiro que vossa majestade poupou sempre tanto – sendo talvez vítimas pessoas de sua afeição, ou então só aparecerão indiferença e pouco caso e o seu coração ficará pungentemente ferido ao presenciar tanto abandono e tamanho desapego.*

– *O Senhor tem razão, eu parto*, respondeu o imperador.

Logo depois desceu as escadas do Paço da Cidade com toda calma, como em dias de cortejo, dando o braço à princesa Isabel, seguindo-se a imperatriz que vinha arrimada ao sr. conde d’Eu. Os soldados em baixo apresentaram armas e ele tirou o chapéu, correspondendo à continência e assim fez a quantos o saudaram.

Ao embarcar levava jornais e revistas debaixo do braço. A imperatriz chorava convulsamente.

– *Resignação, minha senhora*, aconselhou o barão de Jaceguai.

– *Tenho-a e muita*, respondeu ela; *mas a resignação não impede as lágrimas. E como deixar de vertê-las, ao sair de minha terra, que nunca mais hei de ver?* E beijou muitas vezes as senhoras que ali estavam.

Todos choravam muito, inclusive os marinheiros da lancha.”

Essa lancha a que se refere o barão de Jaceguai, chamava-se *Peribebugá*, e havia sido destinada a transportar os exilados para o navio *Parnaíba*, corveta da Marinha, que os levou à ilha Grande, onde se encontrava o vapor *Alagoas*, que os conduziria à Europa.

No momento do embarque algo aparentemente despercebido pelos que se tornaram cronistas do episódio, foi transmitido mais tarde ao eminente Carlos de Laet, pelo marinheiro Estácio Jacinto de Albuquerque, da referida lancha; na ocasião em que estava prestes a embarcar, d. Teresa Cristina, subitamente ajoelhou-se e beijou a laje úmida do porto e pronunciou: – “Adeus, terra querida do Brasil”.

Da corveta *Parnaíba*, foram então transferidos para o *Alagoas* e rumaram para o exílio.

A viagem ocorreu com relativa calma, apesar da aflição que os acometia vendo a pátria ficar cada vez mais distante. Na altura de Cabo Frio, d. Pedro II fez com que os netos soltassem um pombo levando a sua derradeira mensagem. A ave, entretanto, sem forças, caiu ao mar. Símbolo vivo do desmoronamento de suas esperanças.

Até deixar nossas águas territoriais, o *Alagoas* foi comboiado pelo couraçado *Riachuelo*, pois permanecia o receio de que d. Pedro II tentasse desembarcar em algum ponto do litoral.

O vapor *Alagoas*, anos mais tarde desativado, foi aproveitado como alvo móvel para exercícios de tiro da esquadra. Realizado o exercício, e apesar de todos os disparos do *Minas Gerais* e do *São Paulo*, o alvo não foi atingido. Ao

ser reconduzido ao Rio, partiu-se o cabo com que estava amarrado ao rebocador e ficou vagando em pleno mar.

As despesas do transporte de toda a família imperial e demais pessoas que a acompanharam, foi de 170 mil contos de réis, conforme atesta a fatura de pagamento feita pelo Ministério da Agricultura à Companhia Brasileira de Navegação a Vapor, em 10 de dezembro de 1889.

Dias depois, desembarcaram em Lisboa, onde permaneceram quinze dias (de 7 a 22 de dezembro), até se transferirem para a cidade do Porto. Em Lisboa, logo a primeira preocupação do soberano foi visitar o túmulo do pai, na igreja de S. Vicente de Fora. E nos poucos dias que ali permaneceu visitava associações científicas, escolas superiores, recebia visitas, etc., sempre aclamado e respeitado.

De sua chegada a Lisboa, o poeta e escritor português Camilo Castelo Branco refletiu, em carta a Tomás Ribeiro, o pensamento europeu em relação ao grande monarca, e que aqui damos notícia, dada a beleza de seus sentimentos com relação à chegada de d. Pedro II:

“Quando o senhor d. Pedro de Alcântara entrou a barra de Lisboa, expatriado, tu, decerto, da janela do teu escritório na casa que habitas à orla do mar, verias o penacho cinzento do *Alagoas*, sacudido pela ventania álgida da madrugada, esfacelar-se em flocos de fumarada pela atmosfera triste e escurentada, como almas daquela família imperial expulsa da sua terra, do seu ninho e das manhãs calmosas e gorjeadas das florestas de Santa Cruz.

Debruçado no peitoril da tua janela, que levantados pensamentos seriam os teus, ó Tomás Ribeiro, pensando no imperador do Brasil, tão bom, tão generoso, tanto do seu tempo, tão avançado, adail da civilização, que era expulso da sua pátria e do seu trono, quando acabara de quebrar os ferros a escravidão, e de levantar o escravo ao nível do homem. Como foi que tu pudeste abafar a imensa tristeza e a dolorosa poesia em que deviam cristalizar-se as tuas lágrimas?

Eu tenho ouvido ler quase tudo quanto em Lisboa se tem escrito desde a chegada do imperador. Pude saber o dia e a hora em que sua majestade mandou comprar uns sapatos de agasalho, aos quais o jornalista, para não destoar do estilo épico dos fastos que escrevia chamou chinelos.

Esta transcendente notícia comunicada à porvindoura história revela a minudência dos artifícios subalternos da crônica do último imperador do Brasil; mas isso não satisfaz o meu espírito preocupado na dor nostálgica, na saudade dilacerante que devem ser o único assunto digno da biografia do impertérito soberano, e das consternadas almas que o rodeiam nestas inoportáveis horas de imerecido infortúnio.

Que terás tu pensado pois, meu adorado poeta, dessa desgraça cuja majestade levanta o mártir a uma altura de respeito, que eu não sei quando ele foi mais sublime, se no gozo do império, se nesta reverência com que o vemos na grandeza de sua queda, e na santa resignação do seu destino?

Meu querido Tomás Ribeiro, que fará o Brasil da sua vitória barata e

desassomburada? Volvidos alguns meses, sobre aquele país desmembrado em repúblicas dissolventes da unidade e da força que dá à sacratíssima palavra Pátria os fautores da embrionária anarquia bem pode ser que volvam os olhos saudosos para os escombros do trono que destruíram, depois de meio século de prosperidade, desterrando um homem que teve apenas um crime como soberano constitucional: é que amou demasiadamente a liberdade.

Já descobriste o estímulo de vaidade, honesta e lícita, que motivou esta carta? É que eu ufanamente desejo que saibas que tive a honra de apertar a mão do imperador; mas não lha beijei, porque ele não consentiu.

Defronte de sua majestade havia um quadro com o retrato de todos os monarcas portugueses até o fundador da dinastia bragantina. Ali por perto estava o retrato gravado, do poeta Béranger.

– *Estava vossa majestade contemplando os retratos de seus avós?* – perguntei.

– *Não. Estava contemplando Béranger* – respondeu o imperador. *Dizem-me que o meu quadro está hoje no Paço de S. Cristóvão. É de presumir que lá se conserve longos anos, visto que os reis retratados não têm lista civil nem frio de intrometer-se na libertação dos negros, quando a escravidão se reconstituir o nervo agrícola da república. Eu vou partir brevemente ou para a monarquia do Padre Eterno ou para a monarquia de Lúcifer. Tanto ao céu como ao inferno não chegam notícias deste remexer de poeira que na terra se chama desabamentos e reconstruções de impérios. Não assistirei, pois, ao segundo ato da tragicomédia brasileira, nem, a falar verdade, desejo assistir.*

Adeus, meu prezado Tomás Ribeiro. Não deixes de me dizer que pensamentos a um tempo brilhantes e ltuosos, volteavam no teu espírito, durante a leitura desta carta.

Lisboa, 10/12 /1889  
Camilo Castelo Branco.”

No dia 28 de dezembro, já na cidade do Porto, onde chegara a 22, duro golpe o surpreendeu: quando visitava a Academia de Belas-Artes vieram lhe avisar que a imperatriz falecera.

Foi indescritível sua tristeza e profunda emoção diante dessa fatalidade irreparável, como bem demonstrou em seu diário, nesse 28 de dezembro de 1889:

“Não sei como escrevo. Morreu haverá meia hora a imperatriz, essa santa! Tinha ido à Academia de Belas-Artes. Ao sair foi chamar-me o Rebelo, que a imperatriz tinha tido uma síncope. Já achei o prior da Freguesia, que lhe acudira com os ofícios extremos da Igreja. Ninguém imagina a minha aflição. Somente choro a felicidade perdida de 46 anos. Nada mais posso dizer. Custa-me a escrever, mas preciso não sucumbir. Não sei o que farei agora. Só o estudo me consolará de minha dor.

Custa-me a crer. Sempre desejei precedê-la na morte. Abriu na minha vida um vácuo que não sei como preencher. Que me tarda abraçar minha filha! Se pudesse desafogar minha dor! Nada pode exprimir quanto perdi! Que noite vou passar! Dizem que o tempo tudo desfaz. Mas poderei viver tempo igual ao de minha felicidade?

Mas não posso crer que meus patrícios talvez concorressem para a morte de quem verdadeiramente amei. Foi uma crueldade, e eu a causa por me ter dado quase 50 anos de venturas! Quanto deverei mitigar com lágrimas essa última dor que ela quis compartilhar! Ninguém sabe como era boa, e sofria mais pelos outros que por si. Como sua madrinha, a rainha de Savóia, merece ser santificada. Se ainda exprimo o que sinto é porque a conheceram e quero que me façam justiça. Estou certo de que no Brasil sentirão como eu.

Quero ler; não posso... Que fez ela para sofrer por mim? Tomara que chegue minha filha.”

Às 8 horas da manhã do dia seguinte, houve missa de corpo presente, a qual compareceram diversas altas autoridades portuguesas e brasileiras, também exiladas em consequência do 15 de novembro.

No dia 7 de janeiro de 1890, após solene exéquias, foi o corpo da imperatriz Teresa Cristina depositado na igreja de São Vicente de Fora, em Lisboa.

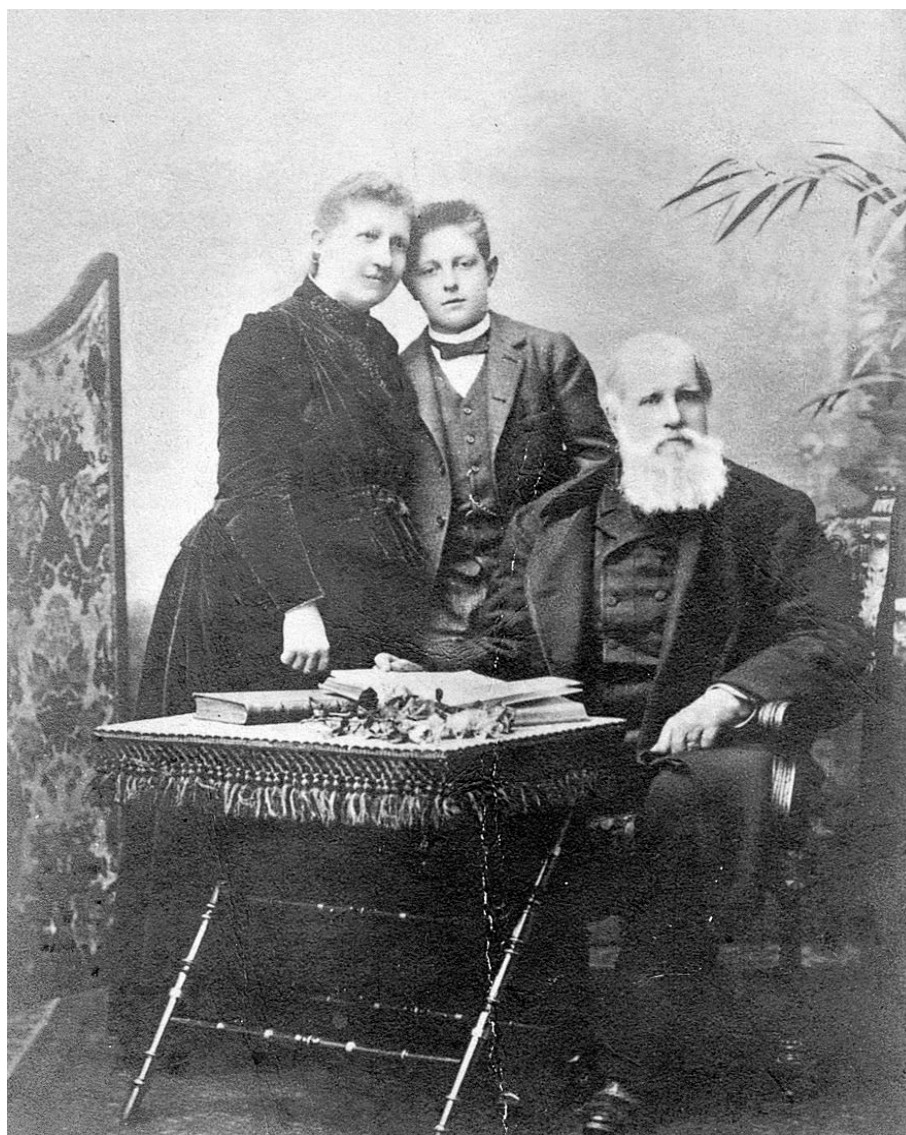
Passados alguns dias, a família imperial transferiu-se para a França, onde o imperador fixou residência na cidade de Cannes, residindo no Hotel Beau Séjourn.

Entretanto, sempre que possível, empreendia pequenas viagens, ora como simples passeio, ora para tratamento de saúde.

Numa dessas ocasiões, encontrando-se na cidade alemã de Baden-Baden, no verão de 1890, para onde foi a fim de utilizar-se das águas minerais ali existentes, como já o fizera em 1887, quando de uma de suas viagens à Europa, recebeu a visita do conselheiro Silveira Martins e de Pires Brandão, genro do ex-ministro Ferreira Viana. Relatando, este último, a visita que fizera ao imperador, contou, numa reportagem publicada pelo jornal *Correio da Manhã*, de 2 de dezembro de 1925, interessante episódio que havia presenciado, quando, em companhia do imperador, do conde de Mota Maia e do conde de Carapebus, foram a um concerto que se realizava numa praça daquela cidade, célebre, porque era executado pelos primeiros maestros da Alemanha, perante uma platéia de príncipes e de altas autoridades européias.

Confessa Pires Brandão ter presenciado, então, uma cena que jamais esqueceu e que de certa forma caracteriza o prestígio e a consideração que gozava d. Pedro II na Europa:

“Quando d. Pedro II apareceu no recinto, todos se levantaram ao mesmo tempo e o maestro da orquestra veio ao encontro do imperador e fez-lhe a entrega do programa do concerto. Nesse momento d. Pedro II, virando-se



D. Pedro II no exílio ao lado de seu neto, o Pr[incipe do Grão Pará,  
D. Pedro de Alcântara, e de sua tia, Princesa Isabel.

para Silveira Martins, pronunciou: – *Isto não é feito a mim, mas ao nosso Brasil.*

Ao término do concerto, d. Pedro II, convidou-os para jantar no hotel; durante o mesmo demonstrou estar contrariado com o que lhe foi atribuído na hora do embarque para o exílio e que lia constantemente nos jornais, que recebia regularmente.

– *Eu não disse* – acentuava sempre o imperador – *que estava cansado de aturar maus governos. É falso! Seria uma injustiça revoltante para com os homens de Estado que me auxiliaram no governo.*”

Este fato foi realmente levantado por diversos órgãos de imprensa da época, que declaravam ter d. Pedro II, dando expansão às suas tristezas, confessado que: “havia levado 50 anos a carregar maus governos”. Nunca foi provada tal afirmativa, havendo mesmo quem conteste tal frase, como Oliveira Viana, dada a delicadeza habitual das suas maneiras e a sua discrição.

Outro episódio interessante anotado por Pires Brandão nesses dias em que esteve com o imperador em Baden-Baden, refere-se ao comentário que fez d. Pedro II quando o visconde de Bom Retiro pretendeu escrever sua biografia, o que não foi admitido: – “A minha biografia escreve-se em meia folha de papel em branco, tendo no alto o meu nome e em baixo estas palavras: O meu sucessor fará que me façam justiça.”

No verão de 1891, esteve em Vichy, procurando amenizar seus problemas de saúde, cada vez pior devido à diabetes.

A situação financeira do imperador no exílio não era nada satisfatória, pelo contrário, fazia-o viver de maneira bem modesta. Havia recusado a quantia de 5 mil contos, que o governo provisório lhe oferecera para instalar-se no estrangeiro com sua família.

Os amigos, não raras vezes, ajudavam no que lhes era possível, principalmente o rico português visconde Alves Machado que, por duas vezes, lhe acudiu com importante quantia.

Quando em Cannes, recebia diversos brasileiros, com os quais discutia sempre que possível, os atos do então governo provisório. Entre esses, citamos o ex-ministro Ferreira Viana, que, revendo e examinando os atos e projetos deste governo, com d. Pedro II, ouvia do imperador: – “Cada um na sua escola. Devemos considerar os projetos do ponto de vista republicano”. Isso, quando o mesmo, fazia qualquer crítica a esses atos e projetos.

Assim corriam os dias do exílio: entre os amigos e os livros, recordando-se da pátria distante.

Não raras vezes demonstrava vontade de voltar ao Brasil, e até mesmo de voltar a reinar. Certa ocasião chegou a declarar: – “se me chamarem, estou pronto, seguirei no mesmo instante e contentíssimo, visto poder ser útil ainda à minha terra. Mas se me chamarem espontaneamente, notem. Puseram-me para fora... Tornarei se se convencerem de que me cumpre tornar”.

Ainda em Cannes, pela manhã, tomava ducha em um estabelecimento

hidroterápico e fazia longas caminhadas pelas ruas da cidade. À noite, costumava jogar bilhar com os amigos. Tinha reputação de exímio jogador de bilhar, mas, durante as partidas, ficava sempre atento ao que se conversava, emitindo, entre uma jogada e outra, opiniões que bem o caracterizavam e lhe garantiam a reputação de ter conhecimento de tudo de sua época.

O dedicado amigo e médico, conde de Mota Maia, estava sempre ao seu lado.

Normalmente apesar das tristezas e agruras do exílio, guardava sempre a etiqueta, trajando-se de preto, com longa sobrecasaca e chapéu alto.

Por essa época, a princesa imperial morava em Nice com sua família e a baronesa de São Joaquim, e diariamente ia a Cannes jantar com o pai e ajudá-lo a receber quantos os procuravam.

No outono de 1891, achava-se em Paris, hospedado no Hotel Bedford, quarto 391, na Rue de L'Arcade, quando numa tarde fria do dia 23 de novembro, prenunciadora do inverno próximo, foi à Academia das Ciências, que se reunia para eleição de um novo sócio. Ao terminar a sessão, saiu em carro aberto num passeio longo, do Sena até Saint-Cloud. A noite esfriara mais ainda, sobrevindo-lhe então um ataque de gripe, gripe essa que evoluiu para um processo de pneumonia no pulmão esquerdo, dada a precariedade de sua saúde.

Dia a dia sua situação foi piorando. No dia 2 de dezembro, seu natalício, apresentando alguma melhora, chegou a receber alguns amigos que o foram cumprimentar.

No dia seguinte, agravando-se seu estado, foi chamado o padre Davi, seu colega do Instituto de França, para ouvir-lhe a confissão.

No dia 4 apresentou melhoras sensíveis, o que permitiu que a princesa Isabel, o conde d'Eu e seus filhos regressassem a Versailles, onde residiam na ocasião.

À noite, porém, a situação agravou-se novamente, e todos tiveram que voltar às pressas a Paris. Às 23 horas, o padre Le Rebours, pároco da igreja da Madeleine, veio administrar os últimos sacramentos ao moribundo. A partir desse momento d. Pedro II entrou em estado de coma.

Seu estado era aflitivo. Aos 45 minutos do dia 5, expirava o ex-imperador do Brasil, diante de sua filha d. Isabel, do conde d'Eu, do duque de Saxe, do seu neto o príncipe d. Pedro Augusto, do barão e da baronesa de Muritiba, do conde e da condessa de Aljezur, do barão de Estrela, do conselheiro Silva Costa, do dr. Eduardo Prado, do barão de São Joaquim, do dr. Alfredo Rocha, do conselheiro Calógeras, do sr. Sebastião Guimarães, entre outros.

O quarto onde morreu o imperador estava situado no 1º andar do prédio; tinha papel de parede cinza, com uma superfície quadriculada em ouro e era iluminado por duas janelas dando sobre a Rue de L'Arcade.

Os móveis que o guarneciam eram de grande simplicidade. Constituíam-se de uma espreguiçadeira, de 3 poltronas, de 1 canapé, de um grande

móvel, recobertos por um tecido azul e de uma cama em jacarandá na qual falecera o imperador.

De manhã foram rezadas duas missas de corpo presente, no próprio quarto, pelo padre Long da igreja da Madeleine.

Os traços de d. Pedro II não foram alterados pela morte. O rosto guardou toda a sua serenidade. A cabeça se encontrava levemente voltada para trás e mantida por uma espécie de ligadura para queixo, em seda branca. Vestiu o corpo do ex-imperador o conde de Mota Maia, auxiliado pelos criados Comerlower e Boucher. Nas mãos cruzadas foi colocado um crucifixo, que lhe havia sido dado pelo papa Leão XIII.

A certidão de óbito que foi firmada pelos doutores Charcot, Bouchard e conde da Mota Maia, deu como *causa mortis* uma pneumonia no pulmão esquerdo. Outro médico francês, dr. Poirier, fez o embalsamamento do corpo, assistido pelo dr. Charcot Fils.

Após a segunda missa, rezada ainda no quarto, começaram a chegar inúmeras pessoas que vinham apresentar pêsames à d. Isabel e à família imperial. Entre os primeiros cumpre destacar os membros da Casa Militar do então presidente da França, Sadi Carnot, general Brugère, almirante Jauréguiberry, os coronéis Chamoin e Duistem e o almirante Pistor, chefe da Esquadra. Logo em seguida, chegaram o presidente do Conselho de Ministros, Freycinet e o conde d'Ormesson, introdutor dos embaixadores, para apresentar condolências em nome do governo e do povo francês.

Ainda pela manhã, entre várias outras personalidades, estiveram no hotel Bedford, a rainha d. Isabel II da Espanha e sua filha a princesa d. Eulália.

A dolorosa notícia espalhou-se por toda a Europa e logo começaram a afluir os telegramas de pesar; entre eles, o do imperador Francisco José, da Áustria-Hungria; do rei Oscar II, da Suécia-Noruega; do rei Cristiano II, da Dinamarca; da rainha regente da Holanda e de vários outros chefes de Estado.

O povo parisiense também logo se acercou das imediações do hotel Bedford, em grande número, deixando os livros do mesmo repletos de assinaturas.

D. Isabel, apesar do golpe e do cansaço, na tarde e na noite desse mesmo dia 5, reuniu e passou a dirigir grande número de amigos que respondiam os telegramas, enviavam comunicações e avisos e tomavam várias medidas para as cerimônias fúnebres que se iriam celebrar.

Juntamente com grande número de pessoas que acorriam ao hotel, chegavam também, de todos os lugares, coroas, palmas e flores.

Embalsamado, o corpo foi vestido com farda de marechal de exército brasileiro, ostentando as fitas das grã-cruzes das Ordens Imperiais e coberto com a bandeira imperial. E, no dia 8, ficou em exposição pública na câmara ardente, armada nas dependências do próprio hotel, tendo sido visitadíssima, já que d. Pedro II era muito popular e admirado em Paris.



O governo francês, na pessoa de seu presidente, prestou as mais dignas honras ao grande morto.

À noite desse dia 8, o corpo foi transferido para a igreja da Madalena, onde, no dia seguinte, se realizaram as imponentes exéquias celebradas pelo cardeal Richard, tendo o rico ataúde sido colocado num grande catafalco, em cuja base se destacavam as Armas Imperiais e vários “P II”, com uma rica bandeira imperial. Sobre o mesmo havia a seguinte inscrição em latim: Aqui repousa em paz Pedro II, mui Augusto Senhor, Imperador do Brasil, cuja memória será piedosamente conservada.

Filho de Pedro I, fundador do império do Brasil, e de Leopoldina, filha de Francisco de Germânia, depois imperador da Áustria. Pai de seu povo pelo seu espírito de justiça, sua clemência, sua generosidade e sua humanidade, condutor prudente de seus súditos à liberdade, propagou, através de seu vasto império, as letras e as artes e foi incomparável pela sua grandeza da alma, pela força de seu espírito, pela imortalidade de sua memória e a variedade de seus conhecimentos.

A seguir, liam-se alguns versos extraídos dos *Lusíadas*.

Na igreja, contavam-se centenas de pessoas, não só brasileiros, como também membros de inúmeras delegações estrangeiras, cientistas, literatos, artistas, representantes do presidente Sadi Carnot, de soberanos europeus e de tudo o que havia de mais notável na sociedade parisiense.

Ao término das cerimônias religiosas, foi o ataúde transportado para um coche ricamente preparado e puxado por seis cavalos negros, para levá-lo a estação de Orleans, de onde seguiu para Lisboa em trem especial. O referido coche, de altíssimo luxo, servira no enterro do rei de Hanover e do presidente Thiers.

Antes porém de colocar-se em marcha, lorde Talbot, encarregado dos negócios ingleses na França, dele aproximou-se, colocando sobre o ataúde uma coroa de bronze em nome da rainha Vitória. Em seguida, iniciou-se o cortejo fúnebre, cumprindo extenso itinerário até a estação de Orleans.

O importante cortejo foi assim descrito por Gofredo de Escragnolle Taunay, testemunha ocular, na edição de *O Jornal*, em 2 de dezembro de 1925, quando se comemorava o centenário natalício de d. Pedro II:

“Por determinação da princesa d. Isabel, pegaram nos cordões do coche até a praça da Concórdia, o visconde de Penha, o conde de Aljezur, o conde de Mota Maia, o general Couto de Magalhães, o barão de Muritiba, o conselheiro Silva Costa, o visconde de Cavalcanti, o barão de Estrela e outros. Igualmente o conselheiro Silveira Martins, do qual me acerquei, dele tornando a ouvir, sobre o imperador, conceitos altamente honrosos para ambos.

A partir da praça da Concórdia, ainda por determinação da princesa d. Isabel, que assim quis manifestar gratidão à população de Paris, que se associava diretamente às últimas homenagens prestadas ao seu augusto pai, foram os cordões do coche deixados a quantos, quaisquer que fossem, quises-

sem segurá-los. Esta manifestação de sentimentos democráticos da imperial senhora, foi altamente apreciada. Inúmeros desconhecidos, em geral franceses, solicitavam a honraria, reclamavam-na e eram logo atendidos.

Atrás do coche, em compacto contingente, iam brasileiros que fizeram todo o percurso a pé, da Madalena à estação de Orleans, numa distância de uns bons dez quilômetros.

Logo após, vinham grandes carruagens de luto, conduzindo a princesa imperial, as senhoras, delegados das potências estrangeiras, altas personalidades oficiais, brasileiros conspícuos, já adiantados em anos; carros a transbordar de coroas e flores fechavam o préstito. Eram tantas essas coroas que exigiram diversos vagões da Estrada de Ferro de Orleans, para transportá-las a Lisboa.

Ao passar nas proximidades do palácio dos Inválidos, troaram os canhões de um parque de artilharia, que ali se achava para prestar honras.

Tocantes eram as manifestações que provocava a passagem do fúnebre cortejo. Defronte da Câmara dos Deputados – o Palácio Bourbon – grupos de parlamentares testemunharam o respeito e a admiração que lhes merecia o imperador. Defronte à Escola de Medicina, fizeram o mesmo os estudantes. Por toda a parte o povo, de cabeça descoberta, mostrava partilhar da dor dos brasileiros.

Defronte da gradaria do Jardin des Plantes, estavam formados os empregados do estabelecimento, cujo diretor veio depor sobre o ataúde duas esplêndidas folhas de palmeiras brasileiras, palmeiras que tinham sido oferecidas ao importante instituto pelo imperador em pessoa. A delicada atenção foi bem compreendida. Sentiram todos que era um derradeiro adeus dos representantes de nossa flora, em Paris, ao soberano!

Em todo o percurso da Madalena à estação de Orleans, tropas e mais tropas, em filas duplas, ao longo das calçadas. Formava toda a guarnição de Paris, reforçada por inúmeros contingentes de regiões vizinhas sob o comando do general Saint-Mars.

Na praça Valhubert deteve-se afinal o cortejo. Chegava-se ao fim. Junto do coche vieram se colocar a princesa d. Isabel, o conde d'Eu, os príncipes imperiais e reais, os representantes de diversos países, brasileiros em grande número... Começou então o desfile, que durou cerca de uma hora. O general Saint-Mars, a cavalo, cercado de brilhante Estado Maior, pôs-se em movimento, e defronte do ataúde que encerrava os despojos do imperador, fez larga continência com a espada. Seguiram-lhe as tropas apresentando armas. Inclonavam-se as bandeiras. Soavam estridentes os clarins, rufavam lúgubres os tambores. Bandas militares, postadas a certa distância, executavam marchas fúnebres, em particular a de Chopin.

Tudo isto, à luz dúbia e tétrica do descambar adiantado de uma tarde de outono sombrio, era pungente, mas de extraordinária imponência. Do espetáculo não se esquecerão nunca aqueles que o presenciaram.”

Momentos depois de terminada a cerimônia militar em frente à estação

de Orleans, o ataúde foi levado para o trem especial que o conduziria a Lisboa.

Grande comitiva embarcou nesse trem especial: além de d. Isabel, do conde d'Eu e dos príncipes d. Pedro de Alcântara e d. Pedro Augusto, e várias outras personalidades.

Em todo o percurso, sucediam-se as mais variadas homenagens ao grande soberano. Em Madri, ocorreram importantes honras fúnebres, feitas por tropas diversas, em grande número, povo em geral e por representantes da rainha regente. Ao cruzar a fronteira com Portugal, todo o ministério, o duque do Porto e várias outras autoridades, representando o rei d. Carlos, além de diversas outras pessoas, vieram prestar homenagens ao grande imperador morto.

Em Lisboa, horas depois da chegada, procedeu-se, com grandiosidade, às exéquias na igreja de S. Vicente de Fora, celebradas pelo cardeal de Lisboa e 12 bispos.

O cortejo fúnebre foi igualmente de grande repercussão popular, com diversas tropas formando alas desde a estação do Rocio até o panteão dos reis de Portugal.

Por fim, foi depositado d. Pedro II, ao lado de d. Teresa Cristina, companheira de muitos anos e agora unidos pela morte.

Em 8 de janeiro de 1921 chegaram ao Brasil, transladados, os restos mortais do casal imperial. E no dia 5 de dezembro de 1925, foram definitivamente depositados na Catedral de Petrópolis.



## **NOTICIÁRIO**

## **1. AQUISIÇÕES**

**1.1 Doações**

**1.2 Compras**

**1.3 Legados**

## **2. ATIVIDADES CULTURAIS**

**2.1 Promoções**

**2.2 Participação do Museu Imperial em Encontros**

**2.3 Pesquisa no Arquivo Histórico**

**2.4 Consultas na Biblioteca**

**2.5 Cessão do Auditório**

## **3. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS**

**3.1 Comunicações**

**3.2 Dotação Orçamentária**

**3.3 Pessoal**

**3.4 Obras**

**3.5 Serviço de Reprografia**

## **4. PRESERVAÇÃO DO ACERVO**

## **5. VISITAÇÃO**

## 1. AQUISIÇÕES

### 1.1 Doações

#### 1.1.1 Acessórios de indumento

*Leque*. Tartaruga e plumas. Pertenceu à filha do desembargador Guilherme Cordeiro Coelho de Cintra. Doação da sra. Madelon Mongruel Pego Faria.

#### 1.1.2 Cerâmica

*Prato* raso, de porcelana francesa. Pertenceu ao marquês de São Vicente, José Antônio Pimenta Bueno. Doação da sra. Margarida Paranhos Janot, por intermédio do sr. Waldemar Janot.

#### 1.1.3 Diversos

*Óculos* (2 pares) – folheados a ouro. Pertenceram respectivamente ao visconde do Sena Formoso, Francisco Pereira Macedo e ao capitão Manuel de Macedo Neto. Doação do dr. Tácito Remi de Macedo van Langendonck.

#### 1.1.4 Luminárias

*Lustre* para 6 luzes. Cristal. Foi da casa do conselheiro Francisco Antunes Maciel. Doação das sras. Maria da Glória Maciel Müssnich e Maria Alice Lafayette Stockler.

#### 1.1.5 Medalhística

*Medalha de prata*, comemorativa do sesquicentenário do nascimento de d. Pedro II. Foram cunhadas, somente, dois exemplares em prata, um doado ao presidente Ernesto Geisel e, outro, ao Museu Imperial, pela Casa da Moeda.

*Medalhas* (35) de bronze com as efígies de todos os reis de Portugal. Doação do sr. José Manuel Ferreira da Silva Estrela.

#### 1.1.6 Obras bibliográficas

Foram doadas obras, das quais destacamos:

CAVALCANTI, Carlos. Dicionário brasileiro de artistas plásticos, V. 1 e 2. Brasília, I.N.L. 1973/74. Doação do Instituto Nacional do Livro.

TELES, Augusto C. da Silva. Atlas dos monumentos históricos e artísticos do Brasil, Rio, FENAME/DAC, 1975.

BERGER, Paulo. Dicionário histórico das ruas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Gráf. Olímpica, 1974. Doação do autor.

MEIRA, Jorge Araújo de P. Barão de Parima, seus ascendentes. Rio de Janeiro, Hélios, 1966. Doação do autor.

### 1.1.7 Prataria

*Argola* para guardanapos, de prata. Pertenceu ao barão de Parima, Francisco Xavier Lopes de Araújo. Doação do almirante Levy Araújo de Paiva Meira.

### 1.1.8 Símbolos

*Bandeira* do império do Brasil. Seda verde e amarela, com trabalho de aplicação. Doação do conservador do Museu Louis Phillipe, da cidade de Eu (França) por intermédio do sr. Luís Carlos Barreto Thedim.

## 1.2 Compras

### 1.2.1 Iconografia

*José II*, imperador da Áustria. Óleo. Sem assinatura.

*Leopoldo II*, imperador da Áustria. Óleo. Sem assinatura.

*Francisco José I*, imperador da Áustria. Óleo. Sem assinatura.

*Fernando I*, imperador da Áustria. Óleo. Sem assinatura.

### 1.2.2 Indumento

*Traje de gala* da imperatriz Teresa Cristina. Tafetá de seda branca bordado a ouro e guarnecido de rendas douradas.

*Uniforme de marechal de exército brasileiro*, com distintivos de conselheiro de Estado. Pertenceu ao conde d'Eu. Casimira preta e bordados a ouro.

### 1.2.3 Obras bibliográficas

Entre as obras adquiridas por compra, destacam-se:

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *O Palacete do Caminho Novo, Solar da marquesa de Santos*. Rio de Janeiro, Fontoura, 1975.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Rodrigues Alves* (Col. documentos brasileiros, v. 153) Rio de Janeiro, J. Olympio, 1973.

VILAÇA, Carlos Antônio. *História da Questão Religiosa no Brasil*, Rio de Janeiro, F. Alves, 1974.

ENCICLOPÉDIA MIRADOR INTERNACIONAL. 20 v, São Paulo, Enc. B./M, internacional, 1975.

## 1.3 Legados

### 1.3.1 Acessórios de indumento

*Botão* de libré, dos criados da casa do barão de Três Serros, Aníbal Antunes Maciel. Manufatura francesa. Legado de Déa Antunes Maciel.

*Leques* (12), de procedência francesa e chinesa. Pertenceram à baronesa de Três Serros, Amélia Hartley Antunes Maciel. Legado de Déa Antunes Maciel.



### 1.3.2 Cristais

*Copos (7), garrafas (2) e taça de cristal branco, lapidado e gravado. Pertenceram ao barão de Três Serros, Aníbal Antunes Maciel. Legado de Déa Antunes Maciel.*

## 2. ATIVIDADES CULTURAIS

### 2.1 Promoções

#### 2.1.1 Exposições

##### **Permanente**

O Museu Imperial manteve abertas ao público 33 (trinta e três) salas de 2 de janeiro a 21 de setembro, quando fechou para obras de restauração do prédio. Aberto, excepcionalmente, nos dias 29 e 30 de outubro para receber os congressistas da ASTA, e no dia 2 de dezembro, sesquicentenário do nascimento de d. Pedro II, para receber a visita do exmo. sr. presidente da República, general Ernesto Geisel.

##### **Itinerantes**

Dentro do Programa de Ação Cultural (PAC) do Ministério da Educação e Cultura, o Museu Imperial, em conjunto com o Museu Histórico Nacional, realizou a exposição – *D. Pedro II e sua Época*, comemorativa do sesquicentenário do nascimento de d. Pedro II, nas seguintes capitais:

Maceió (AL): de 19/09 a 09/10/1975, no Ginásio de Esportes do Colégio Estadual de Alagoas;

Recife (PE): de 22/10 a 11/11/1975, no Sobrado Grande da Madalena;

João Pessoa (PB): de 22/11 a 14/12/1975, no Palácio da Redenção.

O Museu Imperial, solicitado por várias entidades a participar nas comemorações do sesquicentenário do nascimento de d. Pedro II, realizou exposição – *D. Pedro II*, nas seguintes cidades:

Aracaju (SE): na Biblioteca Pública de Aracaju, nos dias 25 e 26 de setembro de 1975;

São Cristóvão (SE): no Museu do Estado de Sergipe, nos dias 27 e 28 de setembro de 1975;

Natal (RN): no Salão Nobre do Palácio do Governo, nos dias 19 a 21 de novembro de 1975.

##### **Temporárias**

*D. Pedro II e o desenvolvimento econômico social no II Reinado*, realizada pela Biblioteca Nacional, no período de agosto a dezembro de 1975. Colaborou o Museu Imperial com peças do seu acervo.

No dia 2 de dezembro de 1975, com a presença do exmo. sr. presidente da República, general Ernesto Geisel, foram inauguradas no Museu Imperial as seguintes exposições temporárias:

– *Sesquicentenário do nascimento de d. Pedro II*, organizada pelo Museu Imperial, com fotografias e peças referentes ao imperador e à sua época; e

Exposição Filatélica, promovida pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e o Clube Filatélico do Brasil, quando foi lançado, pelo presidente da República, o selo comemorativo do sesquicentenário do nascimento de d. Pedro II.

### 2.1.2 Sessão solene

Com a presença do exmo. sr. presidente da República, tiveram lugar as solenidades programadas pelo Museu Imperial, para comemorar o sesquicentenário do nascimento do seu patrono, no próprio dia 2 de dezembro de 1975.

Aguardado por várias pessoas gradas, entre as quais se encontrava o príncipe d. Pedro Gastão de Orleans e Bragança, bisneto do imperador, hasteou o presidente Geisel a bandeira nacional, ao som da banda do Batalhão D. Pedro II. A seguir, acompanhado das autoridades, visitou demorada e interessadamente o antigo Palácio Imperial, inaugurando as exposições já citadas e presidindo, a seguir, no auditório do Museu, a sessão solene comemorativa.

Na oportunidade, falou o diretor do Museu Imperial que proferiu as seguintes palavras:

“Excelentíssimo senhor presidente Ernesto Geisel

Estamos aqui reunidos, na casa petropolitana de d. Pedro II, para – em comemoração ao sesquicentenário do grande imperador – receber vossa excelência. A presença do chefe de Estado no Museu Imperial, confirma a tradição das visitas presidenciais a este órgão de cultura.

Quero tomar o comparecimento de vossa excelência nesta casa como um estímulo ao programa cultural que vimos desenvolvendo, dentro do plano geral de seu esclarecido governo, em boa hora expresso pelo Ministério da Educação e Cultura.

Afirmou vossa excelência, no Encontro Nacional de Escritores, em Brasília: dentro do desenvolvimento social uma peça básica é a cultura – uma responsabilidade de todos para prosseguir esclarecendo que, sozinho o governo nada pode fazer. É preciso que todos colaborem, sobretudo junto às novas gerações, famintas de saber. É justamente aí, senhor presidente, cabe a d. Pedro II servir de modelo, ele que teve a oportunidade de, com menos de 15 anos, assumir o poder e o fazer com a simplicidade e a sinceridade própria dos moços e a dignidade de verdadeiro chefe de Estado.

O exemplo, aliás, legado pelo imperador, o foi a todos nós e não apenas à juventude, como afirmou em expressão feliz o ministro Ney Braga: D. Pedro II, como homem e como estadista, continua a servir de exemplo a todos os brasileiros.

Reafirmando em Manaus, conceitos expressos em Curitiba, esclareceu vossa excelência: *Os governos da Revolução têm por base promover o desenvolvimento do Brasil.*

*Desenvolvimento, ao contrário do que dizem, [...] não é apenas econômico. É econômico, mas social também. E dentro desse desenvolvimento social a cultura têm posição de destaque. O desenvolvimento que nós planejamos está sempre voltado para a cultura.*

Poderia então vossa excelência repetir neste instante, senhor presidente, a expressão empregada no Paraná, ao inaugurar o Teatro Guaíra: Estou aqui porque esta é uma casa de cultura.



O presidente Ernesto Geisel e o ministro Ney Braga inauguram a exposição do Sesquicentenário do nascimento de d. Pedro II.



O presidente Ernesto Geisel lançando, a 2 de dezembro de 1975, o selo comemorativo do sesquicentenário do nascimento de d. Pedro II.

Aqui nos reunimos, pois, no palácio de verão do imperador, onde a República criou uma instituição de cultura, para reverenciarmos não apenas o mecenas das ciências, artes e letras, o imperador poeta e filósofo, como o chamou Rui Barbosa, mas o guia esclarecido e culto que do alto do poder constituía um fanal a iluminar todos os setores da vida brasileira.

O Museu Imperial, como verificou vossa excelência, não é apenas um museu, mas um órgão vivo de pesquisa, de estudos, de cultura enfim. Entrosado com a comunidade, vem se dedicando não apenas à guarda e à preservação dos objetos e dos documentos referentes à vida e à obra do Império, mas, na consulta dos livros de sua escolhida biblioteca e na pesquisa acurada nos ricos documentos do seu arquivo, vai se tornando, dia a dia, um centro vivo da cultura brasileira. O arquivo histórico deste Museu cuja *magna pars* é constituído do importante acervo documental do imperador, incluindo seus papéis particulares, tornou-se o manancial de onde têm surgido grandes obras da literatura histórica nacional, consultado por estudiosos e especialistas do Brasil e do estrangeiro. Aberto a todos porque não teme a memória de d. Pedro II a divulgação de seus documentos íntimos, que em nada o diminuem; muito pelo contrário!

Um pequeno exemplo: *Nasci* – escreveu o grande imperador no viço dos seus 37 anos – *nasci para consagrar-me às letras e às ciências e, a ocupar posição política, preferiria a de presidente da República ou ministro à de imperador*. Não amava, como se vê, a sua profissão de rei, mas manteve-se honradamente preso a ela, no cumprimento escrupuloso de seu dever, dentro dos princípios traçados naquele mesmo diário escrito em 1862: Jurei a Constituição, mas ainda que a não jurasse, seria ela para mim uma segunda religião.

No exercício religioso, pois, do seu papel de monarca constitucional, presidiu d. Pedro II por 49 anos os destinos nacionais.

Durante seu longo e proveitoso reinado adotou o Brasil o selo postal (e foi o segundo país do mundo a fazê-lo); viu correr a primeira locomotiva a vapor (fato devido ao gênio de Mauá); abriu, pela mão de Mariano Procópio, a primeira estrada de rodagem, a União e Indústria; instalou o cabo submarino e adotou o telefone, tendo a oportunidade de se comunicar nesse aparelho com seu próprio inventor – e foi, historicamente, a primeira pessoa a fazê-lo – na Exposição de Filadélfia em 1876.

Podemos, pois, assim, considerar o reinado de Pedro II, sem exageros ufanistas, como o século das comunicações.

Visitando as principais províncias do império, auscultando-lhes as necessidades, orientando seus presidentes, inspecionando suas escolas e interrogando seus alunos, procurando conhecer as deficiências das Câmaras Municipais, pôde tornar-se, de fato, o pai do povo e o orientador do país.

O imperador da unidade nacional completava a obra iniciada por seu pai, d. Pedro I, que o aconselhara, em carta datada de Angra do Heroísmo, a 11 de março de 1832:

*O tempo em que se respeitavam os príncipes, por serem príncipes, unicamente, acabou-se; no século em que estamos, em que os povos se acham assaz instruídos de seus direitos é mister que os príncipes igualmente o estejam e conheçam que são homens e não divindades. E que lhes é indispensável terem muitos conhecimentos e boa opinião para que possam ser mais depressa amados do que mesmo respeitados.*

A homenagem que o governo da República presta a d. Pedro II na sua casa de



Sessão solene no auditório do Museu Imperial, a 2 de dezembro de 1975, presidida pelo presidente Ernesto Geisel. Da esquerda para a direita: prefeito de Petrópolis, Paulo Rattes; ministro da Educação, Ney Braga; governador do Estado do Rio de Janeiro, Faria Lima; presidente da República, Ernesto Geisel; diretor do Museu Imperial, Lourenço Luiz Lacombe; chefe da Casa Militar da Presidência, general Hugo Abreu, e o príncipe d. Pedro de Orleans e Bragança.

Petrópolis, adquire, com a presença do presidente da República e do seu ministro da Educação e Cultura, um significado todo especial.

A imagem de d. Pedro II permanece viva na sua cidade. Já o disse o historiador Wanderley Pinho: Petrópolis é o imperador; vaga por aqui o seu fantasma na estátua de bronze erguida na praça que lhe conserva o nome; no mausoléu de mármore onde jaz, na Catedral, levantada sob seu generoso patrocínio; mas, principalmente, na casa que lhe serviu de residência e onde terão transcorridos os momentos quicá mais felizes de sua existência. Este palácio – que depois de ter servido de sede a dois educandários, foi transformado pelo governo da República no Museu Imperial.

Aqui, senhor presidente, reverenciamos a memória do grande imperador sem abarcarmos das convicções republicanas, porque entendemos, como no feliz conceito de Alcindo Sodré, que o verdadeiro patriotismo não é apenas o amor   terra, mas principalmente o amor   tradi o. Pois nela vamos encontrar as raízes do nosso presente e a explica o do nosso futuro.

E essa visão do porvir legou-nos Pedro II, o monarca superior às formas de governo, pois superiormente via a pátria, não são no seu contexto físico, mas no humano e no social, indiferente aos regimes políticos.

Por isso, a 16 de novembro de 1889, depois de quase meio século de exercício do poder, responde ao governo provisório da República, que lhe concedia 24 horas para deixar o país, expressando seu alto e profundo amor   pátria que o bania, fazendo ardentes votos por sua grandeza e prosperidade.

Esta, senhor presidente, a grande li o de d. Pedro II que precisa ser recordada neste 2 de dezembro, 150 anos depois do seu nascimento.”

Encerrando a solenidade, disse o sr. presidente:

“Vim hoje a este palácio para associar-me às homenagens a Pedro II e, na qualidade de presidente da República, reverenciar sua memória.

O Brasil é um país que sonha com o futuro. Um futuro grandioso, possibilitado pelos seus recursos, pela extensão geográfica e, sobretudo, pelas virtudes de nosso povo. Vive o presente com realismo. Um presente difícil, cheio de problemas que colocam à prova as qualidades do povo na sua luta de cada dia. Mas recorda o passado, porque é no passado que vamos encontrar as fontes inspiradoras de nossas atividades. E   pelo passado, através do presente, olhando para o futuro, que asseguramos a necessária continuidade da Na o.

Nesse passado, que para nós conta os anos que incorporamos   nossa História, graças a Deus, avulta sem dúvida, dentre os feitos dos portugueses que nos descobriram, a figura de d. Pedro II, que governou este país durante meio século e, com suas extraordinárias qualidades de homem, de estadista e de patriota, soube vencer inúmeras tormentas que se desencadearam desde sua infância até a proclama o da República. Foi sobretudo um grande estadista que consolidou a nacionalidade e assegurou a unidade do país. Estou aqui hoje para, com o povo, prestar à sua memória as melhores homenagens.”

### **2.1.3 Cursos**

– No Auditório do Museu

Sesquicentenário do nascimento de d. Pedro II – curso de extensão universitária, constando de 5 aulas, abordando os seguintes temas:

*O teatro no II Reinado*, pelo escritor Guilherme Figueiredo;  
*Vida Social no II Reinado*, pelo prof. Américo Jacobina Lacombe;  
*A música no II Reinado*, pelo prof. Odilon Nogueira de Matos;  
*A casa do imperador*, pelo prof. Lourenço Luís Lacombe;  
*D. Pedro II – Exílio e Morte*, pelo prof. Afonso Celso Vilela de Carvalho.

– Curso de extensão universitária fora do Museu Imperial – pelo diretor do Museu Imperial:

Recife (PE): no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais nos dias 20 a 24 de janeiro de 1975, a convite do diretor executivo daquela fundação, subordinado aos temas: *Infância; Família; Chefe de Estado; Declínio e Exílio e Morte*;

Vitória (ES): na Universidade Federal do Espírito Santo, sobre os mesmos temas, nos dias 3 a 7 de outubro de 1975, promovido pela mesma universidade.

#### **2.1.4 Conferência**

– No Museu Imperial

O engenheiro Joaquim Cândido Guilhobel, pelo dr. Paulo Berger, promovida pelo Museu Imperial e Instituto Histórico de Petrópolis.

– Fora do Museu Imperial

Ao ensejo das comemorações do sesquicentenário do nascimento de d. Pedro II, foi o diretor do Museu Imperial convidado a proferir conferências sobre o assunto em instituições nas seguintes cidades:

Petrópolis (RJ): no Salão Nobre da Câmara Municipal, a convite da comissão municipal do sesquicentenário de d. Pedro II, no dia 16 de março de 1975;

São Cristóvão (SE): no Museu do Estado, a convite da Comissão Especial do Sesquicentenário do Nascimento de d. Pedro II, no dia 28 de setembro de 1975;

São Paulo (SP): no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, palestra com projeção de slides, sobre o Museu Imperial, encerrando curso comemorativo do sesquicentenário de d. Pedro II, sobre Museus de São Paulo, no dia 19 de outubro de 1975, a convite do chefe do Serviço de Museus da Secretaria de Cultura de São Paulo;

Rio de Janeiro (RJ): no Salão Nobre do Colégio Pedro II, no dia 9 de outubro de 1975, a convite do diretor do estabelecimento;

Natal (RN): na Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no dia 21 de novembro de 1975, a convite dessa Universidade;

Niterói (RJ): no SESC, no dia 17 de dezembro de 1975, a convite da Academia Niteroiense de Letras.

#### **2.1.5 Atividades educativas e de difusão cultural**

Técnica de Pesquisa Aplicada à História; curso com aulas práticas para os alunos de História da Universidade Católica de Petrópolis (Convênio Cultural MI/UCP). Número de aulas: 60.

Estágio de universitários: para estágio dirigido, envolvendo prática de pesquisa histórica e avaliação qualitativa da visitação, recebeu o Museu Imperial 3 (três) universitárias do projeto Rondon, alunas do curso de História da faculdade de Filosofia do Ceará, no período de 09 de janeiro a 03 de fevereiro.

Prática de museologia para alunos da 3ª série, do 2º grau da área de Turismo, do Colégio de Aplicação da Universidade Católica de Petrópolis. Total de alunos: 5. Horas de prática: 120h.

Em prosseguimento ao programa de Difusão Cultural junto às escolas oficiais de Petrópolis, foram realizadas 64 palestras com projeção de slides, sobre os temas: *O Município de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, Fatos históricos e desenvolvimento sócio-econômico da Região Sudeste, Aspectos culturais da Região Sudeste*, às quais compareceram 4.561 alunos das 2ªs e 5ªs séries do 1º grau.

## 2.2 Participação do Museu Imperial em Congressos, Encontros e Seminários

Seminário sobre o tema: Comportamento do Visitante no Museu, promovido pela AMICON-BR, realizado no Real Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro, nos dias 17 e 18 de abril de 1975. O diretor do Museu Imperial, apresentou o trabalho: *O comportamento do visitante no Museu Imperial*.

*Encontro Sul-rio-grandense de Museus*, em Bagé (RS) realizado em maio. Comparecimento do diretor do Museu Imperial, representando o diretor do Departamento de Assuntos Culturais (DAC).

*I Encontro de Dirigentes de Museus*, realizado no Recife, pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, no período de 22 a 27 de outubro de 1975, com a participação do diretor do Museu Imperial, que desenvolveu o tema: *Museu e Educação*.

Participação de funcionários do Museu Imperial no debate do museólogo mr. Kenneth Hudson, promovido pelo Conselho Britânico, realizado no Museu Histórico Nacional, no dia 22 de abril de 1975.

## 2.3 Pesquisa no Arquivo Histórico

O Arquivo atendeu a 75 pessoas que se utilizaram de 4.993 documentos para fins de pesquisa. Destacaram-se os seguintes pesquisadores:

MARTIM, Gregório Cervantes (professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul): Estudo sobre José Presas, secretário de d. Carlota Joaquina;

SIMONE, Célia Camargo de (USP) – Estudo monográfico sobre o exercício do poder pessoal no Segundo Reinado;

SOUSA, Maria Aparecida de (USP) – Pós-graduação: monografia sobre A reação monarquista nos primeiros anos da República;

STERNBERG, Hilgard O'Reilly. Professor da Universidade da Califórnia: Estudo sobre a presença belga em Mato Grosso; antecedentes;



TAVARES, Luís Henrique Dias (dr. em História, prof. da Universidade Federal da Bahia). Monografia sobre o ano de 1824.

## 2.4 Consultas na Biblioteca

Número de usuários 3.644

Número de obras consultadas 5.609

## 2.5 Cessão do Auditório

### Concertos e palestras

#### **Promovidas pela ABRARTE – Cultura Artística de Petrópolis:**

Do cantor Antônio Augusto Caminada Sabrá e a pianista Marília de Cerqueira Neves; da cantora Olga Maria Schröetter; das pianistas Eliana Carneiro e Carol Murta Ribeiro; do pianista Arnaldo Rebelo, audição de músicas de Ernesto Nazaré; da pianista Edite Bulhões; dos pianistas Marília Neves e Paulo Brandt; do violinista Antônio Cavalcanti e do tenor Paulo Barcelos; da pianista Maria da Penha; recital do Madrigal Palestrina, do Rio Grande do Sul e palestra com projeção de slides, sobre Maurício Ravel, comemorativa do nascimento do artista.

#### **Promovidos pela Sociedade Artística Vila-Lobos:**

Do cantor folclorista, Fernando Lebéis; do cravista Filipe Silvestre e do Coral da Universidade Federal de Goiás.

#### **Promovidos pelo Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Petrópolis:**

Concerto do violinista Marcus Llerena e as palestras do prof. Vicente Tapajós, *D. Pedro II em 3 Tempos*, do prof. Luís Goulart; *Auto realização consciente*, do Prof. Walter Povares – *O que é ser gente?*

## 3. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

### 3.1 Comunicações

3.1.1 Expediente recebido 819

3.1.2 Expediente enviado 893

### 3.2 Dotação Orçamentária

Consignada no Orçamento 797.541,01

Extra-orçamentária (PAC) 1.736.025,00

Restos a pagar de 1974 496.182,41

Fundo Contábil (IPHAN) 16.480,84 3.046.229,26

Despesa paga 1.815.967,49

Restos a pagar p/1976 1.230.261,77 3.046.229,26

### 3.3 Pessoal

#### 3.3.1 Aperfeiçoamento de funcionários

Curso Permanente de Fotografia, promovido pelo profissional Raul Lopes, no período de 04/04 a 31/07/1975, com a participação do funcionário do Museu Imperial, Carlos Fernandes Xavier da Silva. Curso de Organização de Arquivos de Empresas, promovido pela Associação dos Arquivistas Brasileiros, com a participação da funcionária do Museu imperial, Maria Inês Correia.

### **3.3.2 Aposentadoria de funcionários**

Neste exercício, foram aposentados os seguintes funcionários do Museu Imperial, Luís Gomes e Henrique Volker, publicadas respectivamente nos D.Os. de 03/01/1975 e 24/12/1975.

### **3.4 Obras**

Palácio Imperial – reparos e adaptação na ala esquerda, no corpo central e pintura geral do prédio.

Anexo/(Divisão de Documentação Histórica)

Substituição das esquadrias existentes por alumínio anodizado, com vidros canelados, na fachada posterior e fachada principal do 2º e 3º pavimentos.

Recuperação da rede elétrica do parque.

### **3.5 Serviço de Reprografia**

Fotográficos 4.762

Mimeográficos 5.000

## **4. PRESERVAÇÃO DO ACERVO**

Foram restauradas as seguintes peças:

Sofá e poltronas, do antigo Paço Imperial de Petrópolis, manufatura de F. Léger;

Carruagem de gala de d. Pedro II: limpeza geral, imunização contra cupim, aplicação de anticorrosivo e protetor resinoso nos aros das rodas, nas partes de madeira e metais. Conservação e substituição de materiais, com consertos à base de costuras, massa e coloração.

Caixa de carruagem de d. Pedro I: substituição das cortinas.

Manto de d. Pedro II: limpeza dos tecidos e bordados, por processos especiais, restauração do veludo e da lhama do forro, recuperação dos bordados existentes e execução de novos, não recuperáveis.

Cravo, de fabricação portuguesa, do século XVIII: restauração da pintura do tampo.

Restauração de 25 miniaturas, 4 telas a óleo, 1 aquarela e 3 gravuras.

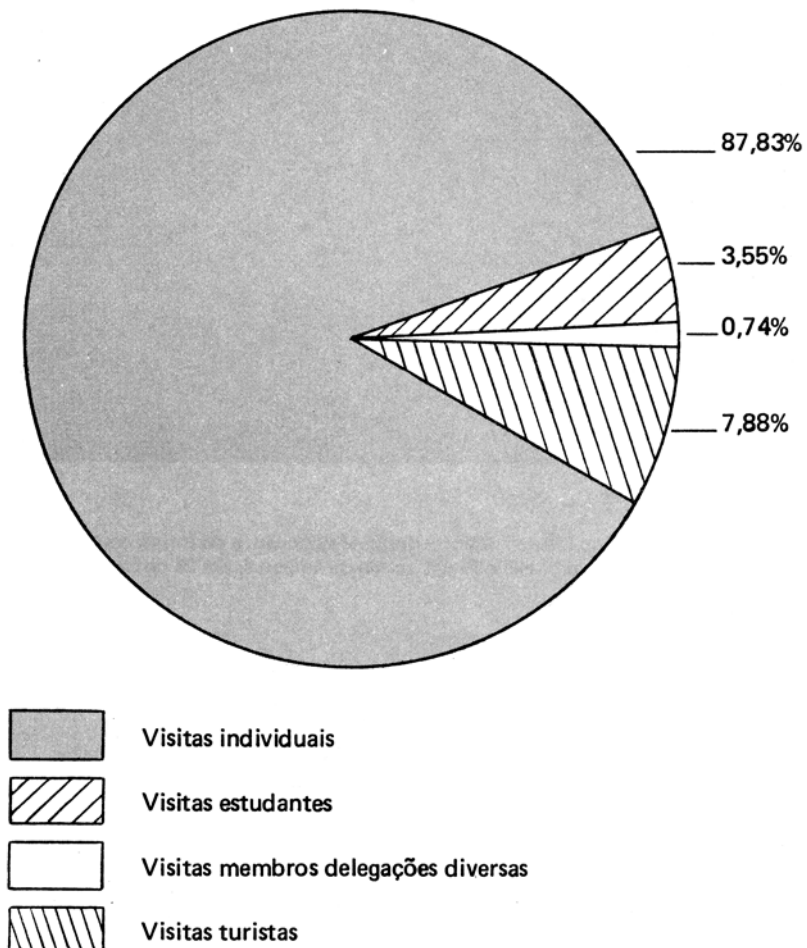
## **5. VISITAÇÃO**

Durante o período em que o Museu esteve aberto ao público (02/.01 a 21/09/75) foi visitado por 237.816 pessoas assim discriminadas:

Visitas Individuais - 208.864

Visitas coletivas - 28.952, abrangendo 8.452 estudantes 1.760 membros de delegações diversas e 18.740 turistas.

VISITAÇÃO	%	
Individuais	87,83	208.864
Estudantes	3,55	8.452
Membros Deleg. Diversas	0,74	1.760
Turistas	7,88	18.740
<hr/>		
Total	100%	237.816





Visita do embaixador do México, Vitor Alfonso Maldonado, e do reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Hélio Fraga, ao Museu Imperial, em 29 de maio de 1975.

**COLABORAM NESTE VOLUME:**

**Luiz Viana Filho**

Da Academia Brasileira de Letras  
Do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

**Antonia Fernanda Pacca de Almeida Wright**

Da Universidade de São Paulo  
Do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

**Roberto Reis da Silva Ramos**

Do Instituto dos Advogados do Brasil

**Celso Maria de Melo Pupo**

Do Instituto Histórico de São Paulo  
Da Academia Campinense de Letras

**Afonso Celso Vilela de Carvalho**

Do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro  
Do Museu Histórico Nacional

Este Anuário foi produzido pela Fundação MUDES  
em decorrência de contrato com o Museu Imperial.  
Impresso em dezembro de 1982, pela  
Gráfica Olímpica Editora.  
Rio de Janeiro